



ATA N.º 5 – Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e catorze, nesta cidade de Santa Maria da Feira, no auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às vinte e uma horas e cinco minutos, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Exmo. Presidente da Assembleia – Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria – e secretariada pelos senhores Fernanda Paula Marques de Oliveira e Mário Jorge de Castro Reis, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – **Atas:**
    - Ata N.º 3 – Sessão Ordinária de 27 de dezembro de 2013
    - Ata N.º 4 – Sessão Ordinária de 14 de fevereiro de 2014;
  - 2 – **Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;**
  - 3 – **Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida (deliberação da Assembleia de 27/12/2013);**
  - 4 – **Relatório de Atividades e Prestação de Contas de 2013 da Câmara Municipal;**
  - 5 – **Proposta de Revisão Orçamental**
    - 1ª Revisão ao Orçamento da Receita
    - 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa
    - 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos
    - 1ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal;
  - 6 – **Relatório de Gestão e Contas de 2013 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. (para conhecimento);**
  - 7 – **Concessão de Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Concelho de Santa Maria da Feira/Tarifário para o ano de 2014 (AM de 27/12/2013)**
    - Alteração das tarifas volumétricas de abastecimento de água (para conhecimento);
  - 8 – **Desafetação de parcela de terreno integrada no domínio público municipal, em Mosteirô;**
  - 9 – **Projeto de Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo;**
  - 10 – **Contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas**
-



- Aprovação de alteração da minuta do contrato; -----
- 11 – Conselho Municipal de Educação -----
  - Nomeação de membros / Proposta da Câmara; -----
- 12 – Programa Movimento e Bem-Estar – Transferência de verbas; -----
- 13 – Empreitada de “Construção do Pavilhão Desportivo de Mozelos” -----
  - Autorização prévia para assunção de compromisso para 2015; -----
- 14 – Procedimento “Sistema de Controlo de Assiduidade” -----
  - Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais; -----
- 15 – Procedimento “Serviço de Transporte Coletivo Regular de Passageiros para a Cidade de Santa Maria da Feira - Transfeira” -----
  - Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais; -----
- 16 – Contrato de aquisição e manutenção de equipamentos de digitalização -----
  - Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais; -----
- 17 – Procedimento “Manutenção do sistema AVAC das instalações da Biblioteca Municipal e Museu do Papel” -----
  - Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais; -----
- 18 – Procedimento “Contrato de manutenção da solução de gestão integrada de Bibliotecas Horizon” -----
  - Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais; -----
- 19 – Concessão de Água e Saneamento no Concelho de Santa Maria da Feira (*artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento*); -----
- 20 - Estacionamento destinado a Pessoas com Mobilidade Condicionada (*artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento*); -----
- 21 – Relatório de Atividades de 2013 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira (*para conhecimento*); -----
- 22 – Plano de Atividades, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos da Área Metropolitana do Porto para o ano de 2014 (*para conhecimento*); -----
- 23 – Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios -----
  - Designação de um Presidente de Junta de Freguesia. -----

-----  
A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Emídio Ferreira



dos Santos Sousa, e pelos senhores vereadores José Manuel da Silva Oliveira, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Vitor Carlos Latourrette Marques, Helena Maria de Sá Portela, António Gil Alves Ferreira, António Alves Cardoso, Susana Alexandra Lopes Correia e António Ferreira de Bastos.-----

Não estiveram presentes, nesta sessão, os vereadores Eduardo Marques dos Santos Cavaco e Isabel Maria Oliveira Machado Leal Pereira.-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* declarou aberta a sessão, começando por saudar os membros presentes.-----

Começou por recordar que a Assembleia está em funcionamento sob um novo Regimento, que foi enviado a todos os membros por correio eletrónico, dando nota que a Mesa se empenhará no sentido de que seja preparada uma versão em papel, com algum design associado, para ser distribuído a todos quantos compõem esta Assembleia Municipal.-----

Posto isto, informou a Assembleia da entrada na Mesa, até àquele momento, de sete credenciais de representação, na presente sessão, dos seguintes Presidentes de Junta de Freguesia:-----

– Argoncilhe: delegada a representação na Vogal do Executivo – Albertina Maria da Costa Oliveira;-----

– Fiães: delegada a representação no Vogal do Executivo – Manuel Joaquim Cardoso de Pinho;-----

– Milheirós de Poiares: delegada a representação no Tesoureiro do Executivo – Leonardo Alves Barbosa;-----

– São João de Ver: delegada a representação na Secretária do Executivo – Idalina Noémia Pais de Sousa e Sá Abreu;-----

– União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros: delegada a representação no Tesoureiro do Executivo – Paulo Sérgio Valinho Luís;-----

– União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: delegada a representação no Vogal do Executivo – Fernando Adriano de Sousa Pinho;-----

– União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô: delegada a representação no Vogal do Executivo – Ricardo José Gomes dos Santos.-----

Informou, ainda, que os membros António André da Silva Topa (PSD) e Filipe Ramiro

---



Tavares Moreira (CDU) solicitaram, nos termos da Lei, serem substituídos na presente sessão dada a impossibilidade de estarem presentes – o membro António Topa por se encontrar em gozo de férias entre 30 de abril e 4 de maio de 2014, e o membro Filipe Moreira por motivos de ordem profissional. -----

Deu nota que o cidadão seguinte da lista do PSD – Justino de Amorim Pinto – apesar de devidamente avisado, não se encontrava, naquele momento, presente na sala pelo que, se entretanto chegasse, participaria na sessão em substituição do membro António Topa. -----

Sobre a substituição do membro Filipe Moreira, informou que o mesmo é substituído na sessão, nos termos legais, pelo cidadão Ricardo António Santos Silva – que se encontrava presente para o efeito – a quem deu as boas vindas. -----

-----  
Para além dos membros atrás referidos – presentes em substituição/representação de outros – encontravam-se presentes, naquele momento, os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria; José Manuel Milheiro de Pinho Leão; Fernanda Paula Marques de Oliveira; José Fernando Moreira; Adriana Marisa da Silva Cardoso; António Domingues Pereira; Serafim Manuel Rocha Guimarães; Aldina dos Reis Camboa Cabral; Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Gastão Valente Pinto da Silva; Maria José Ferreira dos Santos; Casimiro Loureiro Dias de Pinho; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Marisela Adelaide Pinto Maio; Bernardino Manuel Martins do Couto; Margarida Maria Santos Soares Rocha Gariso; Sérgio Manuel Murteira Cirino; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Manuel Oliveira de Almeida; Eduardo José da Costa Pereira da Rocha; Rosa Maria Pinto da Silva; António dos Santos; Manuel Amorim Duarte; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Manuel Ferreira Santos; Carla Marisa Pimentel Pereira; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Daniel Tavares Gomes, Moisés Salvador Coelho Ferreira; Valter José Mendes de Amorim; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fornos – Luis André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Mozelos – José Carlos Pinto da Silva; Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Manuel Jacinto Conceição Moreira; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; Santa Maria de Lamas – António Óscar Correia Soares Neves; São Paio de Oleiros – Ana Cristina Pires de Oliveira; e União

---



das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira.-----  
Entraram, no decorrer da sessão, os membros Márcio Santos Correia, Armando Fontes  
Teixeira – Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, e José Henriques dos Santos –  
Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e  
Guisande.-----

Faltou o membro Delfim Manuel Oliveira Silva – Presidente da Junta de Freguesia de  
Arrifana.-----

-----  
Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 20 de novembro  
de 2013, quanto à omissão da leitura do documento referente à síntese da correspondência  
recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, informou que se encontrava disponível essa  
relação, bem como os respetivos documentos, para que os Srs. membros os pudessem  
consultar, caso o pretendessem.-----

É do seguinte teor o documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela  
Mesa da Assembleia Municipal, após a sessão ordinária de 14 de fevereiro de 2014: -----

- Ofício da Sr.<sup>a</sup> Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da  
Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da  
Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 27 de janeiro de 2014;-----
  - E-mail do membro deste Órgão, Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia  
Municipal, remetendo 4 requerimentos subordinados aos assuntos “Destino dado a  
animais errantes”, “Utilização dos Programas CEI e CEI+ por parte da Câmara Municipal  
de Santa Maria da Feira”, “Falta de auscultação do Conselho Municipal de Juventude” e  
“Abate e Reflorestação na Quinta do Engenho Novo, Paços de Brandão”;-----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da  
Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, 4 requerimentos apresentados pelo  
membro Moisés Ferreira, subordinados aos assuntos “Destino dado a animais errantes”,  
Utilização dos Programas CEI e CEI+ por parte da Câmara Municipal de Santa Maria da  
Feira”, “Falta de auscultação do Conselho Municipal de Juventude” e “Abate e  
Reflorestação na Quinta do Engenho Novo, Paços de Brandão”;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Comissão de  
Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, informando que esta Assembleia,
-



- na sua sessão de 14 de fevereiro de 2014, deliberou designar a cidadã Prof. Amélia Petiz para substituir António Manuel Rocha Espassandim naquela Comissão;-----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, pergunta dirigida ao Ministério das Finanças pelos Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia, sobre o encerramento de repartições de finanças no distrito de Aveiro; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia, aos representantes dos partidos políticos com representação na Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, documento enviado pelo Grupo Parlamentar “Os Verdes” relativo a pergunta dirigida ao Ministério das Finanças sobre o encerramento de repartições de finanças no distrito de Aveiro;-----
  - E-mail do membro deste Órgão, Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Falta de manutenção nos equipamentos geridos pela Feira Viva”; -----
  - E-mail do membro deste Órgão, Daniel Gomes, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento sobre “atribuição de bolsas de estudo”;-----
  - E-mail do membro deste Órgão, Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo 4 requerimentos subordinados aos assuntos “Valor das rendas pagas pela empresa municipal Feira Viva”, “Aluguer do Pavilhão da EB 2,3 de Arrifana”, “Falta de água quente no pavilhão da escola EB 2,3 de Arrifana” e “Prorrogação do prazo das obras nas ruas Padre Zé e Outeirinho, Santa Maria de Lamas”;-----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Daniel Gomes, sobre “atribuição de bolsas de estudo”;-----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Moisés Ferreira, sobre “Falta de manutenção nos equipamentos geridos pela Feira Viva”; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, 4 requerimentos apresentados pelo membro Moisés Ferreira, subordinados aos assuntos “Valor das rendas pagas pela
-



- empresa municipal Feira Viva”, “Aluguer do Pavilhão da EB 2,3 de Arrifana”, “Falta de água quente no pavilhão da escola EB 2,3 de Arrifana” e “Prorrogação do prazo das obras nas ruas Padre Zé e Outeirinho, Santa Maria de Lamas”; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Direção da Casa da Gaia – Centro de Cultura, Desporto e Recreio de Argoncilhe, remetendo fotocópia do Voto de Louvor aprovado pela Assembleia Municipal, na sua sessão de 14 de fevereiro de 2014;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos Chefes de Redação dos jornais locais “Terras da Feira” e “Correio da Feira”, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, fotocópia da proposta aprovada por este Órgão na sua sessão de 14 de fevereiro de 2014, no âmbito do assunto “Comemorações dos 40 Anos do 25 de Abril”;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, fotocópia de 4 documentos aprovados por este Órgão na sua sessão de 14 de fevereiro de 2014, a seguir identificados:
    - Proposta – “Comemorações dos 40 Anos do 25 de Abril”, -----
    - Voto de Pesar – “Pelo falecimento de Albino Aroso”, -----
    - Moção – “Dia Internacional da mulher”, -----
    - Moção – “Pelo futuro da Linha do Vouga”; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o teor da moção aprovada por esta Assembleia, na sua sessão de 14 de fevereiro de 2014, subordinada ao assunto “Pelo futuro da Linha do Vouga”, às seguintes entidades: -----
    - O Ministro da Economia, -----
    - O Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações,-----
    - Presidentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, e PEV; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 10 de fevereiro de 2014;-----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia, aos representantes dos partidos políticos com representação na Assembleia Municipal, solicitando a indicação dos seus representantes para as Comissões criadas por este Órgão na sua sessão de 14 de fevereiro de 2014, uma no âmbito das Comemorações dos 40 Anos do 25 de Abril, e a outra de
-





- Acompanhamento da Recuperação das Pedreiras de Lourosa; -----
- E-mail do membro deste Órgão, Margarida Gariso, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando da indicação dos seguintes representantes do PS nas duas Comissões criadas por este Órgão na sua sessão de 14 de fevereiro de 2014:-----
    - Comemorações dos 40 Anos do 25 de Abril: Margarida Gariso, -----
    - Comissão de Acompanhamento da Recuperação das Pedreiras de Lourosa: Virgílio Silva Ribeiro e Manuel Oliveira Almeida;-----
  - E-mail do membro deste Órgão, Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Rua Estrada Real (Zona Industrial do Monte Grande em Fiães)”; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira, subordinado ao assunto “Rua Estrada Real (Zona Industrial do Monte Grande em Fiães)”; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à D.<sup>a</sup> Emília Alice Gomes de Oliveira Aroso, levando ao conhecimento da mesma o teor do voto de pesar aprovado por este Órgão na sua sessão realizada no dia 14 de fevereiro de 2014, de homenagem à memória do Prof. Doutor Albino Aroso Ramos (seu marido);-----
  - E-mail do membro deste Órgão, Margarida Gariso, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento no âmbito de “Subsídios aos Clubes/Associações desportivas do Concelho”; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Margarida Gariso, no âmbito de “Subsídios aos Clubes/Associações desportivas do Concelho”;-----
  - E-mail do membro deste Órgão, Valter Amorim, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando da indicação dos seguintes representantes do CDS-PP nas duas Comissões criadas por este Órgão na sua sessão de 14 de fevereiro de 2014:
    - Comemorações dos 40 Anos do 25 de Abril: Valter Amorim, -----
    - Comissão de Acompanhamento da Recuperação das Pedreiras de Lourosa: Alferes Pereira; -----
-





- E-mail do membro deste Órgão, José Manuel Leão, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando da indicação da deputada municipal Maria José Santos como representante do PSD na Comissão criada por este Órgão na sua sessão de 14 de fevereiro de 2014, no âmbito das Comemorações dos 40 Anos do 25 de Abril;-----
  - E-mail do membro deste Órgão, José Manuel Leão, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando da indicação dos deputados municipais António Topa, António Domingues Pereira e Armando Teixeira – Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, como representantes do PSD na Comissão de Acompanhamento da Recuperação das Pedreiras de Lourosa, criada por este Órgão na sua sessão de 14 de fevereiro de 2014; ----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando da designação do Sr. Vereador do Pelouro da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus – Gil Ferreira – como representante da Câmara Municipal a integrar a Comissão criada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 14 de fevereiro de 2014, que visa promover as Comemorações do 40.º aniversário do 25 de Abril; -----
  - E-mail do membro deste Órgão, Manuel Santos, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento no âmbito da “Plataforma eletrónica de contratação pública”; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Manuel Santos, no âmbito da “Plataforma eletrónica de contratação pública”; ----
  - E-mail do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Lamego, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dando a conhecer o teor da deliberação tomada por aquele Órgão na sua sessão de 24 de fevereiro de 2014, tendo por base a moção “Em defesa de uma Justiça justa e do Tribunal de Círculo e Comarca de Lamego”; -----
  - Ofício da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do CDS-PP, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção da moção aprovada por esta Assembleia na sua sessão de 14 de fevereiro de 2014, subordinada ao assunto “Pelo futuro da Linha do Vouga”, informando que a mesma foi apresentada aos Deputados daquele Grupo Parlamentar eleitos pelo círculo eleitoral de Aveiro, a quem o assunto diz respeito mais diretamente; -----
  - E-mail do membro deste Órgão, Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia
-



- Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Obras na Rua S. Martinho em Argoncilhe”;
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira, subordinado ao assunto “Obras na Rua S. Martinho em Argoncilhe”;
  - Ofício do Chefe de Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, acusando a receção da moção aprovada por esta Assembleia na sua sessão de 14 de fevereiro de 2014, subordinada ao assunto “Pelo futuro da Linha do Vouga”, e prestando informações no âmbito da matéria abrangida pela mesma;
  - Ofício da Sr.<sup>a</sup> Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da lei, o Relatório de Atividades de 2013 daquela Comissão;
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia, aos representantes dos partidos políticos com representação na Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, ofício enviado pelo Chefe de Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, acusando a receção da moção aprovada por esta Assembleia na sua sessão de 14 de fevereiro de 2014, subordinada ao assunto “Pelo futuro da Linha do Vouga”, e onde presta informações no âmbito da matéria abrangida pela mesma;
  - Ofício da Sr.<sup>a</sup> Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 24 de fevereiro de 2014;
  - E-mail do membro deste Órgão, Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Rua da Bela Vista em Sanguedo”, bem como informando da indicação dos seguintes representantes da CDU nas duas Comissões criadas por este Órgão na sua sessão de 14 de fevereiro de 2014:
    - Comemorações dos 40 Anos do 25 de Abril: Filipe Moreira,
    - Comissão de Acompanhamento da Recuperação das Pedreiras de Lourosa: Antero Resende;
-



- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira, subordinado ao assunto “Rua da Bela Vista em Sanguedo”;-----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia, aos representantes indicados para constituir a Comissão criada pela Assembleia Municipal para promover as Comemorações dos 40 Anos do 25 de Abril, convocando-os para a primeira reunião de trabalho daquela comissão, que se levou a efeito no dia 17 de março de 2014;-----
  - Ofício do Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, prestando informações às autarquias sobre um conjunto de reformas legislativas e regulatórias no setor dos resíduos sólidos urbanos; -----
  - E-mail do membro deste Órgão, Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, requerendo o agendamento, para esta sessão de 30 de abril de 2014, do assunto “Concessão de Água e Saneamento no Concelho de Santa Maria da Feira”;-----
  - E-mail do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Moimenta da Beira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo a moção aprovada por aquele Órgão respeitante ao Novo Mapa Judiciário; -----
  - E-mail do membro deste Órgão, Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Incêndios Florestais”;-----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira, subordinado ao assunto “Incêndios Florestais”; -----
  - Ofício da Sr.<sup>a</sup> Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Moisés Ferreira, através do requerimento que remeteu ao Sr. Presidente da Assembleia subordinado ao assunto “Utilização dos Programas CEI e CEI+ por parte da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira”; -----
  - Ofício da Sr.<sup>a</sup> Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 10 de março de 2014;-----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao membro deste órgão – Moisés Ferreira, remetendo, em formato digital, ofício entretanto rececionado da Sr.<sup>a</sup>
-



- Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, em que é dada resposta às questões suscitadas por aquele membro através do requerimento que apresentou subordinado ao assunto “Utilização dos Programas CEI e CEI+ por parte da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira”; -----
- Ofício da Sr.<sup>a</sup> Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Manuel Santos, através do requerimento que remeteu ao Sr. Presidente da Assembleia no âmbito da “Plataforma eletrónica de contratação pública”; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao membro deste órgão – Manuel Santos, remetendo, em formato digital, ofício entretanto rececionado da Sr.<sup>a</sup> Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, em que é dada resposta às questões suscitadas por aquele membro através do requerimento que apresentou no âmbito da “Plataforma eletrónica de contratação pública”; -----
  - E-mail do membro deste Órgão, Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Remoção da cobertura de telhas de fibrocimento com amianto incorporado no Cineteatro António Lamoso – Santa Maria da Feira”; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira, subordinado ao assunto “Remoção da cobertura de telhas de fibrocimento com amianto incorporado no Cineteatro António Lamoso – Santa Maria da Feira”; -----
  - E-mail do membro deste Órgão, Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Lixo a céu aberto na Zona Industrial do Casalinho”; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira, subordinado ao assunto “Lixo a céu aberto na Zona Industrial do Casalinho”;-----
  - E-mail do membro deste Órgão, Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando da indicação do Sr. Filipe Silva como representante do BE na
-



- Comissão criada por este Órgão na sua sessão de 14 de fevereiro de 2014, de Acompanhamento da Recuperação das Pedreiras de Lourosa; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia, aos representantes indicados pelos partidos políticos para constituir a Comissão de Acompanhamento da Recuperação das Pedreiras de Lourosa, convocando-os para a primeira reunião de trabalho daquela comissão, que se levou a efeito no dia 14 de abril de 2014;-----
  - Ofício do Primeiro-Secretário da Comissão Executiva Metropolitana da Área Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o Plano de Atividades, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos da Área Metropolitana do Porto para o ano de 2014; -----
  - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção da moção aprovada por esta Assembleia na sua sessão de 14 de fevereiro de 2014, subordinada ao assunto “Pelo futuro da Linha do Vouga”, prestando algumas informações face à matéria exposta;-----
  - Convite do Sr. Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para participar das Cerimónias da Quinta-Feira Santa que aquela Santa Casa promoveu no passado dia 17 de abril de 2014;-----
  - Ofício da Sr.<sup>a</sup> Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 24 de março de 2014;-----
  - E-mail do membro deste Órgão, Lia Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, requerendo o agendamento, para esta sessão de 30 de abril de 2014, do assunto “Estacionamento destinado a Pessoas com Mobilidade Condicionada”;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Moisés Ferreira através dos requerimentos subordinados aos assuntos “Falta de manutenção nos equipamentos geridos pela Feira Viva”, “Valor das rendas pagas pela empresa municipal Feira Viva”, “Aluguer do Pavilhão da EB 2,3 de Arrifana”, e “Falta de água quente no pavilhão da escola EB 2,3 de Arrifana”; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao membro deste órgão – Moisés Ferreira, remetendo, em formato digital, ofício entretanto rececionado do Sr.
-



- Presidente da Câmara Municipal, em que é dada resposta às questões suscitadas por aquele membro através dos requerimentos que apresentou subordinados aos assuntos “Falta de manutenção nos equipamentos geridos pela Feira Viva”, “Valor das rendas pagas pela empresa municipal Feira Viva”, “Aluguer do Pavilhão da EB 2,3 de Arrifana”, e “Falta de água quente no pavilhão da escola EB 2,3 de Arrifana”; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, o Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição do ano de 2013;-----
  - Convite da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a Comemoração do 93.º Aniversário daquela Associação, de acordo com o programa constante do convite; -----
  - E-mail da Coordenadora do Departamento de Educação para a Saúde da Liga Portuguesa Contra o Cancro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a propósito do local da realização de uma atividade da responsabilidade daquele departamento, que se realizou no passado dia 24 de abril de 2014; -----
  - Ofício de representante dos subscritores da iniciativa Em Defesa da Escola Pública, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando documento relativo a essa mesma iniciativa, com vista à sua subscrição;-----
  - E-mail do membro deste Órgão - António Domingues Pereira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando que, por motivos profissionais, não podia comparecer à primeira reunião de trabalho da Comissão de Acompanhamento da Recuperação das Pedreiras de Lourosa, realizada no dia 14 de abril de 2014; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – António Topa, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando o que foi decidido em resultado da primeira reunião de trabalho da Comissão de Acompanhamento da Recuperação das Pedreiras de Lourosa, realizada no dia 14 de abril de 2014;-----
  - E-mail do membro deste Órgão, Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo três requerimentos, subordinados aos assuntos “Aquisição de licenças de software por parte da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira”, “Presença de várias viaturas da Câmara Municipal em almoço no horto Bioparque” e “Sinalização vertical em desacordo com o Código da Estrada”; -----
-



- Ofício do Presidente da Direção da AEDRL - Associação de Estudos de Direito Regional e Local, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, apresentando a publicação periódica “Questões Atuais de Direito Local”, daquela Associação; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 30 de abril de 2014, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 30 de abril de 2014, e indicando a respetiva Ordem do Dia;-----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia, aos representantes dos partidos políticos com representação na Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, documento entretanto rececionado, no âmbito do assunto “Apelo em Defesa da Escola Pública”;-----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, reencaminhando, para os devidos efeitos, e-mail do membro deste Órgão – António Topa, no qual o mesmo solicita o fornecimento de alguma informação, no seguimento da primeira reunião de trabalho da Comissão de Acompanhamento da Recuperação das Pedreiras de Lourosa, realizada no dia 14 de abril de 2014; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia, aos membros da Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, que se realizou no passado dia 28 de abril; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, três requerimentos apresentados pelo membro Moisés Ferreira, subordinados aos assuntos “Aquisição de licenças de software por parte da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira”, “Presença de várias viaturas da Câmara Municipal em almoço no horto Bioparque” e “Sinalização vertical em desacordo com o Código da Estrada”;-----
  - Ofício da Sr.<sup>a</sup> Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 07 de abril de 2014;-----
-





- Convite do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, para as Comemorações Oficiais do dia 25 de Abril, de acordo com o programa constante do convite;-----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, remetendo, no seguimento do deliberado por este Órgão na sua sessão de 14 de fevereiro de 2014, o Regimento da Assembleia, com as alterações aprovadas; -----
  - Convite da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a Conferência “25 de Abril: 40 anos de democracia”, que se realizou no passado dia 24 de abril de 2014;-----
  - Despacho do Sr. Vereador do Pelouro das Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando a designação, por parte deste Órgão, de um presidente de junta de freguesia para fazer parte da Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – António Topa, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2014, por motivos de gozo de um pequeno período de férias, solicitando a sua substituição na sessão, nos termos da Lei;-----
  - E-mail do membro deste Órgão, Manuel Santos, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo dois requerimentos sobre assuntos agendados para esta sessão da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2014, nomeadamente sobre o “Contrato de aquisição e manutenção de equipamentos de digitalização” e sobre o “Sistema de Controlo de Assiduidade”;-----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, dois requerimentos apresentados pelo membro Manuel Santos sobre assuntos agendados para esta sessão da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2014, nomeadamente sobre o “Contrato de aquisição e manutenção de equipamentos de digitalização” e sobre o “Sistema de Controlo de Assiduidade”; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão (remetido por protocolo), relativo a aditamento à Ordem do Dia desta sessão
-



- ordinária da Assembleia Municipal, de 30 de abril de 2014; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, de aditamento à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 30 de abril de 2014; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 30 de abril de 2014;-----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, remetendo, nos termos do n.º 2 do artigo 19.º do Regimento, os documentos que, nesse âmbito, foram rececionados para serem submetidos a discussão nesta sessão, no Período de Antes da Ordem do Dia; -----
  - Convite do Comandante da Brigada de Intervenção e do Comandante do Regimento de Engenharia N.º 3, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para assistir às celebrações do 38.º aniversário daquele Regimento, evento que se realizará no próximo dia 09 de maio de 2014; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2014, por motivos de ordem profissional, solicitando a justificação da sua ausência bem como a sua substituição na sessão pelo membro da CDU que segue na lista eleitoral – Ricardo Silva; -----
  - E-mail da Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô, Manuela Teixeira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 14 de fevereiro de 2014, por coincidir com a realização da Assembleia de Freguesia, pelo que se fazia representar na mesma pelo Vogal daquele Executivo – Ricardo José Gomes dos Santos;-----
  - Convite da Direção da Academia de Música e Artes de Rio Meão, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para o musical “Jesus Cristo Superstar”, a levar a efeito no dia 17 de maio de 2014;-----
  - Ofício da Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, SROC. Lda., ao Sr. Presidente da
-



- Assembleia Municipal, remetendo a Certificação Legal de Contas, e o Relatório e Parecer do Auditor Externo, referente ao exercício de 2013 da Câmara Municipal;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Moisés Ferreira, através dos requerimentos subordinados aos assuntos “Aquisição de licenças de software pela Câmara Municipal”, “Presença de várias viaturas da Câmara Municipal em almoço no horto Bioparque”, “Sinalização vertical em desacordo com o Código da Estrada”, “Prorrogação do prazo das obras nas ruas Padre Zé e Outeirinho, Santa Maria de Lamas”, “Destino dado a animais errantes”, e “Abate e reflorestação da Quinta do Engenho Novo, Paços de Brandão”;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Filipe Moreira, através dos requerimentos subordinados aos assuntos “Rua Dr. Santos Carneiro – Santa Maria da Feira”, “Rua Estrada Real (Zona Industrial do Monte Grande), Fiães”, “Obras na Rua de S. Martinho, Argoncilhe”, “Rua da Bela Vista, Sanguedo”, “Incêndios Florestais”, e “Remoção da cobertura de telhas de fibrocimento com amianto incorporado no Cineteatro António Lamoso”; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Margarida Gariso, através do requerimento subordinado ao assunto “Acessibilidades para todos - Prémio de boas práticas a atribuir aos Presidentes de Juntas de Freguesia”; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao membro deste órgão – Moisés Ferreira, remetendo, em formato digital, ofício entretanto rececionado do Sr. Presidente da Câmara, em que é dada resposta às questões suscitadas por aquele membro através dos requerimentos que apresentou subordinados aos assuntos “Aquisição de licenças de software pela Câmara Municipal”, “Presença de várias viaturas da Câmara Municipal em almoço no horto Bioparque”, “Sinalização vertical em desacordo com o Código da Estrada”, “Prorrogação do prazo das obras nas ruas Padre Zé e Outeirinho, Santa Maria de Lamas”, “Destino dado a animais errantes”, e “Abate e reflorestação da Quinta do Engenho Novo, Paços de Brandão”;-----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao membro deste órgão
-



- Filipe Moreira, remetendo, em formato digital, ofício entretanto rececionado do Sr. Presidente da Câmara, em que é dada resposta às questões suscitadas por aquele membro através dos requerimentos que apresentou subordinados aos assuntos “Rua Dr. Santos Carneiro – Santa Maria da Feira”, “Rua Estrada Real (Zona Industrial do Monte Grande), Fiães”, “Obras na Rua de S. Martinho, Argoncilhe”, “Rua da Bela Vista, Sanguedo”, “Incêndios Florestais”, e “Remoção da cobertura de telhas de fibrocimento com amianto incorporado no Cineteatro António Lamoso”;
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao membro deste órgão
- Margarida Gariso, remetendo, em formato digital, ofício entretanto rececionado do Sr. Presidente da Câmara, em que é dada resposta às questões suscitadas por aquela deputada municipal através do requerimento que apresentou subordinado ao assunto “Acessibilidades para todos - Prémio de boas práticas a atribuir aos Presidentes de Juntas de Freguesia”;
- Diversos jornais e revistas.”

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, deu nota da existência de cinco moções, duas recomendações e um voto de louvor, que, nos termos regimentais, foram remetidas à Mesa para serem apreciadas nesta sessão, dizendo que concederia a palavra aos subscritores desses documentos para os apresentarem à Assembleia e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para se pronunciarem sobre os mesmos.

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) para apresentar à Assembleia os documentos que fez chegar à Mesa cujos teores, seguidamente, se transcrevem:

“MOÇÃO – PELA URGÊNCIA DA CONSTRUÇÃO DA VARIANTE À EN 326 E DA VARIANTE À EN 222 A continuação da variante à Estrada Nacional 222, entre Pedorido e Canedo, assim como a construção da variante à Estrada Nacional 326, entre Mansores (Arouca) e Santa Maria da Feira são duas vias muito importantes, tanto para o concelho, para a região e para a Área Metropolitana do Porto.

Estas são duas obras há muito reivindicadas pela população. É uma reivindicação justa, uma



vez que as Estradas Nacionais em causa – a EN 222 e a EN 326 – oferecem poucas condições de mobilidade, sendo de traçado sinuoso e lento, com poucas condições para a circulação de pesados e não garantindo a segurança rodoviária.-----

Por todos estes motivos e porque é importante arranjar alternativas mais rápidas e seguras, as variantes a estas estradas nacionais assumem uma importância muito grande, mas têm sido consequentemente adiadas. -----

No caso da variante à EN 222, a sua construção foi interrompida há vários anos em Pedorido, na fronteira com o concelho de Gondomar. No caso de variante à EN 326, esta ficou-se pelo troço Arouca – Mansores, nunca tendo avançado para aquele que era o seu verdadeiro desígnio: oferecer uma ligação à A1 via Santa Maria da Feira. -----

Os anos de adiamento e de esquecimento destas obras prejudicaram em muito a população. Estamos a falar de pequenos troços que devem ser concluídos rapidamente. Por exemplo, na conclusão da variante à EN 222 estamos a falar de pouco mais de 5km e no caso da conclusão da variante à EN 326 estamos a falar em cerca de 23km. -----

Numa altura em que se discute em Portugal o Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas, estes dois projetos importantíssimos para o concelho correm o risco de voltarem a ser hipotecados para futuro incerto.-----

A variante à EN 222, que faria a ligação entre Pedorido e Canedo, não consta sequer desse Plano; já a variante à EN 326, ligação entre Mansores e o nó da A1 em Santa Maria da Feira, apesar de constar do Plano, está envolvida numa tamanha confusão que faz temer que seja um projeto que não seja para sair do papel. Este é um dos únicos projetos que no descritivo não tem verba associada e já foi reconhecido pelo Secretário de Estado dos Transportes que, muito provavelmente, o que se pensa gastar com a variante Feira-Arouca não chegará para a conclusão da obra. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 30 de abril de 2014, delibera: -----

1. Considerar urgentes e prioritárias as obras de conclusão das variantes à EN 222 e à EN 326;
  2. Considerar que a variante à EN 222 deve ser incluída no Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas e que devem ser atribuídas verbas suficientes para que finalmente se faça a variante Arouca – Feira; -----
  3. Enviar esta moção, se aprovada, para todos os grupos parlamentares na Assembleia da
-



República, para o Secretário de Estado dos Transportes e para o Ministro da Economia.” -----

-----  
“MOÇÃO – CONTRA A PERDA DE VALÊNCIAS NO CENTRO HOSPITALAR DE ENTRE O DOURO E  
VOUGA E CONTRA O ENCERRAMENTO DE REPARTIÇÕES DE FINANÇAS -----

A Portaria n.º 82/2014, de 10 de abril, vem alterar a organização da rede hospitalar em Portugal, condenando alguns serviços ao desaparecimento. Com a reestruturação prevista na Portaria, a população do concelho de Santa Maria da Feira fica claramente prejudicada e mais longe de cuidados de saúde essenciais. O Governo afasta a Saúde das pessoas. -----

Segundo o critério definido na Portaria, o Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga será classificados como Grupo I, ou seja, o grupo mais baixo desta classificação. -----

Esta classificação do Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, equiparada a unidade local de saúde, pode representar o desaparecimento de valências como a urologia, gastroenterologia, cardiologia ou a imuno-alergologia, entre outras, privando a população de poder aceder, de forma pública e universal, a estes cuidados de saúde. -----

Para além desta deterioração dos serviços de saúde na região e no concelho, o Governo prepara ainda o encerramento de repartições de finanças no concelho. Depois da última avaliação da troika, o relatório do FMI revela que se mantém em cima da mesa o encerramento de 50% das repartições de finanças em Portugal e que o governo português se comprometeu a cumprir essa demanda até ao final de maio. -----

Lembra-se que em causa estão o encerramento das repartições de finanças de Lobão e de Paços de Brandão.-----

Pelo acima exposto e pelas consequências que tais medidas terão na população de Santa Maria da Feira, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 30 de abril de 2014, delibera: -----

1. Manifestar a sua posição e protesto para com a reorganização hospitalar prevista na Portaria n.º 82/2014 e para com o encerramento de repartições de finanças acordado entre o Governo e a troika. -----

2. Enviar esta moção, caso seja aprovada, para os grupos parlamentares na Assembleia da República, para a Mesa da Assembleia da República, para o Ministério da Saúde e para o Ministério das Finanças.” -----  
-----

---



“RECOMENDAÇÃO – PELA UTILIZAÇÃO DE SOFTWARE LIVRE NOS COMPUTADORES UTILIZADOS PELO MUNICÍPIO -----

Foi publicado em 3 de abril de 2014 o procedimento do concurso público para aquisição de licenças de software por parte da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. Este concurso tem um valor base de 243.000€.

De referir que em 2009 a Câmara Municipal gastou mais de 91.000€ com as mesmas licenças, em 2010 foram quase 58.000€ e em 2011 adjudicou a aquisição de licenciamento do mesmo software por 187.000€.

Tudo junto, em 5 anos, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira estima gastar mais de meio milhão de euros em licenças de software quando podia optar por uma solução gratuita. -- Trata-se de um gasto desnecessário, uma vez que existem soluções de software “open source” com as mesmas funcionalidades e capazes de dar a mesma resposta, mas com a vantagem de não ser necessário estar a adquirir, regularmente, as licenças para poder trabalhar com estes programas.

De referir, a título de exemplo, que o município de Munique já conseguiu fazer com que os seus 15.000 computadores utilizassem apenas software livre, libertando-se da necessidade de estar a pagar recorrentemente à Microsoft para poder utilizar o seu software. Para além de conseguir manter as mesmas funcionalidades nos computadores, o município estima que poupou mais de 10 milhões de euros em licenças. Se um município com a dimensão de Munique conseguiu fazer esta mudança total para o software livre, o de Santa Maria da Feira também consegue, caso haja vontade política!

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 30 de abril de 2014, recomenda à Câmara Municipal: -----

1. Que todos os computadores utilizados pelos serviços municipais façam a mudança de software para utilizarem software livre.” -----

-----  
“VOTO DE LOUVOR – AO DIA 1.º DE MAIO -----

No dia 1 de Maio de 1886, há 128 anos, em Chicago, duas centenas de milhares de operários recusaram-se a trabalhar e exigiram o estabelecimento da jornada de oito horas de trabalho, sendo impiedosamente reprimidos pelas entidades policiais e patronais.

Festejar o 1.º de Maio é não só recordar o significado da luta dos operários de Chicago, mas

---





também todos os trabalhadores em geral e, particularmente, os trabalhadores portugueses, que devem ter trabalho com condições de higiene e segurança dignas e um salário justo.-----

O dia 1.º de Maio não pode ser somente uma jornada de solidariedade para com os trabalhadores de todo o mundo que lutam pelo trabalho, com melhores condições de vida, mas também uma demonstração de apoio aos que, em pleno séc. XXI, lamentavelmente, ainda lutam pelos mais elementares direitos sociais, políticos e sindicais em países e em regiões onde eles continuam a não ser reconhecidos ou garantidos. -----

Celebrar o 1.º de Maio, é também reafirmar Abril e as conquistas conseguidas pelos trabalhadores portugueses. É também pugnar por salários justos e pensões dignas, contra o desemprego, pelo emprego com qualidade, pela valorização do trabalho, pela qualificação dos trabalhadores, pela justiça social e fiscal, pela paz e solidariedade entre os povos.-----

Comemorar o 1.º de Maio é, também, defender o desenvolvimento económico, o progresso social e almejar uma sociedade mais justa, mais solidária e democrática.-----

Porque celebrar o 1.º de Maio é e será tudo isto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida hoje, 30 de abril de 2014, delibera o seguinte: -----

- Aprovar um voto de louvor a todos os trabalhadores portugueses, nomeadamente aos trabalhadores Feirenses.” -----

-----  
Interveio o membro **Ricardo Silva** (CDU) para apresentar à Assembleia a moção cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“RESISTENTES ANTIFASCISTAS -----

Portugal esteve durante 48 anos sob o jugo fascista, a mais longa noite escura de toda a Europa, que submeteu o país às garras do totalitarismo, com perseguições, prisões, tortura, limitação de liberdades, injustiça e limitação de direitos.-----

Porém, desde o início do regime que muitos portugueses se opuseram e lutaram para o derrubar e colocar Portugal no caminho da democracia.-----

O contributo desses portugueses que abdicando de uma vida pacífica dedicaram-se àquilo que entendiam como causa maior, acabando muitos deles por perderem as próprias vidas, levou-nos finalmente à democracia em 1974. -----

Com a liberdade conquistada em 1974, com o 25 de Abril, o povo português pode dar asas ao sonho de construir um país mais justo e mais solidário.-----

---



Para que nunca nos esqueçamos dos que lutaram por todo um povo, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 30 de abril de 2014 delibera aprovar um voto de louvor aos resistentes antifascistas que pagaram o preço maior na luta por um Portugal livre.” -----

Em seguida, o membro Ricardo Silva, a propósito dos restantes documentos apresentados pelos diferentes grupos municipais, leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Decorrem 40 anos sobre a Revolução de Abril, a revolução da democracia e dos direitos e assinala-se amanhã o 1º de Maio, o dia conhecido como o Dia Internacional do Trabalhador. -- São datas que não podem deixar de ser assinaladas e lembradas por todos nós que somos filhos dessas liberdades e conquistas civilizacionais.-----

Foram aqui apresentadas e aprovadas moções que, concordando em teoria com as justas homenagens, diariamente são violentadas por governo e executivo camarário em relação ao povo que deviam servir.-----

Desde logo, cumprindo os preceitos constitucionais que responsabilizam o Estado pela sua efetivação e garantia das suas funções sociais. Mas para este governo, o social é démodé. É viver acima das nossas possibilidades. Mesmo quando em causa está a nossa saúde, a nossa sobrevivência. -----

O agora chamado Centro Hospitalar Entre o Douro e Vouga é uma reivindicação da população feirense, prometida já nos anos oitenta pelo executivo PSD. Até peditórios foram feitos para a sua construção e a população dinamizou-se contribuindo para que esta fosse uma realidade, que apenas tomou forma duas décadas depois – duas décadas de mentiras.-----

A CDU, já no mandato 2005-2009 solicitou várias reuniões sobre a questão do Hospital (que infelizmente, ao invés de ser público é mais uma das malfadadas parcerias público-privadas).

Reuniu com a administração, afirmando que o hospital não teria capacidade para tantos utentes, seria necessário aumentar não só o edifício como as valências. Exigiu respostas ao Governo e à Câmara. A administração do hospital garantiu, à data, que iria aumentar o edifício. Até hoje. A Câmara e o grupo municipal do PSD asseguraram que o edifício iria ser aumentado. Até hoje. A CDU recolheu milhares de assinaturas contra as listas de espera, pelo aumento do hospital, pelo aumento dos meios técnicos e humanos. À data, com o sarcasmo a que já nos habituaram, o PSD riu-se e disse ser desnecessário. -----

Hoje, discute-se o encerramento e diminuição de valências. -----

À data bem dissemos que o encerramento proposto e levado a cabo pelo PS, que tem culpas

---



neste cartório, dos hospitais circundantes iria custar bem caro. Infelizmente tínhamos razão e damos as boas vindas ao PS nesta luta. -----

Não só porque a unidade de neonatologia é, comprovadamente, uma das melhores do país e única no tratamento e cuidados (inclusivamente do ponto de vista da humanidade do pessoal que ali trabalha, como de todos os cuidados complementares de apoio às crianças e suas famílias) mas porque, pelo aumento do número de utentes, são frequentes histórias, infelizmente algumas delas demasiado próximas, de recusa de tratamentos por questões de economia hospitalar. Economia essa a que o próprio Bastonário da Ordem dos Médicos já chamou crime de omissão de auxílio. -----

Quando afirmamos que as políticas deste Governo matam, não mentimos. E é preciso responsabilizar pessoalmente cada um dos que contribui para a sua prossecução. Não é com conversas de conciliação que se exige o respeito pelo direito à saúde. E esta Câmara é culpada por deixar que todos os governos façam o que querem e o que lhes apetece, agravando, cada vez mais, a vida dos feirenses. -----

A maior homenagem aos direitos conquistados é o seu exercício, e que se lembre sempre o PSD que «quando o povo acorda, é sempre cedo». E jamais o povo deixará que PS, CDS e PSD ou a ocupação estrangeira nos roubem as portas que Abril abriu e que Maio consolidou. - A Constituição foi feita para responder às justas aspirações de todo um povo. Se necessário for, cá estaremos, como sempre estivemos, para defender até às últimas consequências o direito à saúde, educação, cultura, água, segurança social, justiça, trabalho, enfim, a democracia e a liberdade que hoje estão em perigo.”-----

-----  
Interveio a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) para apresentar à Assembleia a moção cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“PELA REVOGAÇÃO DO ARTIGO 4.º DO DECRETO-LEI N.º 53/2014, DE 8 DE ABRIL -----

Com o intuito de Promover a Reabilitação do Edificado existente os Ministérios da Economia e do Emprego, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território criaram uma Comissão que assumiu a missão de elaborar um projeto de diploma que estabelecesse as “Exigências Técnicas Mínimas para a Reabilitação de Edifícios Antigos”, regime excecional e temporário visando, em complemento das medidas consagradas no Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com a redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, dispensar as obras de

---



reabilitação urbana da sujeição a determinadas normas técnicas.-----

Para justificar essas isenções, acrescentam a explicação de que essas normas técnicas se encontram orientadas para a construção nova e não para a reabilitação de edifícios existentes, constituindo assim um verdadeiro impedimento à dinamização da reabilitação urbana. -----

Nessa sequência foi publicado em Diário da República, no dia 8 de abril, o Decreto-Lei n.º 53/2014. Decreto esse que se destina a dinamizar e flexibilizar a simplificação dos procedimentos de criação de áreas de reabilitação urbana. -----

Considerando que: -----

1 - Na realidade o que este Decreto veio fazer foi: isentar, pelo menos, 34% (cerca de 2 milhões de edifícios) do parque habitacional nacional da aplicação de uma série de normas técnicas. Ressalve-se o facto de que são pelo menos 34%, porque na realidade esta percentagem aumenta significativamente se tivermos em conta os edifícios que se encontram inseridos nas ditas áreas de Reabilitação Urbana e que implicitamente passam a estar abrangidos por esta peça legal.-----

No limite, seria admissível a isenção de certificação energética e outras normas similares que, efetivamente, são autênticos sinais de entrave à reabilitação de edifícios mais antigos e que não impedem o direito ao usufruto deste edificado. -----

2 - No seu artigo 4.º, do novo dispositivo legal, são incluídas as isenções de aplicação das normas técnicas anexo do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto (normas dedicadas à Acessibilidade). Facto que não se compreende uma vez que este mesmo Decreto já previa no seu artigo 10.º as Exceções, justamente para garantir, entre outras questões, que a Reabilitação não fosse travada pela falta de possibilidade de criação de acessibilidades. Ou seja, para situações nas quais se verificasse ser incompatível a aplicação do seu normativo em Edifícios e Espaços já construídos, quer por dificuldades técnicas como por custos considerados in comportáveis.-----

3 - Face ao resultado dos Censos de 2011, 25% da população com 5 ou mais anos de idade e 50% da população com 65 anos ou mais tem dificuldade em andar. Na sua totalidade falamos de seguramente 75% da população portuguesa com dificuldades de mobilidade, estes números não se restringem aos utilizadores de cadeiras de rodas. É a esta população que passa a ser negado o direito ao usufruto destes edifícios.-----

Pelos considerandos acima expostos: -----



Este Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril, de forma completamente irresponsável e leviana diz que: edifícios com, pelo menos 30 anos de construção, ou localizados em áreas de reabilitação urbana, desde que disponham de uma taxa de ocupação predominantemente habitacional (e por predominantemente entende-se que 50% da sua área se destine a habitação e a usos complementares, designadamente, estacionamento, arrecadação ou usos sociais) ficam isentos de, entre outras questões, contemplar acessibilidades. Esses mesmos edifícios podem partilhar os outros 50% com quaisquer tipologias programáticas, sejam elas qual forem. -----

Isto significa que: pelo menos 2 milhões de edifícios em Portugal podem ser reabilitados sem com isso cumprirem uma série de especificações, nomeadamente no que diz respeito à Acessibilidade, independentemente do destino dos restantes 50% de área ocupacional. Após a reabilitação ao abrigo deste Decreto-Lei, terão sido distribuídas de forma indiscriminada isenções a edifícios que poderão comportar: repartições de finanças, segurança social, serviços de notariado, clínicas... desde que 50% do seu uso se destine a fins habitacionais, os outros 50% estão tacitamente isentos de quaisquer preocupações, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 abril. -----

Tudo estaria bem, do ponto de vista legal, se não se verificasse uma violação a vários artigos da Constituição da República, à Lei n.º 46 de 2006, de 28 de agosto, e a todos os Tratados e Convenções Internacionais assinados por Portugal. -----

A população portuguesa está em crescente taxa de envelhecimento populacional (aumentando assim exponencialmente as pessoas com mobilidade condicionada, não são só os utilizadores de cadeiras de rodas), a nossa taxa nacional de sinistrados e doenças adquiridas aumenta diariamente. Esta população mais antiga está precisamente mais densamente localizadas nessas ditas áreas de reabilitação urbana.-----

Em bom rigor, o artigo 4.º do Decreto-Lei em análise:-----

- a) Garante que a esta população fica vedado o direito ao usufruto de edifícios com, pelo menos, 30 anos de construção ou inseridos em áreas consideradas zonas de reabilitação urbana, mesmo que contemplem, comércio, serviços, clínicas, etc.;-----
  - b) Garante que as Acessibilidades deixam de estar na agenda da ordem do dia; -----
  - c) Garante que técnicos da área da construção sejam premiados pela maquilhagem que fazem ao edifício, independentemente da sua não funcionalidade; -----
-



d) Garante que os fundos comunitários que se destinam à reabilitação possam ser usados sem que respondam às necessidades da população residente em Portugal; -----

e) Garante que estes últimos 20 anos de sensibilização e pequenas grandes conquistas, sejam agora deitados ao lixo, porque facilmente se poderá estender esta premissa a construções mais recentes. -----

Isto é um retrocesso que não podemos aceitar. -----

Tendo este panorama bem presente, solicita-se ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e da Energia que revogue o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril, por se entender ser excessivo e anticonstitucional.-----

O Grupo Municipal do Partido Socialista manifesta veemente a sua contestação ao artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril, e não poderia deixar de manifestar a mais sincera indignação por leis iníquas como esta.-----

Peças legais como as que aqui contestamos, impactam negativamente numa grande maioria de pessoas, pois é preciso atender que somos maioritariamente uma população idosa que tem, com o avançar da idade, a sua mobilidade condicionada. E existe uma certeza, o que serve para o cidadão com mobilidade condicionada por maioria de razão serve para todos os outros, a inversa, contudo, não é verdadeira.-----

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira manifesta o teu total desacordo e reclama a revogação do artigo 4.º para discussão com base no seguinte: -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida à data de trinta de abril de 2014, expressa aos órgãos competentes (Presidente da República, Presidente da Assembleia da República com conhecimento a todos os grupos parlamentares, Primeiro-Ministro, Ministro da Economia, Ministra da Agricultura e do Mar e do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território e Energia) o seu total desacordo em relação ao artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril, com os fundamentos seguintes: -----

a) É um artigo excessivo e que vem revogar o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto (uma vez que este último já previa no seu artigo 10.º as exceções), abrindo premissas com consequências incalculáveis; -----

b) Trata-se de uma violação direta a: Constituição da República, Lei n.º 46/2006, de 28 de agosto (que proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência e da existência de risco

---



agravado de saúde) e a todos os Tratados e Convenções Internacionais já assinados por Portugal, no âmbito do Direito à Igualdade; -----

c) Entre 2001 e 2011, de acordo com os dados estatísticos do censo 2011, a taxa de envelhecimento populacional aumentou de 16% para 19% e a taxa de população jovem recuou de 16% para 15% e estes dados tendem a aumentar com a alargada taxa de desemprego em Portugal – é precisamente nesta população envelhecida, conjuntamente com a população de lesionados por acidente e limitados por doenças congénitas, que este artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 53/2014 terá o seu pior impacto;-----

d) Face ao resultado dos Censos de 2011, 25% da população com 5 ou mais anos de idade e 50% da população com 65 anos ou mais tem dificuldade em andar – na sua totalidade falamos de seguramente 75% da população portuguesa com dificuldades de mobilidade;-----

e) É um retrocesso civilizacional de, pelo menos, 20 anos desajustado à realidade populacional e que não se compreende e com o qual não podemos compactuar.”-----

-----  
Interveio a deputada municipal **Carla Pinto** (PS) para apresentar à Assembleia a moção cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“PELA DEFESA DO CENTRO HOSPITALAR ENTRE DOURO E VOUGA -----

Na reunião da Câmara Municipal de 17 de setembro de 2012 foi abordada a questão da “Reorganização dos Serviços de Saúde”, nomeadamente a alteração do perfil assistencial das especialidades de pediatria, obstetrícia e cirurgia geral do CHEDV, as quais já tinham sido alvo de contestação pelo respetivo Conselho de Administração atendendo à área de influência deste Centro Hospitalar bem como à qualidade do serviço prestado. -----

A 4 de dezembro de 2013, veio a ARS Norte apresentar uma proposta de requalificação da rede de cuidados perinatais, a qual prevê que o CHEDV passe a Centro Hospitalar com Apoio Perinatal em vez de se manter como Hospital de Apoio Perinatal Diferenciado. -----

Mais recentemente, a 10 de abril, foi publicada a Portaria n.º 82/2014, a qual classifica o Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga como pertencendo ao Grupo 1. Esta classificação é redutora, pois limita imediatamente a prestação de serviços de saúde uma vez que o CH perderá as valências de Obstetrícia e Neonatologia, podendo perder ainda os serviços de oftalmologia, otorrinolaringologia, pneumologia, cardiologia, gastroenterologia, hematologia clínica, oncologia médica e reumatologia. -----

---





Considerando que, uma vez mais, o Serviço de Pediatria/Neonatologia do CHEDV contestou esta proposta de requalificação atendendo nomeadamente a: -----

1 - Critérios geográficos/acessibilidade a cuidados de saúde em tempo útil: o CHEDV serve uma área de cerca de 1000 km<sup>2</sup>, abrangendo 7 concelhos da Área Metropolitana do Porto e Aveiro Norte (Santa Maria da Feira, Arouca, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra, Ovar e Castelo de Paiva (algumas freguesias), compreendendo áreas urbanas, semiurbanas e rurais com deficientes vias de comunicação e de transporte, dificultando a acessibilidade e mobilidade. Este Centro Hospitalar tem sido, ao longo de 15 anos, e na sequência do encerramento nomeadamente, da maternidade do Hospital de Ovar, responsável pela prestação de cuidados diferenciados aos recém-nascidos de uma população estimada em 330.236 habitantes (Censos de 2011). -----

2 - Equipamento: este hospital foi construído de raiz para a prestação de cuidados diferenciados na Área da Saúde da Mulher e da Criança. Assim, manter este CH como Centro Hospitalar com Apoio Perinatal Diferenciado não tem custos acrescidos, ao contrário de outras instituições. -----

3 - Movimento adequado, competência e experiência: o movimento assistencial da Unidade de Cuidados Intensivos Neonatais é adequado (mais de 2000 partos/ano até 2012) e vai de encontro com os critérios apresentados para a definição de Centro Hospitalar com Apoio Perinatal Diferenciado. Por outro lado, o CH dispõe de recursos humanos (médicos e de enfermagem) treinados e com experiência. A assistência médica especializada em neonatologia é garantida 24 horas/dia, 7 dias por semana, sem recurso a contratações externas. De referir que esta unidade tem como diretor o Sr. Professor Rui Carrapato, personalidade reconhecida a nível internacional pelo seu vasto curriculum, não só pelos trabalhos de investigação mas também pela sua representação na Direção e Comissão Executiva de Sociedades Científicas Nacionais e Internacionais. -----

Considerando o atrás exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária a trinta de abril de 2014, delibera que esta Assembleia Municipal expresse aos órgãos competentes (Presidente da República, Primeiro-Ministro, Ministro da Saúde e Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde) o seu total desacordo em relação a este processo com os fundamentos seguintes:-----

a) O CHEDV cumpre todos os requisitos para se manter como Hospital de Apoio Perinatal

---



Diferenciado (HAPD) -----

b) A Portaria n.º 82/2014, de 10 de abril, faz tábua rasa do histórico de experiência, competência e excelência dos resultados desta unidade hospitalar bem como impossibilita a equidade de acesso a cuidados de saúde em tempo útil.-----

c) Esta proposta implica desaproveitar uma Unidade Hospitalar com os recursos necessários para se manter como HAPD e privilegiar uma Unidade com menos condições, a exigir avultados investimentos e na proximidade de outros dois centros também equipados, prejudicando-se, assim, o erário público sem benefício inequívoco das populações.” -----

-----  
Para além dos documentos atrás transcritos, o grupo municipal do PSD apresentou a recomendação cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Considerando que: -----

- O concelho de Santa Maria da Feira tem dedicado uma particular atenção aos cuidados de saúde prestados à sua população: o Município tem em funcionamento 8 Unidades de Saúde Familiar, mais uma em construção e outra em projeto, 11 unidades de saúde, um Centro de Saúde que é a sede do ACES, bem como o Hospital de São Sebastião; -----

- O Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E., com sede em Santa Maria da Feira, agrupa o Hospital de São Sebastião, E.P.E. (Santa Maria da Feira), o Hospital Distrital de São João da Madeira e o Hospital São Miguel (Oliveira de Azeméis). Este Centro Hospitalar é responsável pela prestação de cuidados de saúde a uma população que ronda os 340.000 habitantes, residente nos concelhos de Santa Maria da Feira, Arouca, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra, Ovar e algumas freguesias de Castelo de Paiva; -----

- Foi publicada a Portaria n.º 82/2014, de 10 abril, que tem por objeto estabelecer os critérios que permitem categorizar os serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde (SNS), de acordo com a natureza das suas responsabilidades e quadro de valências exercidas, e o seu posicionamento da rede hospitalar e proceder à sua classificação, aí se classificando, no seu anexo, o Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga como Grupo I;-----

- Que esta portaria tem suscitado muitas dúvidas e preocupações; -----

- A implementação da portaria decorre até dezembro de 2015; -----

- De acordo com uma nota publicada no Portal da Saúde – perguntas frequentes – a Portaria aqui em causa pode ser alvo de alterações:-----

---



“A portaria em causa poderá ser alvo de alterações? -----

O objetivo da Portaria n.º 82/2014 é dotar o SNS de estabilidade na oferta, procurando a excelência pela concentração de saberes e competências. O planeamento da rede hospitalar é dinâmico e será desenvolvido de acordo com os recursos disponíveis e as necessidades das populações. Assim, em linha com as redes de referenciação e sempre que se verifique a necessidade de adequar valências assistenciais em determinadas regiões do País, o quadro agora estabelecido poderá ser revisto. A título de exemplo, as áreas de influência direta e indireta podem merecer revisão. Paralelamente, a relação mínima entre população e oferta de valências merecerá discussão alargada até 30 de setembro de 2014”; -----

- O Ministro da Saúde, em declarações públicas, afirmou que a Portaria não é minimamente estática e vai evoluir em função de outras decisões que ainda vão ser tomadas, acrescentando que esta portaria deve ser encarada como um guia para os planos estratégicos que os hospitais estão a elaborar e que também dependem do que vierem a ser os centros de referência e as redes de referenciação que serão definidas; -----

- Que o Primeiro-Ministro se referiu a esta Portaria como um ponto de partida e não como um ponto de chegada. -----

O Grupo Municipal do PSD, nos termos legais e regimentais, recomenda à Câmara Municipal que: -----

- Reúna com a Administração do Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga para analisar os impactos da Portaria neste Centro Hospitalar e inteirar-se da forma como está a ser pensado o seu plano de desenvolvimento estratégico; -----

- Que envolva os municípios que fazem parte do Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga na análise desta Portaria; -----

- Que reúna com carácter de urgência com o Ministério da Saúde para avaliar as implicações desta Portaria para o Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga; -----

- Que em todas estas reuniões, em particular junto do Ministério da Saúde, defenda intransigentemente uma cada vez maior qualidade e segurança dos cuidados de saúde prestados às populações pelo Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga.” -----

-----  
Interveio o membro **Valter Amorim** (CDS-PP) que começou por dizer, aludindo ao voto de louvor apresentado pelo Bloco de Esquerda, ao dia 1.º de Maio, que o CDS-PP considera esse

---



um dia relevante e que deve ser comemorado, mas que não deve ser partidarizado, frisando que o Dia do Trabalhador é de todos os trabalhadores e que não é detenção de alguns partidos. Em relação à moção pela urgência da construção da variante à EN 326 e da variante à EN 222, também apresentada pelo Bloco de Esquerda, referiu que o CDS-PP concorda tratarem-se de vias estruturantes e que são relevantes, não só para o concelho de Santa Maria da Feira como, também, para os concelhos limítrofes. Ressaltou serem vias de importância significativa, não só na deslocação de pessoas, bens e serviços, como também naquilo que é uma evolução económica e social destes concelhos e desta região e que, nessa medida, o CDS-PP não se opunha a essa intervenção. Fez sobressair que, no entanto, o CDS-PP entende relevante levar em consideração a situação financeira do País, bem como saber se existe dotação financeira para a conclusão dessas mesmas obras.-----

Relativamente à situação do Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga (CHEDV), comentou que, ao falar desse assunto, fala em causa própria porque diariamente trabalha no serviço de urgência daquele centro hospitalar, para além de trabalhar para o Instituto Nacional de Emergência Médica.-----

Disse compreender as moções e a recomendação trazidas à Assembleia sobre essa matéria, fazendo contudo sobressair que a Portaria em causa – n.º 82/2014, de 10 de abril – tem de ser ainda trabalhada até porque o prazo da sua aplicação é até ao término de 2015.-----

Referiu considerar relevante e fundamental que os grupos municipais representados neste Órgão tenham uma posição formal acerca do assunto, ressaltando não estar somente em causa aquilo que é o nível da qualidade de vida e dos cuidados de saúde prestados à população do Concelho, mas também às populações da área que tem influência direta do Centro Hospitalar, na ordem das 340.000 pessoas.-----

Salientou que, integrando o Município a Área Metropolitana do Porto bem como a Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, é fundamental que tenha uma atitude de relevância e de proeminência na defesa daquilo que é a causa pública, o serviço de saúde e o acesso ao mesmo, não só às populações feirenses como às de toda a Região.-----

Frisou que a portaria trata de um assunto que ainda está a ser trabalhado e que pode, e deve, ser melhorado e que, portanto, entende ser nesse aspeto que deve residir o foco, não só na defesa daquilo que é a organização do CHEDV mas, também, naquilo que são as perdas que possam acontecer.-----

---



Concluindo a sua intervenção, o membro Valter Amorim disse ser fundamental que todos adotem uma postura de coerência e de intervenção proactiva, mas não uma posição tão sectária naquilo que é, neste momento, um documento de trabalho, dizendo entender que o mesmo deve ser entendido dessa forma e não como algo tido como resolvido. -----

-----  
Interveio o membro *Serafim Guimarães* (PSD) que, aludindo à Portaria n.º 82/2014, de 10 de abril, disse ser uma portaria que trouxe preocupação porque requalifica o CHEDV no Grupo I e, portanto, levando a que o mesmo, potencialmente, perca valências. -----

Frisou que uma das valências que pode ser perdida, e que considera de essencial importância, é a obstetrícia, ressaltando que a confirmar-se essa perda não se justificaria discutir o CHEDV como sendo um hospital de apoio perinatal porque, não havendo partos, naturalmente não há bebés para irem para os serviços perinatais. -----

Ressaltou que a portaria menciona prazos de discussão no sentido de ser melhorada e que, nessa medida, o grupo municipal do PSD entendeu apresentar um documento no sentido de fazer algumas recomendações ao Executivo da Câmara, que considera ponderadas. -----

Salientou que, em primeiro lugar, é recomendado à Câmara que se certifique de qual é o impacto que a portaria, no caso de ser rigorosamente cumprida, tem sobre as pessoas que residem no Concelho e sobre as pessoas que residem nos concelhos vizinhos e que têm assistência prestada pelo CHEDV. Disse considerar que, primeiramente, é preciso estudar o impacto da portaria para saber qual a decisão a tomar em termos de reclamação, realçando que, a seguir, tal impacto será conversado com as Câmaras vizinhas envolvidas e, por fim, haverá um acerto negocial com o Ministério da Saúde na tentativa de garantir que o CHEDV continuará a ter a melhor assistência, destacando que isso passa por tentar manter as valências que sejam importantes. -----

O membro Serafim Guimarães prosseguiu a sua intervenção realçando que a segunda parte que queria destacar tem a ver com o hospital de apoio perinatal diferenciado. Nesse âmbito referiu que existe em Portugal, desde 1989, uma comissão que primeiramente designava-se por Comissão Nacional de Saúde Materna e Infantil e que, agora, se designa por Comissão Nacional de Saúde Materna, da Criança e do Adolescente, informando tratar-se de uma comissão não política, com características exclusivamente técnicas. Sublinhou que essa Comissão fez tudo quanto foi preciso para que, desde 1989, fosse garantida a qualidade da

---



assistência em Portugal no que diz respeito à área materno-infantil, e que para esse efeito foram encerradas 150 maternidades. -----

Disse que essa medida foi uma coisa horrível para as câmaras municipais e para os munícipes, mas que foi excelente para a qualidade dos serviços prestados, frisando que essa medida fez com que Portugal, que tinha dos piores resultados em assistência materno-infantil da Europa, passasse a ter dos melhores resultados do Mundo. Comentou que, portanto, o fechar alguma coisa é, por vezes, até positivo. -----

Referiu ainda que essa Comissão recomenda que, no País, haja três pontos de assistência perinatal diferenciada ou altamente diferenciada no Norte de Portugal, um na Região Centro, dois na Região de Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo, e um outro no Algarve e que, perante essa situação, existe uma comissão regional que está a estudar e a discutir com a Administração Regional de Saúde quais os locais onde tais serviços se deverão localizar. -----

Referiu ser óbvio que os serviços altamente diferenciados ficarão longe de Santa Maria da Feira, dando nota que esses serviços implicam cirurgia cardíaca, neurocirurgia, ou seja, valências altamente diferenciadas, salientando ainda que, na zona Norte, existe uma série de hospitais que têm apoio perinatal diferenciado. -----

Focou que os resultados baseiam-se no número de bebés que nascem com menos de 34 semanas ou com menos de 1500 gramas, dando nota que, na Região Norte, o Centro Hospitalar do Porto tem 108 desses casos, o Hospital de S. João tem 59, o de Braga tem 85 e o de Santa Maria da Feira tem 43 casos, sublinhando serem números referentes ao ano de 2013. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Serafim Guimarães sublinhou que a matéria em questão é preocupante e que, como tal, entende que a mesma deve ser discutida por técnicos, frisando estar convencido que as decisões serão tomadas tendo em conta aquilo que for defendido tecnicamente, e que não serão decisões políticas. -----

-----  
Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que, em relação à questão da reorganização hospitalar do CHEDV, começou por dizer achar incrível que se diga que uma portaria é um início de discussão. Frisou que uma portaria, publicada no Diário da República, é o fim da discussão e não o seu início, ressaltando que início de discussão é a constituição de um grupo de trabalho, é o lançamento de uma discussão pública, e que a publicação de uma portaria, em

---



Diário da República, é o fim de discussão, comentando que o Diário da República não é a sebenta da 4.<sup>a</sup> classe.-----

Salientou que um segundo aspeto que queria realçar é que o Serviço Nacional de Saúde está anémico, que toda a gente percebe isso pelos encerramentos que têm sido feitos nos últimos anos, pela falta de pessoal existente, entre outras situações, e que o governo entende que a cura para essa anemia é fazer-lhe uma sangria. Focou que uma sangria não faz muito bem a um paciente anémico, que é para o matar, e que a intenção da portaria é matar o Serviço Nacional de Saúde.-----

Disse, portanto, não valer a pena relativizar o problema e dizer-se que a questão está em discussão e que pode ser flexibilizada, sublinhando que a flexibilidade da portaria é igual à flexibilidade da troika e à flexibilidade do Ministro Paulo Macedo, ou seja, prende-se com o encerrar muito ou o encerrar pouco, mas que é para encerrar. -----

Concluindo, salientou que enquanto a posição do PSD vai no sentido de negociar quantas valências serão encerradas no CHEDV, o caminho defendido pelo BE é diferente, é o de bater o pé e dizer não ao encerramento de valências do Centro Hospitalar. -----

-----  
Interveio a deputada municipal **Margarida Gariso** (PS) que, começando por aludir às duas moções e à recomendação sobre o encerramento das valências do CHEDV, referiu que o grupo municipal do PS concorda inteiramente que a Câmara Municipal diligencie e interceda junto do Ministério para que as valências sejam mantidas da melhor forma. -----

Salientou, contudo, que há uma portaria que é muito clara e que promove e preconiza encerramentos e que, nessa medida, votar contra ou a favor das moções e da recomendação é, desde já, marcar uma posição, fazendo sobressair que o grupo municipal do PS está contra os encerramentos porque são altamente prejudiciais à população. -----

Ressaltou que a recomendação apresentada pelo grupo municipal do PSD vai no sentido de atenuar a firmeza e a posição contra os encerramentos, defendendo uma negociação e que se entre num diálogo, dizendo, sobre essa recomendação, que receia que aconteça o mesmo que aconteceu no caso da Escola de Hotelaria de Santa Maria da Feira que, de negociação em negociação, acabou no seu encerramento.-----

Frisou que o PSD, ao assumir essa posição, está a permitir-se a que se entre num diálogo que, no final, pode redundar no encerramento, reafirmando que o grupo municipal do PS quer

---





manifestar, desde já, que está contra o encerramento de valências no CHEDV porque é altamente prejudicial para a população. -----

Em relação ao encerramento de repartições de finanças disse, tanto no passado com o governo socialista, como atualmente com o governo do PSD, o grupo municipal do PS manifestou ser contra o encerramento dessas repartições. Salientou que, pelo contrário, o grupo municipal do PSD, quando em 2011 o governo era socialista, votou a favor a moção que protestava contra o encerramento de repartições e, agora, com a mudança do governo, já vota a favor do encerramento. Referiu não perceber essa coerência do grupo municipal do PSD, salientando que, pelo seu lado, o grupo do PS não muda nem faz táticas e estratégias políticas. -----

Quanto à moção no sentido da revogação do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 53/2014, disse que esse artigo vai em sentido de um retrocesso geracional porque está a limitar claramente o acesso de todos às acessibilidades, frisando que essa lei é inconstitucional e que, portanto, o grupo municipal do PS só pode manifestar-se no sentido da revogação. -----

Sobre a questão da utilização de software livre, disse que o grupo municipal do PS é a favor dessa recomendação porque permite uma poupança que poderá ser canalizada para outros fins, nomeadamente sociais, pelo que também é do entendimento que essa medida deve ser implementada pela Câmara Municipal. -----

Em relação à construção da variante à EN 326 e da variante à EN 222, fez notar que o grupo municipal do PS é, naturalmente, favorável porque corresponde a uma necessidade antiga das populações.-----

Relativamente à moção que fala dos resistentes antifascistas, disse que o grupo municipal do PS só pode estar de acordo porque esses resistentes são os grandes timoneiros do derrube do regime autoritário, para a implantação de um regime democrático. -----

Concluindo a sua intervenção, e no âmbito do 1.º de Maio, fez notar que o grupo municipal do PS vota favoravelmente o voto de louvor aos trabalhadores portugueses até porque os mesmos estão a ser altamente fustigados pelas medidas de ataque aos seus direitos e pelo problema do desemprego que, atualmente, afeta o País. -----

-----  
Interveio o membro **Ricardo Silva** (CDU) que disse achar engraçado que o grupo municipal do PSD, a respeito do CHEDV, venha apresentar números dos casos perinatais verificados nos hospitais, ressaltando, acerca disso, que os casos verificados no CHEDV não vão

---



desaparecer, mas sim acumular noutros hospitais e que, portanto, as filas de espera vão aumentar. Reafirmou que a posição defendida pela CDU é de que as valências do CHEDV devem ser mantidas, e não encerradas.-----

-----  
Interveio o membro **Valter Amorim** (CDS-PP) que começou por recordar que os cortes no Serviço Nacional de Saúde (SNS) iniciaram-se com o governo socialista e que assentavam na necessidade efetiva de promover uma reestruturação que fosse eficiente e eficaz para que o SNS fosse compaginável naquilo que são as necessidades das pessoas e oferecesse, de forma sustentada, um melhor serviço. -----

Salientou que a portaria em causa não é, contrariamente ao que se diz, estática, mas sim que é para ser trabalhada, reafirmando que se assim não fosse a mesma não daria um prazo para a sua aplicação, no caso o ano de 2015, e teria de ser aplicada no imediato.-----

Disse considerar relevante mencionar que foi instituído um grupo técnico para fazer o estudo da sustentabilidade e do financiamento do SNS, baseado nos pressupostos defendidos e expostos pela Entidade Reguladora da Saúde. Salientou que desse estudo resultou, em 2011, um relatório, que inclusive foi alvo de um parecer de uma entidade externa, no caso a Deloitte, onde foi considerado relevante desenvolver várias diligências para permitir que o mesmo SNS possa ser sustentado. -----

Frisou que, na altura, o Partido Socialista apresentou os seus objetivos e aquilo que, mediante as necessidades, seria a assunção de boas práticas, salientando considerar concebível e aceitável que nem todos os municípios poderiam ter um serviço eficaz e eficiente e que, daí, era preciso reestruturar aquilo que eram as redes, por exemplo, das maternidades, dos serviços de urgência, dos cuidados continuados, paliativos e até dos cuidados primários. Referiu que, perante essa necessidade, era importante agir e intervir para que a eficiência e eficácia fosse conseguida e para que as populações fossem bem fornecidas e servidas, considerando muito importante relevar essa intenção. -----

Quanto a dizer-se que vai haver encerramentos, disse ser provável que aconteçam e que, nessa mesma medida, considera importante que se discuta quais os serviços vitais e fundamentais manter para servir as populações afetas ao CHEDV, bem como as intervenções e démarches necessárias para isso. -----

Referiu haver pessoas de certas localidades de Vale de Cambra, por exemplo, que demoram

---



cerca de 45 minutos a chegar ao centro da cidade de Santa Maria da Feira, onde se localiza o Centro Hospitalar, e que demorarão bem mais tempo caso tenham de se deslocar para o Porto ou Vila Nova de Gaia. -----

Concluindo, disse considerar pertinente que tais pormenores cheguem ao conhecimento da respetiva Comissão e do Ministério da Saúde para que, em complemento com outros dados, como a validade técnica, científica e a sapiência da experiência, possam ser valorizados e sirvam para mudar aquilo que é uma pretensão inicial da portaria, em relação ao CHEDV. -----

Usou novamente da palavra o membro *Serafim Guimarães* (PSD), que começou por sublinhar que o PSD, em sítio algum, defendeu que seja encerrada qualquer valência do CHEDV, e que o que defende é, se calhar, uma metodologia diferente no sentido de conseguir levar a água a bom porto. -----

Referiu que um segundo aspeto que queria destacar é que, ao contrário do que foi mencionado, o assunto da reorganização hospitalar nada tem a ver com vagas ou com listas de espera. Salientou que a Comissão Nacional de Saúde Materna, da Criança e do Adolescente definiu, para a zona Norte, a necessidade de 30 camas para perinatais que, provavelmente vão ser distribuídas por três hospitais. Disse não saber se o CHEDV vai, ou não, ser um desses, que essa situação não está definida, ressaltando não se poder fazer serviços com 5 camas, a cargo de equipas enormes, sublinhando que isso não acontece em nenhum país civilizado. -----  
Concluindo reafirmou que, em Portugal, provavelmente prevalecerá aquilo que for indicado tecnicamente. -----

-----  
*Entretanto, tinham saído os membros Sérgio Cirino e Firmino Costa.* -----

*Entrou o membro Márcio Santos Correia.* -----

-----  
Posto isto, *Sr. Presidente da Assembleia* passou a submeter a votação os documentos apresentados, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– *Moção apresentada pelo BE intitulada “Pela urgência da construção da variante à EN 326 e da variante à EN 222”:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor (PS: 18, BE, CDU), 25 votos contra (PSD) e 3 abstenções (CDS-PP, Ind., PSD: 1 – Paulo Marques de Oliveira),

---



rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----  
-----

*Entrou o membro Armando Fontes Teixeira – Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa.--*  
-----

*– Moção apresentada pelo BE intitulada “Contra a Perda de Valências no Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga e contra o encerramento de Repartições de Finanças”:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor (PS: 18, BE, CDU) e 29 votos contra (PSD: 27, CDS-PP, Ind.), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----  
-----

*– Moção apresentada pela CDU intitulada “Resistentes Antifascistas”:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente – estando presentes 49 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----  
-----

*– Moção apresentada pelo PS intitulada “Pela revogação do Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril”:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 21 votos a favor (PS: 18, BE, CDU, CDS-PP), 27 votos contra (PSD) e 1 abstenção (Ind.), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----  
-----

*– Moção apresentada pelo PS intitulada “Pela defesa do Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga”* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor (PS: 18, BE, CDU) e 29 votos contra (PSD: 27, CDS-PP, Ind.), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----  
-----

*– Recomendação apresentada pelo BE intitulada “Pela utilização de software livre nos computadores utilizados pelo Município”:*-----  
-----

---



A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor (PS: 17, BE, CDU, CDS-PP), 27 votos contra (PSD) e 2 abstenções (Ind., PS: 1 – Valdemar Silva), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

-----  
– *Recomendação apresentada pelo PSD sobre o Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 28 votos a favor (PSD: 27, CDS-PP), 2 votos contra (BE, CDU) e 19 abstenções (PS: 18, Ind.), aprovar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

-----  
– *Voto de Louvor apresentado pelo BE intitulada “Ao dia 1.º de Maio”* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente – estando presentes 49 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar o voto de louvor em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

-----  
O membro **José Manuel Leão** (PSD) interveio para fazer uma declaração de voto, lendo o documento que, seguidamente, se transcreve: -----

“BLOCO DE ESQUERDA – CONSTRUÇÃO DAS VARIANTES EN 326 E 222 -----

O grupo municipal do PSD votou contra esta moção porque tentar incluir mais obras no plano estratégico de transportes e infraestruturas seria esvaziar o próprio plano estratégico, já que em 59 obras a nível nacional o nosso concelho tem 2. -----

Reconhecemos a necessidade da construção das duas variantes mas temos consciência do que significa um plano estratégico que a ser alargado a nível nacional deixaria de o ser. -----

BLOCO DE ESQUERDA – VALÊNCIAS NO CHEDV E ENCERRAMENTO DE REPARTIÇÕES DE FINANÇAS -----

Votamos contra porque a forma de lidar com estes assuntos misturando-os, significa ser contra por ser contra tudo com a agravante de identificar as repartições de finanças de Lobão e Paços de Brandão a encerrar quando em lado algum existe essa referência. -----

PS – REVOGAÇÃO DO ART.º 4.º DO DECRETO-LEI N.º 53/2014 -----



O PSD votou contra porque em primeiro lugar não é sequer adequado numa Assembleia Municipal estar a solicitar a revogação de um artigo de um Decreto-Lei. Por outro lado, em nosso entender, o aumento de restrições implica uma redução de imóveis a reabilitar e é crucial que Portugal intensifique a reabilitação urbana. -----

PS – DEFESA CHEDV -----

Votamos contra porque essencialmente esta moção representa uma visão minimalista da importância do CHEDV para a população abrangida, nomeadamente Santa Maria da Feira. ----

BLOCO DE ESQUERDA – RECOMENDAÇÃO -----

Votamos contra porque a mudança de todos os computadores municipais para software livre atualmente é impossível porque é impraticável, face ao apoio técnico mínimo necessário e a sua segurança imprescindível não poder ser assegurada. -----

Entretanto, dentro do que é possível e razoável, a Câmara tem adotado como princípio a utilização do software livre.” -----

-----  
A deputada municipal **Margarida Gariso** (PS) fez a seguinte declaração de voto: -----

“Votamos, naturalmente, favoravelmente contra o encerramento quer das valências do hospital quer das repartições de finanças, porque somos coerentes e os interesses do Município estão acima de outros quaisquer interesses, independentemente de sermos governo socialista, ou não sermos. Contrariamente ao PSD, que quando foi o governo socialista, contradisse o que disse agora e votou a favor a moção que protestava o encerramento da repartição de finanças. -----

Relativamente à questão da revogação do Decreto-Lei, que representa um retrocesso nas questões da mobilidade para todos, isto é um assunto também do concelho de Santa Maria da Feira, e tudo o que tenha que ver com a população do concelho de Santa Maria da Feira é do nosso interesse, independentemente de ser através de Lei ou através de Decreto-Lei, por que forma for. É nossa obrigação defender o interesse da população do concelho de Santa Maria da Feira. -----

Relativamente às obras, é uma questão de prioridade, e esta é uma prioridade. E é uma questão de princípio, nós somos políticos, não somos técnicos, e estamos aqui para defender o interesse da população. Por isso o defendemos. -----

E aqui é importante a Câmara Municipal assumir o que assumiu o PSD aqui nesta

---



Assembleia. Se forem encerradas valências no hospital de Santa Maria da Feira, o PSD tem responsabilidades porque quando podia assumir uma posição clara, entra na negociação sabendo que a negociação, à partida, irá dar aquilo que nós sabemos: nada.” -----  
-----

O membro **Moisés Ferreira** (BE) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Para uma declaração de voto sobre o nosso voto contra a recomendação do PSD. -----

Para o BE ficou muito claro, da discussão sobre a reorganização hospitalar, que existem duas posições sobre essa reorganização. Existe uma posição, que é aquela que o BE veio aqui apresentar, que é de recusar e rejeitar qualquer encerramento adicional ou que já tenha sido feito ao longo dos anos. Existe uma outra posição, que é vamos negociar quantos encerramentos é que serão feitos, que é a posição do PSD, por isso o BE votou contra.-----

Votou contra por outra razão. Porque dizer, naquela recomendação, que nada está decidido, que tudo está por decidir, que aquele é uma espécie de trabalho para estudo posterior, é enganar a população. -----

A Portaria que põe a reorganização hospitalar diz claramente que centros hospitalares do Grupo I, que foi o grupo onde foi classificado o CHEDV, não exerce valências de genética médica, farmacologia clínica, imuno-alergologia, cardiologia pediátrica, cirurgia vascular, neurocirurgia, cirurgia plástica, reconstrutiva e estética, cirurgia cardiotorácica, cirurgia maxilofacial, cirurgia pediátrica, e neurorradiologia, e pode não vir a exercer outras, como oftalmologia, otorrinolaringologia, etc. Portanto, colocar numa recomendação que nada está decidido, que tudo está para discussão, não é verdadeiro, e por isso o BE votou contra a recomendação.” -----  
-----

A deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) fez a seguinte declaração de voto:-----

“O PS votou a favor da moção que criou porque é justamente para situações de exceção, e de constrangimentos, que existe o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 163/2006, o Decreto-Lei das acessibilidades. -----

O artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 53/2014 nada mais é do que uma violação à Constituição da República, uma violação à Lei n.º 46/2006, que pune a discriminação do portador de deficiência, e, mais ainda, é um Decreto-Lei que pura e simplesmente abre caminho para que o Decreto-Lei n.º 163/2006 deixe de ser tido em conta.-----  
-----

---





Portanto, este artigo 4.º é excessivo porque o próprio Decreto-Lei das acessibilidades previa a situação de exceção, e este artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 53/2014 vem pura e simplesmente isentar todos os edifícios com 30 anos ou mais, inseridos em áreas de reabilitação urbana, de aplicar todos os normativos anexos no Decreto-Lei n.º 163/2006. Isto é anticonstitucional.”----

O membro **Ricardo Silva** (CDU) fez a seguinte declaração de voto: -----  
“Como sabe esta Assembleia, a CDU tem sido sempre apologista do software livre. E vir cá dizer que o software livre não é compatível com outro tipo de software instalado em qualquer equipamento, isto é um completo desconhecimento da realidade. E que ainda por cima é necessário mais técnicos. Os mesmos técnicos, se forem considerados técnicos, sabem trabalhar com o software livre, como sabem trabalhar com o software pago. -----  
A única diferença é ser pago ou livre. Inclusivamente os dois são compatíveis, a utilização. Portanto, a passagem pode ser feita gradualmente, e por isso é que existe lá a opção “exportar”, e o “exportar” muitas vezes serve para que se consiga passar do pago para o livre.” -----

Reentraram os membros **Sérgio Cirino e Firmino Costa**.-----

Saiu o membro **António Domingues Pereira**.-----

Posto isto, o **Sr. Presidente da Assembleia** fez notar que aquilo que é uma declaração de voto e o que não é uma declaração de voto só é possível avaliar pela Mesa precisamente no momento em que cada um dos senhores e senhoras deputadas a fazem e que, portanto, se compreenderá a dificuldade da Mesa na gestão dessa situação.-----

Disse, em seguida, que uma questão que tem sido debatida é o número de moções que têm sido apresentadas para discussão nas sessões, que têm esgotado o tempo estabelecido para o Período de Antes da Ordem do Dia. Referiu contudo que, apesar de esgotado esse tempo, daria a palavra por dois minutos a cada um dos grupos municipais para colocarem outras questões, para depois dar por encerrado o Período em referência.-----

Interveio a deputada municipal **Margarida Gariso** (PS) que começou por dizer que a questão que queria colocar prende-se com a negociação em curso respeitante à eventual aquisição de

---



ações da Empresa Geral do Fomento (EGF), no âmbito da Suldouro. -----  
Referiu, a esse respeito, que o Presidente da Câmara de Vila Nova de Gaia está a ser bastante pró-ativo nessa luta pela aquisição de ações, para obter a maioria da Suldouro, e que o mesmo está até a pensar intentar uma providência cautelar contra a privatização da EGF. Salientou que o grupo municipal do PS está inteiramente de acordo com essa medida, da providência cautelar, porque considera que tratando-se de uma empresa rentável, que é boa para os interesses dos privados, naturalmente também é boa para o interesse público, para os municípios e, portanto, para a população do concelho de Santa Maria da Feira. -----  
Concluindo, questionou o que pensa o Sr. Presidente da Câmara do assunto e em que ponto se encontra a negociação, bem como se a Associação Nacional de Municípios Portugueses está envolvida nessa luta pela aquisição da EGF, dado representar um benefício para os municípios.-----

-----  
Interveio o membro **Moisés Ferreira** (BE) que começou por dizer que a sua questão também se relaciona com a privatização da EGF e com as consequências que isso trará para a Suldouro e, por consequência, para o município de Santa Maria da Feira.-----

Referiu ser sabido que o Governo de coligação PSD/CDS-PP está a avançar com o processo de privatização da EGF, querendo privatizar a recolha e o tratamento de lixo do País e que, portanto, uma vez que a Suldouro detém uma participação maioritária da EGF está, também ela, em processo de privatização. -----

Salientou que com a privatização da recolha e tratamento do lixo, para além da situação monopolista que representa, faz com que os privados fiquem com um quinhão de ouro para explorar a seu belo prazer, ressaltando que isso coloca em causa a própria qualidade do serviço e que, portanto, o Bloco de Esquerda considera importante que o mesmo se mantenha na esfera pública.-----

Destacou ainda que o Governo blindou aos municípios a possibilidade de adquirirem mais peso dentro da estrutura acionista e que, portanto, estes ficam em posição minoritária e não conseguem, desse ponto de vista, impedir a privatização. -----

Concluindo questionou ao Sr. Presidente da Câmara se, tratando-se a recolha e tratamento do lixo de um serviço importantíssimo, estava disponível para lutar pela manutenção da Suldouro na esfera pública bem como se estava disponível para, em nome do Município, intentar uma

---



providência cautelar contra a privatização da EGF.-----

-----  
Interveio o membro **Valter Amorim** (CDS-PP), que referiu ter sido tornado público que o evento Imaginarius vai ter o patrocínio da entidade MEO. Questionou se o Sr. Presidente da Câmara tem conhecimento dessa situação e se o podia informar, naquele momento ou posteriormente, caso não tivesse essa informação presente, de qual o valor desse patrocínio. ---

-----  
Seguidamente, usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para dar os esclarecimentos que entendesse convenientes, face às questões colocadas.-----

Sobre a questão da privatização da EGF, informou que a informação de que dispõe a Câmara Municipal é a mesma que foi tornada pública e que consta do caderno de encargos da privatização, dando nota que, na última reunião de Câmara, fez distribuir a todos os membros da Câmara, incluindo os do Partido Socialista, toda a informação obtida, até àquele momento, sobre o assunto em questão.-----

Ressaltou que a sua posição pessoal é no sentido de ser contra a venda das ações até porque o caderno de encargos publicado apenas permite a venda de ações entre municípios, mas que abordará essa questão na próxima reunião da Câmara.-----

Sublinhou que, na situação em concreto, só poderia acontecer a venda e compra de ações entre os municípios de Santa Maria da Feira e Vila Nova de Gaia, uma vez não ser possível comprar ações do Estado, frisando serem essas as únicas que interessariam caso fosse para o Município assumir a liderança da Suldouro. Destacou que, não sendo isso possível, a Câmara de Santa Maria da Feira não vai vender as suas ações, sublinhando que tem sido nesse sentido que tem conversado com o seu homólogo de Vila Nova de Gaia.-----

Referiu que a verba que a Câmara receberia caso vendesse as suas ações é de cerca 1,6 milhões de euros, realçando que a Suldouro é o sistema do Grupo EGF que tem maior valor por ação, mas que é do entendimento que a Câmara deve manter a sua participação na empresa, seja ou não privatizada. Disse ser dessa opinião porque considera preferível manter o assento que o Município tem no Conselho de Administração, até porque tratando-se de uma atividade monopolista fica com sérias reservas quando a mesma é submetida às condições de mercado.-----

Relativamente ao impedimento da privatização, disse ter que falar com o Presidente da

---



Câmara de Vila Nova de Gaia sobre esse assunto, realçando que, pelo que sabe, basta um interpor a ação, que não precisam interpor os dois municípios, dizendo que isso acarreta custos.-----

Quanto à questão do patrocínio da MEO ao Imaginarius, disse que a intenção é obter patrocinadores para todos os eventos no sentido de minimizar as despesas, dizendo que, no momento, não tinha presente o valor mas que faria chegar essa informação ao membro Valter Amorim, ressaltando que um patrocínio também pode envolver outro tipo de serviços associados, que também têm valor.-----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia, passando a introduzir o Período da Ordem do Dia. -----

*Entrou o membro José Henriques dos Santos – Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande.* -----

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

##### 1 – Atas:-----

- Ata N.º 3 – Sessão Ordinária de 27 de dezembro de 2013-----

- Ata N.º 4 – Sessão Ordinária de 14 de fevereiro de 2014-----

O Sr. *Presidente da Assembleia* submeteu a apreciação dos senhores membros as atas em epígrafe, que lhes foram oportunamente enviadas, questionando se algum dos senhores ou senhoras deputadas tinham algum reparo a fazer ao teor das mesmas. -----

Interveio o membro *Valter Amorim* (CDS-PP), para dar nota que havia detetado duas gralhas na ata n.º 4, nomeadamente na página 24 da mesma, em que refere “Interveio o membro Filipe Amorim (CDS-PP)”, quando o correto seria “Interveio o membro Valter Amorim (CDS-PP)”, bem como na página 50 em que, em relação a uma sua intervenção, diz “também a CDU votaria favoravelmente os assuntos em questão”, quando o correto seria “também o CDS-PP votaria favoravelmente os assuntos em questão”. Solicitou, portanto, a correção dessas duas imprecisões.-----



O *Sr. Presidente da Assembleia* disse tratarem-se de correções evidentes, que não suscitam oposição, salientando que as duas gralhas mencionadas seriam devidamente corrigidas no original da ata n.º 4. Seguidamente, submeteu as duas atas, separadamente, a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 46 votos a favor e 5 abstenções, aprovar a Ata n.º 3 referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 27 de dezembro de 2013.-----

Mais deliberou, por maioria, com 44 votos a favor e 7 abstenções, aprovar a Ata n.º 4 referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 14 de fevereiro de 2014, com as correções apontadas pelo membro Valter Amorim.-----

*Reentrou o membro António Domingues Pereira.* -----

## **2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em referência, constante do II Relatório de 2014, informação escrita dada pelo Sr. Presidente da Câmara onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, bem como a listagem das obras e fornecimentos adjudicados pelo mesmo até 23 de abril de 2014, documento oportunamente distribuído, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – submetendo-o, em seguida, a apreciação. -----

Visto que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, dado que sobre a mesma não é exigida qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em epígrafe.-----

## **3 – Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida (deliberação da Assembleia de 27/12/2013)** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, na sequência da deliberação tomada pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 27 de dezembro de



2013, aludindo à informação prestada pelo Sr. Presidente da Câmara, datada de 24 de abril de 2014 – oportunamente distribuída, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor seguidamente se transcreve:-----

“Na sequência da deliberação camarária de 16 de dezembro de 2013 e da deliberação tomada pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 27 de dezembro de 2013 no seu ponto 4, cumpre-me dar conhecimento que não foram assumidos compromissos plurianuais ao abrigo da autorização prévia genérica concedida de 7 de fevereiro até à presente data.” -----

O Sr. Presidente da Assembleia, em face dessa informação, e confirmando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.-----

#### **4 – Relatório de Atividades e Prestação de Contas de 2013 da Câmara Municipal**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os documentos em epígrafe, cuja distribuição foi feita, oportunamente, em formato digital (CD-ROM), aos membros da Assembleia, tendo cada grupo municipal recebido um exemplar dos mesmos, em papel. -----

Em seguida, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para que prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 22 de abril de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Valter Amorim* (CDS-PP) que efetuou a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: -----

“Efetivamente, o CDS-PP, no que diz respeito ao Relatório de Atividades e Prestação de Contas de 2013, considerando-nos nós um partido responsável, tendo feito uma análise cuidada à documentação que nos foi fornecida, decidimos e temos a consciência de que, efetivamente, quando tomamos uma posição e o assumimos, e quando damos os nossos pareceres, temos que compreender que existem situações positivas e que temos de relevar, e também situações negativas que temos de apontar.-----

Nesta discussão propriamente dita, e no que a este ponto diz respeito, existem pontos que, de

---



facto, merecem a nossa consideração e apreço, muitos deles também coerentes com aquilo que é a nossa orientação e que são, inclusive, o nosso conceito doutrinário. -----

Também referir que é relevante perceber que muitas das apostas que foram tidas e que continuam a ser assumidas, são também elas, per si, apostas nossas, porque também consideramos que, de facto, são relevantes, são importantes, e daí que são aspetos que queremos sempre valorizar. -----

Desde logo uma preocupação tida, e dita, e assumida pelo Sr. Presidente da Câmara, pela preocupação para uma gestão de grande rigor, relevando aquilo que foi a taxa de execução orçamental, a rondar os 73%, quando anteriormente a mesma oscilava entre os 50 e os 60%. --

Desde logo é uma boa prática e é uma prática que deve ser relevada positivamente, como é evidente, tendo em consideração o que era a prática anterior que não era nada pródiga e que, eventualmente, poderia ir contra aquilo que seriam as boas práticas. -----

De referir, também, que dentro daquilo que foi o estudo, em termos de prestação de contas, e temos sempre a consciência que este exercício é sempre um exercício que quando é explanado e apresentado é um exercício previsional. E é com base nisso que, muitas vezes, aquilo que é uma estratégia definida, é assumida e trabalhada, e que muitas situações podem sofrer alterações em função daquilo que são intercorrências que, muitas vezes, não são expectáveis. Todos nós sabemos disso e todos nós compreendemos que assim seja. -----

Neste momento, e tendo em atenção os números naquilo que é uma situação contabilística e estatística, é relevante falar, em termos de análise global do orçamento, que, em matéria de execução orçamental, regista-se um aspeto que nos parece positivo que é a taxa de execução de receitas correntes na ordem dos 96,88%, e também nas despesas correntes, de 88,53%. ----

Mas também nos parece que, de facto, há algumas nuances não tão positivas. Neste caso, no que respeita às receitas de capital existiu um desvio daquilo que era expectável, de vinte e dois milhões, um pouco mais até, conduzindo a uma taxa de execução na ordem dos 55,30%. Em especial, e por aquilo que foi explanado e aqui apresentado, devido à não arrecadação efetiva dos montantes dos fundos comunitários, nos parece importante que, em termos futuros, possa haver uma alteração daquilo que é não só a programação como, também, a própria candidatura e os projetos que balizam e assentam estes mesmos fundos e naquilo que é elaborado e conduzido pela própria Câmara Municipal, na candidatura dos mesmos. -----

Também digo que nos parece algo não tão positivo as despesas de capital, que rondaram os

---





56,53%.-----

Pela análise global do orçamento, urge efetivamente verificar para este ano, neste caso 2014, estas mesmas rubricas, porque efetivamente uma gestão eficiente, e tendo uma estratégia de futuro delineada, não é compaginável com este tipo de desvios, digamos assim, das expectativas e que, como é evidente, muitas vezes podem conduzir até a uma certa insustentabilidade em termos daquilo que são os investimentos de relevo, de interesse para o Concelho.-----

Destacar ainda positivamente a evolução da poupança corrente do exercício, e relevando o facto de uma diminuição significativa da poupança corrente bruta na ordem dos 31,27%, em relação a 2012.-----

No entanto, seria também importante que estes mesmos dados e este mesmo tratamento contabilístico, aliás, como já em própria reunião de Câmara foi abordado, fosse e tivesse uma apresentação um pouco mais estratificada para compreensão, mais que não seja, para quem analisa e avalia.-----

Também, e no que diz respeito especificamente à análise do Orçamento da Receita, perceber que a taxa de execução da receita foi de 73% que, por si, é importante.-----

No entanto, lembrar que uma parte desta receita, e de relevo, é o PAEL e os 12,5 milhões de euros, esta rubrica de empréstimos é sempre algo que deve ser relevado, mais que não seja naquilo que é um exercício previsional para o ano seguinte. E é isto que nos preocupa. Efetivamente, este ano, e compreendendo a mais-valia que o PAEL trouxe porque permitiu que a assunção de responsabilidades, no imediato ou no curto prazo, da Câmara Municipal, fosse debelada, também compreendemos que, como é evidente, onera a própria Câmara naquilo que são as dívidas de médio e longo prazo. -----

Ainda nas receitas próprias, destaca-se as receitas correntes, neste caso, através dos impostos diretos, em particular com um aumento de 9,52% onde o IMI representa uma quota bastante significativa e relevante. -----

Também na análise do Orçamento da Despesa, verificar que há um aumento da despesa, do ano de 2013, na ordem dos 16,8 milhões em relação a 2012, um aumento de 22,65%. Essencialmente destacava um aumento da despesa com a aquisição de bens e serviços e também na rubrica total das despesas de funcionamento, quase 9 milhões de euros, também um aumento total das despesas correntes. -----

---



Ainda focar negativamente, na análise do Orçamento da Despesa, o coeficiente de realização global, neste caso o Plano Plurianual de Investimentos, ser de apenas 46,65%, abaixo dos 50%, e isto é relevante e é significativo.-----

Também destacar a diminuição global dos encargos decorrentes da dívida municipal, neste caso serviços da dívida municipal, em relação a 2012 e 2011, inclusive. -----

Em relação à própria dívida é importante tecer algumas considerações, sem antes reforçar, de facto, aquilo que é a pretensão da execução orçamental, em termos da sua taxa para este ano, os 85%, é bastante arrojado e é algo que se deve valorizar. -----

Como estava a dizer em relação à dívida municipal, destaca-se uma diminuição do endividamento municipal na ordem dos 20 milhões de euros, nestes últimos 4 anos, 10,7 milhões de euros em 2013. Sobressai que a dívida é de 54,6 milhões de euros e que, segundo a Câmara, está perfeitamente controlado. -----

De referir que houve uma diminuição da dívida total de, mais ou menos, 11 milhões de euros em relação a 2012, e que houve uma variação positiva de 19 milhões de euros, pouco mais, na variação entre 2010 e 2013. -----

Um aumento expectável na dívida de médio e longo prazo, na ordem dos 7 milhões de euros, alicerçado também naquilo que já foi dito, no PAEL. E também uma diminuição significativa na dívida de curto prazo, em função também do próprio PAEL, essencialmente.-----

Como disse, o PAEL foi um instrumento que, para nós, é relevante, que foi importante porque permitiu novas condições, independentemente de ter projetado a dívida para o futuro. No entanto apraz-nos registar que, para a economia local e para aquilo que são os interesses de muitos feirenses, e outros, é de relevo. -----

Falar, entretanto, naquilo que foi a análise de algumas situações que, para nós, também são e se coadunam com boas práticas, aquilo que foi liminarmente alterado em termos dos prazos de pagamento, é de realçar esse esforço. -----

Eu acho que o Estado, como disse, deve prestar um serviço diferente àquilo que nos habituou e deve, de facto, dar o exemplo, prática que infelizmente não tem sido muito habitual nos últimos anos e, eventualmente, nas últimas décadas. -----

Ainda existe capacidade de endividamento e isso é assumido, no entanto o valor de 5,1 milhões de euros, em termos dessa mesma capacidade, a nós causa-nos alguma apreensão em função de inevitabilidades que podem surgir ao longo deste mesmo ano e não se socorrendo, a

---



Câmara Municipal, de outros meios como o PAEL, ou outros, torna-se bastante complicado, eventualmente, de poder ser gerível esta situação. E é algo que nos preocupa e que implica que, efetivamente, exista um grande rigor em termos da gestão, indo ao encontro daquilo que são as expectativas da taxa de execução orçamental que a Câmara Municipal, para este ano, preconiza, eventualmente até um pouco mais para que isto seja possível, seja sustentável e seja gerível. -----

A Câmara deu especial ênfase ao desenvolvimento económico e ao emprego, neste mesmo Plano de Atividades, assumindo que também a ação social é uma premissa relevante e que, aliás, continua a subir. -----

Para nós essas mesmas situações são de relevo e apraz-nos registar, porque são também nossas, se assim é permitido dizer. -----

Considerar, efetivamente, aquilo que tem sido as iniciativas desenvolvidas pela Câmara, no caso, as visitas e as missões empresariais, que são importantes e relevantes. No entanto, a nós também nos parece ser vital que o exercício contrário também possa existir e, como tal, que a Câmara se esforce para desenvolver diligências que permitam que investidores estrangeiros, e também nacionais, que eventualmente labutam noutras áreas do País, possam querer vir para o nosso território e que possam aqui querer instalar-se. -----

É importante que a Câmara também diligencie para trazer outras mais-valias, neste caso, em termos do desenvolvimento económico e social e, como é evidente, em relação à questão do emprego, que é sempre premente e fundamental, hoje em dia. -----

Como é evidente, e achei caricato um lamento do Sr. Presidente, na reunião de Câmara, ao considerar a falta de cooperativismo do tecido empresarial concelhio, que é muito individualista e é preciso modificar. E lançamos, desde já, o repto e o desafio para que o Sr. Presidente possa, não tendo interferência direta sobre essas mesmas relações, mover um conjunto de diligências e, acima de tudo, possa ser um congregador de consensos que permita que esse tipo de estratégia e essa comunhão cooperativista entre os empresários se possa dar, como é evidente, trazendo mais-valias não só para eles como, em especial, para o Concelho e para os feirenses. -----

De referir, também, um pormenor que achamos interessante, em relação ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação. Compreendendo que a equidade pode estar aqui lesada e que, de facto, alguns dos muitos empresários do Concelho podem sentir-se, de certa

---



forma, minorizados, passando o termo. A verdade é que isto permite que muitas outras instituições, organizações, possam, com esta medida, ter uma possibilidade não só de subsistência como de desenvolvimento e, inclusive, de promover outro tipo de capacitações que são muito relevantes. No entanto, e em relação a este ponto em particular, seria muito importante que a Câmara Municipal, atendendo a essa equidade que é necessária, pudesse também ter alguma atenção, futuramente, para os restantes empresários, que foram sempre cumpridores, que sempre optaram por seguir um rumo de idoneidade e de responsabilidade. --- Na Ação Social e Qualidade de Vida, as parcerias com as instituições são, de facto, fundamentais. Destacamos um pormenor que achamos interessante e, inclusive, não só concordamos como achamos que deve ainda ser mais potenciado, que são os Fóruns Sociais de Freguesia. É o local certo, pela proximidade e pela relevância que têm junto das populações e dos cidadãos, para, efetivamente, fomentar sinergias e promover a sinalização de situações de dificuldades extremas e que careçam de uma intervenção responsável e, acima de tudo, atempada.-----

Também é relevante o pormenor em que nós, na última campanha eleitoral, assumimos que devia de ser atenta esta situação, que é sobre os novos pobres, neste caso, da classe média que hoje grassam, infelizmente, não só no Concelho como no País. Uma pobreza encapotada, não assumida por princípio e, até, por consciência. É importante ter uma atenção muito especial porque podem conduzir ao desequilíbrio pessoal e familiar dessas mesmas famílias.-----

E, como é evidente, focou e está dito que é necessário valorizar o imaterial. E isso é uma questão não só de consciência como de postura e de cidadania e, como tal, nós, neste caso o CDS-PP, concordamos e achamos, inclusive, ser mais um desafio que temos por lançar, Sr. Presidente, que é desenvolver programas não só de integração como de formação, informação e educação, seja ela social, cultural ou de saúde. Porque isto são boas práticas que são assumidas em países do Primeiro Mundo e que trazem e traduzem-se em resultados altamente significativos para as comunidades. Veja-se os países nórdicos, veja-se a Alemanha. -----

Gostaria também de falar, em termos genéricos, daquilo que foi o Plano de Atividades, que também a sua execução não foi eventualmente aquela que seria do preceito da Câmara, mas que a nós será relevante referir alguns aspetos.-----

Referir o atraso no PERM, independentemente das justificações plausíveis que possa haver, mas a verdade é que tem vindo sistematicamente a ser reveladas.-----

---



A conclusão do saneamento básico, este sim, um atraso significativo, e urge modificar e que urge terminar, para bem do Concelho e dos feirenses. -----

O próprio atraso do PDM, instrumento basilar e fundamental naquilo que é uma orientação de futuro para o Concelho. -----

O atraso das Pedreiras dos Limas, em Lourosa, que também julgamos que não é compaginável nem aceite. -----

E, como é evidente, também referir que várias das obras que entretanto foram pensadas para desenvolver não foram, de facto, terminadas.-----

E isto é sempre de apontar como exemplo do que deve ser mudado, para bem daquilo que é a tal taxa de execução orçamental e daquilo que é o conjunto de boas práticas, que são vitais para o Concelho.”-----

-----  
Interveio o membro **Ricardo Silva** (CDU) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Analisamos um Relatório e Contas que representam o fim da dinastia Henriques e o começo do principado de Emídio Sousa. -----

Principado que já se tem revelado, qual revista social cor-de-rosa, numa espécie dos agora republicados livros da Anita: «Emídio nas Arábias, Emídio em Manchester, Emídio em Moçambique» e por aí.-----

Notícias não há de que Emídio tenha visitado as freguesias após o processo de extinção das mesmas para acompanhar o estado de abandono em que se encontram as populações. Nem que visite as crateras de cimento que surgem em todas as vias. As fábricas que fecham umas atrás das outras. Emídio aposta no empreendedorismo e na procura de parceiros, enquanto que a população feirense tem 9306 desempregados inscritos, 44,7% de homens e pela primeira vez uma disparidade jamais registada: sendo que a maioria são sempre mulheres, desta vez são 64,3% de mulheres.-----

Os serviços públicos fecham: correios, finanças, querem destruir o nosso Hospital, promessa do PSD desde os anos 80, serviços de segurança social e de centros de emprego, escolas, e tantos outros serviços que são funções sociais do Estado e dos quais as pessoas dependem para poder sobreviver. Enquanto isto provavelmente o PSD bate palmas pelo aumento previsto de competências do Tribunal da Feira, enquanto as cidades à volta ficam sem acesso

---



ao direito e à justiça, numa clara demonstração de falta de solidariedade com os outros municípios à boa maneira deste executivo. Não revelam, no entanto, ser este o tribunal com mais processos levantados aos magistrados do Ministério Público por deixarem passar prazos (levando mesmo à suspensão de uma Procuradora), processos que mais do que terem a ver com a competência revelam a clara falta de meios humanos e técnicos na Justiça.-----

Alfredo Henriques saiu com o município praticamente igual ao que encontrou, apenas com mais edifícios e elefantes brancos e mais dívidas à banca. E a população está mais pobre, sem transportes, sem saneamento, essa promessa eterna que lembra os campeonatos que o Sporting vai sempre ganhar mas nunca ganha, a pagar balúrdios de impostos municipais diretos e indiretos, com a despesa que fica sempre, mas sempre, aquém do orçamentado.-----

Do Relatório é possível verificar que em termos de investimento, pouco mais de metade foi executado, como é hábito, apesar dos outdoors e da propaganda enganosa e vaidosa que fala de obras inexistentes. Uma espécie de terra dos sonhos, de facto. Talvez o investimento tenha dado para pagar a série Emídio dá a volta ao Mundo.-----

Relativamente à despesa não é possível deixar de notar o aumento de 439,21% na rubrica outras receitas correntes, que em nenhuma parte do documento vem discriminada. Assim, perguntamos ao Executivo, a proveniência deste aumento.-----

Relembramos que 2013 foi o ano do princípio do fim do poder local democrático que PSD e CDS tanto almejavam, mais um ajuste de contas com as conquistas da Revolução de Abril e a nossa Constituição. A extinção de freguesias é a marca do mandato anterior – a passagem de um rolo compressor sobre autarcas dedicados, com a criação de mega freguesias, sem meios técnicos e humanos, com cada vez mais competências, no intuito claríssimo de as privatizar, situação que ocorre já em vários municípios, nomeadamente em Lisboa, com a tentativa de privatização da recolha do lixo. Este foi sempre o principal objetivo: a diminuição de meios, para criar a ideia falsa de que o serviço público não responde e, portanto, os munícipes têm que financiar a ânsia de lucros do privado.-----

Foi também o ano em que uma conquista histórica dos trabalhadores da Administração Pública foi arrasada por PSD e CDS, com a conivência desta Câmara. Nem de propósito, amanhã, 1.º de Maio, celebra-se uma das mais marcantes conquistas dos trabalhadores: a redução do horário de trabalho.-----

“Um dia de rebelião, não de descanso! Um dia não ordenado pelos indignos porta-vozes das

---



instituições, que trazem os trabalhadores acorrentados! Um dia no qual o trabalhador faça as suas próprias leis e tenha o poder de as executar! Tudo sem o consentimento nem a aprovação dos que oprimem e governam. Um dia no qual com tremenda força o exército unido dos trabalhadores se mobilize contra os que hoje dominam o destino dos povos de todas as nações. Um dia de protesto contra a opressão e a tirania, contra a ignorância e as guerras de todo tipo. Um dia para começar a desfrutar de oito horas de trabalho, oito horas de descanso e oito horas para o que nos apetecer.”-----

Assim se lia a convocatória em 1886. O massacre de Haymarket, com os mártires de Chicago, é parte da história mundial e a luta pela redução do horário de trabalho confunde-se com a luta dos trabalhadores, por ser esta, sempre, uma das suas principais reivindicações.-----

E o PSD bem sabe que o «Acordo do vinho do Porto» que consagrou as 35 horas na Administração Pública, foi feito com o sacrifício dos trabalhadores à custa do congelamento da progressão nas carreiras e do fim dos aumentos salariais.-----

Mais, a lei das 40 horas, impõe-se, inconstitucionalmente, à autonomia do poder local. Esta Câmara, deliberadamente, nada fez e nada disse, nem em defesa da sua honra e perdoem-me a expressão popular «metendo o rabinho entre as pernas», aceitando como boa aluna sem capacidade de crítica a imposição ilegal. Assim, gostaríamos de saber se acaso já terão calculado a vantagem económica das 20 horas mensais grátis – ou seja, escravatura – que os funcionários estão obrigados a prestar. Se a Câmara presta um serviço público, não se entende nem o conceito de produtividade nem de lucro nesta prestação. Apenas da imposição de regras desumanas que impedem os trabalhadores do gozo de direitos fundamentais como o repouso, o lazer, a articulação com a vida familiar, como afirmou o Tribunal Constitucional. Aliás, a lei apenas passou com o pressuposto de que a mesma poderia ser alterada por contratação coletiva. E o que fez o carrasco do PSD? Impediu mais de 130 contratos coletivos que repunham as 35 horas de entrarem em vigor. Naturalmente, este PSD aplaude tudo o que seja retrocesso social, como bem se entendeu das palavras do senhor Presidente na sessão solene dos 40 anos do 25 de Abril. O povo a trabalhar, ignorante e sereno é o melhor povo do mundo.-----

Ajuste de contas há que fazer, parafraseando a citação da Câmara no Relatório «quem administra bens alheios, presta contas».-----

A rede de saneamento era para estar completa em meados de 2011. Não está.-----

---





Toda a população teria acesso à água e saneamento no fim de 2011. Não tem. E contudo paga taxas de 5 e 10 euros por algo que não existe e preços exorbitantes pela água, direito humano.- O saneamento e o tratamento das águas residuais deveria estar completo. Não está. Por exemplo, a ETAR da Remolha continua sem funcionar devidamente, continuando as descargas diretas e as queixas de mau cheiro, como a CDU verificou recentemente com a presença do candidato às eleições europeias, Miguel Viegas.----- Aliás, o mau cheiro é também imagem de marca das edições da Viagem Medieval, pelo que sugerimos que a Câmara trate de registar o cheiro único e inconfundível, não vá alguém usar sem pagar direitos de autor. Sempre é mais dinheiro que acresce ao pagamento de acesso ao local da viagem, aliás, pagamento ilegal, dado que condiciona o acesso dos munícipes à sua vida normal e diária. Dentro do perímetro estão os correios, a própria câmara, a igreja, bancos, cemitério e cada pessoa que faça a sua vida normal tem um voluntário a questioná-la sobre a sua vida privada – ilegalmente – e já agora requeremos ao Presidente da Câmara que nos forneça todos os documentos das entidades competentes para o licenciamento destes pórticos e deste pagamento, que viola a liberdade de circulação, dado que fecha uma zona da cidade aos cidadãos. Desde pareceres da Associação Nacional de Municípios, da IGAC, Ministérios, etc.”-----

-----  
Interveio o membro **Moisés Ferreira** (BE) que efetuou a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: -----

“O Relatório que foi entregue à Assembleia Municipal sobre a execução financeira relativa ao ano de 2013 regista um tom bastante positivo do Executivo, sobre a execução feita. Diz o Executivo que 73% foi uma execução excepcional. É verdade que temos que descontar o facto de a comparação ser sempre feita por baixo porque os anos anteriores tinham sido particularmente maus, de 50 e 60%, portanto, comparar com o muito mau é sempre mais fácil, mas existe este tom positivo. -----

Eu gostava de começar por dizer que, se uma execução de 73% é considerado como bastante positivo, isto quer dizer uma de duas coisas, o Orçamento foi bastante empolado e, portanto, foi feito sabendo-se que mais de 25% do Orçamento não era para cumprir, ou então, houve inabilidade de concretização daquilo que foi colocado no Orçamento. O Sr. Presidente da Câmara assume que é um adepto do liberalismo, que é um profundo liberal, são infelicidades

---



da vida, mas assume-se como liberal e certamente, como liberal, gosta dos conceitos de produtividade, de gestão por objetivos, etc.-----

Ora, 73% não é um bom conceito de produtividade nem é um bom número para a gestão de objetivos. Portanto, mesmo na lógica do liberalismo, não me parece haver razões para o tom tão positivo que é apresentado no Relatório.-----

E ele piora, na verdade, porque 73% é o geral, portanto, despesas correntes e receitas correntes. Mas se nós formos só às despesas de capital, que é o investimento, que é aquilo que realmente interessa, porque o resto é gestão corrente, são receitas e despesas correntes, a execução ficou-se pelos 56% e, portanto, volta aos níveis anteriores, bastante maus, por comparação, dos 50/60%.-----

Por isso, ponto prévio, não percebo o tom otimista que é dado no Relatório que nos é entregue. Provavelmente isto o que mostra e o que quer dizer é que o PSD copiou, nos últimos anos, para os orçamentos, aquilo que tem sido as suas práticas eleitorais, que é prometer mil e uma coisas, este mundo e o outro e, fatalmente, esses programas eleitorais transitam para o programa eleitoral a seguir porque, entretanto, nada foi concretizado.-----

E parece que é aquilo que acontece com os orçamentos desta Câmara Municipal. As execuções são baixas e, portanto, aquilo que não é executado transita para o ano a seguir, depois para o ano a seguir, depois para o ano que ainda virá a seguir a esse.-----

No entanto, se nós olharmos para a avaliação que a Câmara Municipal faz no Relatório que nos é entregue, nós podemos pensar que estamos face a um ano de execução orçamental completamente extraordinário. Por exemplo, a Câmara Municipal diz no Relatório, e eu vou citar: “Que todo o esforço e rigor financeiro não obistou à concretização dos principais investimentos e ao enfoque nos setores que consideramos prioritários para o futuro.”-----

E depois diz os setores, desenvolvimento económico, emprego, ação social, que vai ao encontro daquilo que o Sr. Presidente da Câmara focou, na sua intervenção e apresentação do Relatório.-----

Agora, lamento confessar que, depois, olhando para a Prestação de Contas, é muito difícil acreditar nesta afirmação, é mesmo muito difícil encontrar alguma sustentação para esta afirmação porque nós vamos olhar e as despesas de investimento teve 56% de execução, e dizia a Câmara que apesar de todo o rigor financeiro houve um enfoque naquilo que são os objetivos prioritários, os setores prioritários, desenvolvimento económico e ação social, mas o

---



investimento foi só de 56%. -----

Vamos olhar as funções sociais no Plano Plurianual, a execução anual foi de 45%, mas dizia a Câmara que, mesmo assim, não obstante isso, a ação social foi um dos eixos conseguidos, nunca largaram o eixo da ação social, mas a execução foi de 45%. As funções económicas, também no Plano Plurianual, a execução do ano foi de 50%, também. -----

Portanto, as execuções e o investimento feito, em 2013, não bate a bota com a perdigota, não bate o número com a afirmação que foi feita, supostamente de interpretação ao próprio número. -----

Depois vemos, também, uma série de obras, de projetos, etc., que figuravam no Orçamento para 2013 que, ou ficaram pelo caminho ou tiveram alguma dificuldade em se levantar do papel para o terreno. O Centro Escolar de Fornos está pelos 18%, a construção e a requalificação de cantinas escolares em 24%, apoio aos melhoramentos de unidades de saúde 44%, construção de parques de lazer ficou-se, também, por uma percentagem de cerca de 10%, o PDM continua a acumular anos de atraso e de caducidade, a habitação social é uma necessidade claramente sem investimento, dos 260 processos que foram analisados em 2013 só 22 famílias foram realojadas. -----

Portanto, das duas uma, ou é como as contas do Paulo Portas, que diz que todos os RSI têm 100 mil euros no banco e, então, neste caso, todas as pessoas que pediam a habitação social são os malandros dos ricos que querem habitação social, ou então, efetivamente não existe habitação social para todos os pedidos e para todas as necessidades, porque o Relatório diz 260 processos para 22 famílias, que nem sequer é compensado pelo mercado social de arrendamento, uma invenção do Governo PSD/CDS-PP que, em todo o ano, teve uma pessoa que, através do mercado social de arrendamento, teve a infeliz ideia de conseguir arrendar uma casa. Infeliz porque a maior parte delas são mais caras do que no mercado normal, no privado. -----

A taxa de saneamento, a Câmara diz no Relatório que ficou por uma taxa de 80% de cobertura, mas a verdadeira questão é qual é a taxa de ligação, porque sabemos que são duas coisas diferentes. Porque ter cobertura, mesmo assim, não é cobertura total como já tinha sido prometido em 2011, mas ter alguma cobertura e não ter pessoas a ligar é ter a infraestrutura e ela não servir de nada. -----

E nós sabemos porque é que isso acontece. Acontece porque as taxas são caríssimas e o preço

---



das taxas de ligação é uma espoliação às pessoas e, por isso, é que as pessoas não ligam e, por isso, é que se se retirasse essas taxas de ligação provavelmente haveria mais ligação à rede e, assim sim, o saneamento seria uma obra importante para o Concelho. -----

Encaminhando-me para o fim, gostava ainda de dizer uma ou duas coisas sobre o facto de o Executivo dizer que a poupança foi feita nas despesas correntes, que houve um rigor financeiro para reduzir aquilo que era possível nas despesas correntes. Não me parece que seja inteiramente verdade esta afirmação e suporto-me nos dados que são dados pelo Relatório. ----  
Porque, na verdade, a despesa corrente tem uma execução bastante alta, na ordem dos 90%, a despesa de investimento é que anda na ordem dos 50% e, portanto, aquilo que foi a poupança não parece ter sido feito na despesa corrente, mas sim sacrificando o investimento no Concelho.-----

Eu percebo, é uma espécie de dieta como o Governo preconiza, que não é tanto cortando as gorduras porque se mostrou que, afinal, elas não existiam, mas é uma dieta que vai diretamente ao músculo e ao osso, e foi um bocadinho o que aconteceu aqui. -----

Para além disso, é difícil de perceber que a despesa realizada com a aquisição de bens e serviços tenha aumentado 6 milhões de euros em relação a 2012 e, também, há de ser difícil explicar, num contexto de crise e de racionalização, que a Câmara Municipal tenha gasto mais em vestuário e artigos pessoais, gastando o dobro do que tinha gasto em 2012, neste tipo de despesas.-----

É de realçar ainda que os encargos com as dívidas e os juros representam 6 milhões de euros e, essa sim, é sempre uma rubrica executada a 100%. Aí não há meias medidas. As despesas de investimento e as execuções sociais podem ficar por 50%, mas juros e amortizações não se renegoceia nada, é pago a 100%, apesar de isso ser 6 milhões de euros do Orçamento. -----

E, portanto, em jeito de conclusão, aquilo que este Relatório mostra é que o ano de 2013 continuou a fazer com que o Município de Santa Maria da Feira não conseguisse dar uma série de respostas necessárias à população. -----

Os feirenses têm um poder de compra abaixo da média nacional, é um grave problema social e económico, certamente que a execução do Orçamento de 2013 não deu resposta a esta situação. Santa Maria da Feira tem um dos preços de água mais cara do País, não foi dada resposta nenhuma a este problema, que é absolutamente central na vida dos feirenses. -----  
Santa Maria da Feira continua sem um programa de emergência social, digno desse nome,

---



Santa Maria da Feira continua urgentemente a necessitar de habitação social, como se vê pelos próprios dados que são fornecidos pela Câmara Municipal, e Santa Maria da Feira continua a necessitar urgentemente de expandir as suas ações sociais para compensar e absorver os efeitos da crise e das políticas nacionais. -----

Não proponho, com isto, que seja o Município a fazer políticas nacionais, não pode ser certamente, mas proponho com isto que o Município olhe para as consequências da crise e das políticas nacionais e atue em conformidade, o que me parece por demais elementar, no caso, falando do Município. -----

Nós, ainda há dois ou três dias, soubemos dos números de beneficiários de uma série de prestações sociais, em março de 2013, e percebemos que 55% dos desempregados não têm qualquer apoio, não tem qualquer subsídio, percebemos que os números de beneficiários da RSI estão a baixar mês após mês, não é porque todos eles ganharam 100 mil euros no Euromilhões e têm a conta recheada, é sim porque as regras são mais apertadas exatamente para acabar com a RSI e para penalizar os pobres porque são pobres, e o complemento solidário de idosos também está a reduzir de mês para mês. -----

E, portanto, aquilo que são as prestações sociais a nível nacional estão a ser reduzidas e há, obviamente, um aumento da pobreza e Santa Maria da Feira não é um oásis e, certamente, que o propalado motor do desenvolvimento económico, porque o Sr. Presidente da Câmara usou essa figura, se nós compararmos aquilo que é a política social de Santa Maria da Feira, para as necessidades, o motor é de dois cavalos. Pode ser bom mas já não dá, não tem potência para aguentar e, portanto, o motor também precisa de ser calibrado desse ponto de vista. -----

Não vemos, no Relatório de Atividades e na Prestação de Contas, que 2013 tivesse alterado significativamente as opções do Executivo, as opções do PSD e, portanto, cremos que não tem ido ao encontro daquilo que tem sido as necessidades dos feirenses no Concelho.” -----

-----  
Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“O Grupo Municipal do PS considera importante abordar um conjunto de aspetos de teor técnico que, uma vez não verificados, podem comprometer o rigor da análise política. -----

Assim sendo, destacamos: -----

1. Atribuição de mais de 1 milhão de euros a Associações, IPSS, Grupos Columbófilos,

---



Centros Sociais e Grupos Desportivos, sob disfarce de transferências correntes, sendo na essência verdadeiros subsídios atribuídos sem quaisquer critérios objetivos. Falta de rigor!-----

2. Verificação do princípio do acréscimo ou da especialização do exercício. Sobre este princípio elucida o POCAL “os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem”. Se assim é, porque:-----

a. Não se considerou a renda do 4º trimestre da concessão à EDP, no valor de sensivelmente 600 mil euros, por ter sido recebida em janeiro de 2014, ainda que fosse respeitante a 2013?---

b. Não se considerou os encargos com pessoal resultantes da readmissão de 107 assistentes operacionais no ano de 2012, ano a que os encargos dizem respeito, ao invés de 2013? -----

3. Não obstante dos limites legais ao endividamento terem sido reduzidos por imposição legal a 20% do inicialmente previsto, ficamos seriamente preocupados com a inexistência de consolidação de contas, o que desrespeita a orientação n.º 1/2010 dada para a consolidação de contas do setor público. Aquela determina a obrigatoriedade de alargar o perímetro de consolidação às empresas que sejam controladas pela autarquia, entendendo-se por “controlo”, entre outras, a faculdade de vetar os orçamentos da outra entidade e a possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões do órgão de gestão de outra entidade. Isto é, a Feira Viva, pelo menos teria de consolidar as suas contas às do município. --

4. Para efeitos de dívida, os limites legais podem ser seriamente abalados se incluirmos a Feira Viva no perímetro de consolidação, algo que só não acontece pela existência de um subsídio à exploração superior a 1,5 milhões de euros, facto que também nos deixa preocupados dada a falta de manutenção dos espaços das Piscinas e Ginásios municipais, com os respetivos deficits de exploração que daí advêm, aos quais se vão juntar os mais que prováveis deficits de exploração da prometida Piscina de Canedo, que acabarão por forçar um aumento das subsidiasções camarárias, o aumento dos custos para o utilizador ou a redução da qualidade dos serviços prestados, em qualquer um dos casos cenários insustentáveis.-----

5. Relativamente à bandeira “liquidez”, é importante desmontar o louvor em jeito de último refúgio que o executivo apregoou. Na realidade seria estranho que não existisse maior liquidez na autarquia, visto que o PAEL libertou o executivo dos compromissos passados, substituindo-os por de longo prazo, sem que se deixasse de gerar receitas no presente. Claro está que daqui teria de resultar um excesso de liquidez, não havendo nada de extraordinário

---



nisso. -----  
Há evidências que não podem ser ignoradas. Temos um concelho de gente empreendedora, trabalhadora e muito esforçada que não é acompanhada pela Câmara Municipal que os espolia com altos impostos e taxas municipais, não os protege de uma empresa que presta um mau e caro abastecimento de água, falha ou tarda na concretização de projetos fundamentais de desenvolvimento local e trata as Juntas de Freguesia como parentes pobres do poder local.-----  
Este Relatório de Contas consubstancia-se numa tentativa frustrada de apropriação de méritos de quem não os tem, pois esses pertencem indubitavelmente a todos e a cada um dos feirenses.-----  
Por isso, por todas as razões sobejamente apresentadas, o Grupo Municipal do Partido Socialista votará contra estes documentos.” -----

-----  
Interveio a deputada municipal **Margarida Gariso** (PS), que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Esta é uma prestação de contas relativa ao culminar de um mandato de projetos adiados ou falhados, de que destacamos:-----

1. Sucessivo adiamento da conclusão das infraestruturas de saneamento e abastecimento de água com a celebração de um contrato que se tem revelado ruinoso para o município e para os feirenses; -----
  2. Extinção do Parque Empresarial da Cortiça;-----
  3. Encerramento da Escola de Hotelaria;-----
  4. Indefinição da situação do Europarque com visível degradação do espaço e do investimento público lá efetuado;-----
  5. Indefinição sobre o destino a dar às instalações do Tribunal de Santa Maria da Feira que continua em ruína, sujeito a vandalismo, com a continuação de pagamento de avultadas rendas pelo uso de outras instalações; -----
  6. Adiamento dos projetos relativos ao que se pretendia que fosse os clusters das artes performativas com atrasos na construção dos dois Polos do Centro das Artes;-----
  7. Inconclusão do processo das Pedreiras de Lourosa (taxa de execução de apenas 20%) e incerteza sobre a resolução do passivo ambiental e urbanístico das pedreiras das Penas, enquanto que o Hipermercado foi construído de forma célere e está a tirar os seus dividendos;
-





8. Constantes adiamentos da finalização do PDM, prejudicial ao correto ordenamento do território; -----
9. Desastrosa gestão das Zonas Industriais do concelho devido, nomeadamente, à inexistência de uma estratégia para a sua verdadeira gestão e promoção, com vista a torná-las mais atrativas a investidores com capacidade de gerar emprego; -----
10. O PERM (Parque Empresarial de Reciclagem de Materiais) continua a aguardar que, finalmente, as empresas lá se instalem e permitam atingir os almejados objetivos de criação de riqueza e emprego;-----
11. Consecutivos adiamentos da substituição das coberturas de amianto dos jardins de infância do concelho, com potencial dano para a saúde dos seus utilizadores; -----
12. Não concretização do Centro Coordenador de Transportes; -----
13. Sucessivos adiamentos da requalificação da rede viária do concelho, que se encontra em péssimo estado, com sérios riscos de prejuízos para o património e para a integridade física das pessoas, bem como para o erário público com eventuais indemnizações daí decorrentes. ---
- No que respeita às contas propriamente ditas temos a destacar o seguinte: -----
1. Os melhores indicadores de execução orçamental (73%), de melhoria de prazos de pagamento, de liquidez, resulta das verbas do PAEL (12.5 M euros) – e que introduz um conjunto de medidas onerosas para os munícipes – apenas requerido por municípios incumpridores, que foi fruto de uma gestão incompetente, que resultou em prazos médios de pagamento muito superiores ao previsto por lei (média de 127 dias, em 2012) o que revelava incapacidade da Câmara Municipal para solver dívidas/cumprir compromisso e não a qualquer mérito de “rigor na aplicação de dinheiros públicos e o direcionamento dos esforços para uma maior eficiência e eficácia, isto é, fazer melhor com menos dinheiro” – como afirmado no Relatório de Atividades. As propaladas melhorias resultam, também, do aumento das receitas correntes, devidas essencialmente aos aumentos dos impostos diretos – IMI, IUC, derrama e IMT, que representam 74% das receitas próprias. Verificando-se um aumento relativamente a 2012 de cerca de 2M€. O que representa um aumento de impostos em cerca de 10% sobre os valores já elevados de 2012, o que é denunciador de que a situação de melhoria na arrecadação de receita por parte do Município é feita à conta do empobrecimento e do sacrifício dos contribuintes, usando a mesma política seguida pelo Governo, de empobrecimento dos portugueses.-----
-



2. Enquanto que a poupança baixou 69% (de 7,6 milhões passou para 2,3 M), sendo de realçar que não cumpre a regra de Ouro do equilíbrio financeiro, porquanto libertou poucos fundos para investimento.-----

3. Afirma-se que “em termos de Gestão Financeira o ano de 2013 foi excepcional em termos de rigor e de resultados”, no entanto esta asserção é contrariada pelos factos que, a título de exemplo, indicamos como evidenciadores de falta de rigor e transparência: -----

a. No Quadro relativo à aquisição de bens e serviços, a verba maior que representa 65,7 % do total e é superior a 13,7 M de euros, refere-se a “outros serviços” que não sabemos quais são, contrariando as regras de rigor emanadas pelo Tribunal Contas e insertas no POCAL, que determinam que esta verba deverá ser residual, o que seguramente não é o caso. Até porque os gastos em estudos, pareceres, projetos, assistência técnica e outros trabalhos especializados, já somam quase 1M de euros. Afinal em que tipo de serviços foram gastos mais de metade do total da despesa em aquisição de serviços?-----

b. Ocorreram 16 alterações e 2 revisões ao Orçamento (sendo 14 ao orçamento de despesa); 14 alterações ao PPI; 13 alterações ao PAM e uma revisão. Donde mais uma vez se conclui que os documentos previsionais aprovados pela Assembleia Municipal pouco têm que ver com os finalmente executados.-----

4. Se, como afirmado no relatório a situação financeira da CM é assim tão boa e o índice de liquidez imediata no final de 2013 era de 93,77% (este indicador mede a capacidade do município para fazer face aos débitos ou compromissos de curto prazo utilizando apenas os montantes de disponibilidade) como afirmado nos relatórios, por que motivo a Câmara Municipal contraiu em 2014 um empréstimo de curto prazo no valor de 2M com pagamento dos consequentes custos/juros? -----

5. Foi extinto o PAAC (Plano de Apoio às Associações do Concelho) que teve como consequência que muitas associações recreativas e culturais estejam agora quase inativas, existindo apenas formalmente. Embora tenham sido atribuídos subsídios a algumas associações culturais e desportivas do concelho, no valor de várias centenas de milhares de euros, sem qualquer regulamentação definidora de critérios para a sua atribuição.-----

Neste contexto votamos contra o relatório e contas de 2013, pois espelham uma gestão que continua a não responder às necessidades reais e aos anseios das pessoas e que em nosso entender, nem desenvolveu as potencialidades do concelho, nem representou uma melhoria da

---



qualidade de vida das pessoas. Bem pelo contrário, como anteriormente dito, esta é uma prestação de contas relativa ao culminar de um mandato de projetos adiados ou falhados.”-----

-----  
Interveio o membro **Fernando Moreira** (PSD) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Documento bem organizado e muito completo. Porque nos últimos anos a sua melhoria tem sido visível e reconhecida, deixo uma palavra de apreço para os técnicos que procedem à sua elaboração. -----

A discussão destes documentos tem de ser política, mas se não tiver em conta os indicadores técnicos e de gestão, será uma discussão que pouco ou nada valerá.-----

Se a análise for apenas política é muito fácil concluir, para uns, que o copo está meio vazio e, para outros, que está meio cheio. -----

Só tendo em conta todos os elementos é possível fazer uma análise correta dos mesmos, sem que isso signifique a existência de uma leitura única. -----

A divergência é possível e pode até ser muito salutar, se fundamentada. -----

Ao longo do último mandato, em condições extremamente adversas, de todos conhecidas, o executivo conseguiu chegar ao final do mandato com indicadores que não sendo extraordinários são muito bons e no panorama nacional arrisco mesmo a dizer que são excelentes.-----

A taxa de execução orçamental foi de 73%. -----

O endividamento municipal foi reduzido nos últimos 4 anos em mais de 20 milhões € e só no último ano a redução foi superior a 10 milhões €, tendo-se fixado o montante da dívida em 54,6 milhões €. -----

O prazo médio de pagamento encontra-se presentemente nos 61 dias. -----

A dívida do município de médio e longo prazo, sem dívida de curto prazo, situa-se como foi referido nos 54,6 milhões €, custando a sua amortização e juros 5.574.936,26 €, ou seja, cerca de 7% do total das receitas. -----

O resultado líquido foi positivo e no valor de 12.812.374,93 €. -----

Apesar de todas as alterações legislativas e limites criados ao endividamento, Santa Maria da Feira mantém ainda uma capacidade de endividamento de médio e longo prazo superior a 5 milhões €. -----

---



Apesar de todas as alterações legislativas e inconstitucionalidades que obrigaram que em 2013 tivessem de ser pagas despesas de pessoal respeitantes a 2012, conseguiu-se ainda uma poupança corrente superior a 2,3 milhões €. Não fora aquela alteração, situar-se-ia na casa dos 4,5 milhões €, ainda assim um pouco aquém do conseguido em anos anteriores. -----

Para quem andou ao longo destes últimos anos a anunciar a falência e o desastre económico eminente, não terá gostado muito dos dados constantes destes documentos. -----

Apesar de não ter sido possível concluir ainda o PDM, que para mim já é um processo mais que kafkiano, apesar de não se conseguir ultrapassar os 50% em termos de receitas de capital, por razões que se encontram justificadas para quem as queira entender e dos vários cenários adversos, não só foi possível conseguir ótimos resultados em termos de gestão financeira, acima referidos, como dar corpo a diversos investimentos considerados prioritários no âmbito do desenvolvimento económico, do emprego e da ação social. -----

Com a revisão do regulamento de taxas urbanísticas, procurou-se facilitar a vida aos empresários e assim poder contribuir para o possível crescimento das suas empresas e consequente criação emprego; -----

Prosseguiram as obras do PERM, dos Centros Escolares, quer em termos de obra como em termos de apetrechamento das escolas, a Praia Fluvial de Milheirós de Poiares, o Passadiço junto ao Rio Uíma, a Caixa das Artes, polo 1 e 2, encerramento das Pedreiras de Lourosa, na área do saneamento básico, concluiu-se a Bacia B4 e prosseguiram as empreitadas das Bacias da Lage e Cáster. Preparou-se o processo para a recuperação da Pedreira das Penas que se iniciará brevemente e ainda muitas outras obras em diversas freguesias do nosso concelho. ----

Deu-se a melhor e maior atenção à Ação Social com enfoque na Divisão Social que com uma fantástica rede espalhada por todo o concelho tem feito e fez um trabalho notável a favor dos mais desfavorecidos.-----

Na área cultural a Biblioteca Municipal e os museus continuam a merecer um destaque especial seja a nível concelhio ou regional. -----

Os eventos de referência como as Fogaceiras, a Viagem Medieval, Imaginarius, Festival para Gente Sentada, Terra dos Sonhos, foram concretizados com êxito e brilhantismo. Foram ainda estabelecidas diversas parcerias que permitiram a realização de diversos eventos espalhados pelo Concelho.-----

Naturalmente que não foram atingidos todos os objetivos estabelecidos no orçamento

---



aprovado em 2012. Verificam-se alguns atrasos que poderiam e deveriam merecer alguma análise, sobre o motivo por que se atrasaram. Mas isso, para muitos, não é importante. É muito mais fácil dizer apenas que não se cumpriu e está encontrado o motivo para se votar contra.-----

Será que é culpa do executivo, que até está a pagar a tempo e horas, a falência do empreiteiro que adjudicou a casa das artes – polo 1? Estes acontecimentos não provocam forçosamente atrasos? O rigoroso inverno que tivemos não poderá ser causa de atraso em determinado tipo de obras?-----

Por nós, compreendemos a generalidade dos atrasos verificados e entendemos que os documentos em análise para além de bem apresentados e de fácil leitura deixam-nos a garantia de podermos continuar uma aposta forte na educação, na saúde, na cultura e na ação e coesão social do concelho.-----

Não podia terminar sem deixar uma palavra de apreço para duas pessoas que atualmente não fazem parte do executivo mas que tiveram uma quota-parte importante nos resultados obtidos. São eles o ex-presidente Alfredo Henriques e o ex-vereador Celestino Portela. ----- Certos de que o executivo continuará a ter uma política de rigor na gestão financeira e procura de uma maior eficiência no seu dia a dia, votaremos favoravelmente estes documentos.” -----

-----  
Interveio o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os esclarecimentos tidos por convenientes, face às questões colocadas. -----

Aludindo à intervenção do membro Valter Amorim, esclareceu, em relação às receitas de capital e investimento, tratar-se de uma situação que, na generalidade, se prende com os fundos comunitários e que não significa uma perda de receita. Explicou que para a Câmara poder apresentar uma candidatura a uma determinada obra, tem que a ter prevista no orçamento e, muitas vezes até, já lançado o procedimento do concurso público. Salientou que se essa obra tem um prazo de execução, por exemplo, de dois anos, e demorando a aprovação da candidatura 8 ou 9 meses, naturalmente que a execução da obra vai-se prolongar no tempo. Referiu, nesse âmbito, que o importante é conseguir a aprovação da candidatura, para a obtenção de fundos e que, portanto, prefere ser acusado de não conseguir uma determinada taxa de execução do que não poder apresentar uma candidatura a fundos comunitários, por a mesma não estar inscrita no Orçamento. -----

---



Em relação à questão das missões empresariais ao estrangeiro, frisou considerá-las de extrema importância, também no sentido de atrair investidores. Disse, a propósito, que vai participar numa feira internacional em Joué-Lès-Tours, a convite daquela Câmara e daquela Região, e que nessa feira vai poder apresentar a plataforma BizFeira recentemente criada, bem como uma edição especial da respetiva brochura, traduzida em francês, exatamente no intuito de atrair investidores daquele mercado, que considera importante.-----

Quanto à questão do algum excesso de individualismo, disse ser verdade que os portugueses têm o hábito de trabalhar muito individualmente, salientando que, por vezes, ir ao mercado internacional permite uma significativa redução de custos bem como atração de clientes, frisando ser esse o espírito que a Câmara está a tentar inculcar aos empresários do Concelho, também por intermédio das missões empresariais. Nesse âmbito, aludiu à missão empresarial que foi feita à Suíça, salientando terem participado quatro empresas do setor do calçado, em modo de parceria e não como concorrentes, sublinhando que esse é um meio de partilhar despesas, espaços, logísticas, entre outras coisas, reafirmando ser esse o espírito que se pretende, aos poucos, inculcar.-----

Sobre a questão da valorização do imaterial, disse pensar que os próximos anos são essenciais para essa valorização, realçando contudo que, pelas críticas que ouviu na presente sessão, entende que vai sendo difícil as pessoas compreenderem o investimento no imaterial. A esse propósito, referiu que o membro Moisés Ferreira, na sua intervenção, disse que queria desmistificar o investimento feito pela Câmara no desenvolvimento económico e na ação social porque, ao analisar os documentos, vê rubricas de centenas de milhares de euros que não correspondem em termos de resultados. Sublinhou, nesse âmbito, que muito do trabalho realizado nessas áreas é imaterial, fazendo sobressair que o melhor ou pior trabalho da ação social não se mede pelas verbas gastas mas sim pelo envolvimento das pessoas, da comunidade, da sociedade civil neste processo, ressaltando que o mesmo se passa com o desenvolvimento económico. Disse que uma missão empresarial com, por exemplo, 10 empresários, produz efeitos em 100 ou 200 empresários porque aqueles que nela participaram vão, posteriormente, partilhar a informação e conhecimento que absorveram nessa missão, reafirmando que tais resultados não se medem em números.-----

Relativamente ao atraso do saneamento básico referiu que, de facto, a Câmara tem a noção de que ainda há muitas casas que não estão ligadas à respetiva rede de saneamento, fazendo

---



contudo sobressair que o Concelho já tem uma cobertura de 80%, que já existe uma rede de saneamento muito significativa a funcionar, e que só falta as pessoas fazerem a ligação à rede. Sobre as pedreiras de Lourosa, informou que a fase ambiental já foi concluída no ano passado, e que as pessoas podem ir visitar aquele local para comprovar isso. Salientou que, para além da componente ambiental existe a componente paisagística, realçando que essa também já se encontra digna de se ver e que, portanto, o principal está feito.-----

Quanto ao PERM, disse tratar-se de uma obra que está prevista ser executada em 2 anos, que se iniciou em dezembro de 2012 e que, apesar dos dois invernos muito rigorosos, é previsível que fique concluída com um ou dois meses de antecedência em relação aos dois anos, considerando isso notável dadas as condições de trabalho e dado envolver movimentos de terras.-----

Em relação ao proferido pelo membro Ricardo Silva, de que o Presidente da Câmara não tem visitado as freguesias que foram extintas, salientou que todos os dias percorre o Concelho, que gosta muito da sua terra e que tem grande apreço pelos feirenses e de conversar com eles, realçando que nenhum feirense pode dizer que o Sr. Presidente da Câmara não o recebe. -----

Sobre a questão do muito desemprego verificado no Concelho, disse ser uma preocupação que partilha, informando que a Câmara está a trabalhar para encontrar soluções para esse problema, tentado envolver os centros de formação, as entidades empregadoras, entre outras, no intuito de dar a volta a essa situação.-----

Relativamente à questão da reorganização judiciária disse que a Câmara sempre defenderá os interesses de Santa Maria da Feira. Disse ter sido ele próprio que, na altura, era então Vereador e Vice-Presidente da Câmara, conduziu o trabalho de análise desse processo, envolvendo alguns advogados do Concelho, alguns dos quais do Partido Socialista, no sentido de se fazer o trabalho de casa para apresentar sugestões, salientando que a reorganização judiciária não prejudicará, à priori, a situação judicial de Santa Maria da Feira, ressaltando que alguns até entendem que melhora. Referiu que gostaria que os outros municípios tivessem os seus serviços de tribunal mas que entende que o município de Santa Maria da Feira, neste processo, não ficou mal servido.-----

Em relação à questão das rendas das atuais instalações do tribunal, colocada pela deputada municipal Margarida Gariso, disse que esse processo foi sobejamente conhecido, foi público, e que ficou satisfeito com a solução que, na altura, foi encontrada. Salientou que todos os

---





magistrados e todos os funcionários judiciais têm, naquele local, as melhores condições de trabalho. Em relação ao valor da renda, frisou que essa foi uma negociação feita pelo governo da altura, do Partido Socialista, recordando que essa despesa é da Administração Central e não do Município de Santa Maria da Feira. -----

Sobre a questão do aumento das receitas correntes, nomeadamente as do IMI e do IUC, referiu que o governo tem seguido uma política de cortar algumas das receitas das autarquias, principalmente as provenientes do Estado, realçando que a Câmara tem que ter alguma receita sob pena de não conseguir fazer nada. Salientou que, perante essa situação, houve lugar a alguns ajustes no que ao IMI diz respeito, no sentido de corrigir algumas injustiças no âmbito das avaliações dos prédios, atualizando-se essas avaliações, sublinhando que isso resultou num aumento da receita do IMI. -----

Em relação à Viagem Medieval, fez sobressair tratar-se de um evento que envolve todo o movimento civil concelhio e que permite às associações terem uma receita muito significativa, que as ajuda a suportar o orçamento anual. Referiu que os cheiros mais notados na Viagem Medieval são os do assar a carne, que considera um cheiro agradável, dizendo, em relação à situação do Rio Cáster, que o mesmo não está despoluído nem vai estar tão cedo, mas que, tirando uma ou outra situação pontual, a água já apresenta, nos dias de hoje, uma qualidade diferente. -----

O Sr. Presidente da Câmara prosseguiu a sua intervenção aludindo às questões colocadas pelo membro Moisés Ferreira, salientando, em relação à questão das despesas correntes e da falta de investimento, que depende da leitura e análise que se faz, realçando que, do seu ponto de vista, há despesa corrente de investimento quando, por exemplo, a Câmara tem 10 ou 20 técnicas da ação social a trabalhar, a quem paga salários, a quem disponibiliza um carro para as transportar até às freguesias para fazer o trabalho, reafirmando que, para ele, isso é despesa de investimento. -----

Em relação à apreciação feita ao desenvolvimento económico em termos de números, referiu considerar que, como já salientou, os resultados vão muito além dos números.-----

Sobre a questão referente à habitação social, disse haver cerca de 800 fogos de habitação social e que tem a plena confiança nos serviços técnicos da Câmara na gestão dos mesmos, acrescentando que se houve lugar ao realojamento de 22 agregados familiares, das 260 candidaturas, é porque esses 22 casos reuniam os requisitos para que lhes fosse atribuída casa,

---



e os restantes não. -----

Em relação à despesa e à poupança, esclareceu que a Câmara tem, naturalmente, despesa corrente que tem de pagar, como é o caso do pagamento dos salários, do pagamento aos fornecedores, ou das despesas de funcionamento do dia a dia.-----

Quanto à referência de que a Câmara gastou muito em vestuário e artigos pessoais, disse julgar que esses gastos estão relacionados com a compra de fardas e de calçado de segurança para os trabalhadores da Câmara, que ocorreu em 2013, sublinhando entender que os mesmos devem andar dignamente vestidos. -----

Relativamente à questão relacionada com os juros e amortizações dos empréstimos, sublinhou que a Câmara gosta de cumprir os seus compromissos e que, portanto, vai continuar a pagar aquilo a que se comprometeu.-----

Sobre a ação social, disse ter achado curiosa a afirmação que comparou o serviço da Câmara a um carro de 2 cavalos, comentando, sobre isso, que embora ainda não ande de Ferrari, pelo menos já anda de carro. -----

A propósito da intervenção efetuada pelo membro Daniel Gomes referiu, em relação à questão dos subsídios atribuídos sem objetivos, julgar que aquele membro se estava a referir às transferências que a Câmara fez para os Centros Sociais, recordando que o ano de 2013 foi um ano de forte investimento na construção de alguns equipamentos sociais, financiados pelo Programa PARES. -----

No que diz respeito à questão da consolidação das contas, informou haver uma recomendação que aponta a apresentação das contas consolidadas para o mês de junho, realçando que nessa altura as contas consolidadas serão presentes à Assembleia Municipal. Disse que tal assunto relaciona-se com as contas de todas as entidades onde a Câmara participa, realçando que algumas delas ainda não têm as suas contas aprovadas.-----

Sobre o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), disse que o mesmo serviu para resolver os problemas de tesouraria que a maioria das câmaras tinham e para pagar aos seus fornecedores, conduzindo à transformação da dívida a curto prazo em dívida de médio e longo prazo. Referiu que quase todas as câmaras que puderam, recorreram ao PAEL, sublinhando considerar que a Câmara de Santa Maria da Feira, ao ter recorrido a esse mecanismo financeiro, tomou uma boa medida de gestão financeira. -----

Realçou, contudo, que apesar do empréstimo do PAEL, a Câmara diminuiu, no ano de 2013, o

---



seu endividamento em 10,7 milhões de euros.-----

Sobre a intervenção da deputada municipal Margarida Gariso, o Sr. Presidente da Câmara referiu que a mesma fez uma elencagem dos projetos que a Câmara se tinha proposto levar a cabo, sublinhando, a propósito do abandono do projeto do Parque Empresarial da Cortiça, que essa matéria já foi suficientemente esclarecida. -----

Em relação ao encerramento da Escola de Hotelaria, referiu que a Câmara lamenta o sucedido, fazendo sobressair que, contudo, conseguiu-se contornar o problema porque a Escola Secundária de Santa Maria da Feira tem, atualmente, um excelente curso de hotelaria. Frisou que os recursos mais importantes ficaram em Santa Maria da Feira, realçando que os recursos mais importantes eram os professores e os formadores, e não o edifício, e que a Escola Secundária está a conseguir manter a qualidade da formação nessa área. -----

Sobre a questão do Europarque disse ser preciso esperar para ver o que vai acontecer e, sobre a Caixa das Artes, referiu que está em obra. -----

Em relação às questões do saneamento básico, das rendas do tribunal e das pedreiras de Lourosa, salientou já ter respondido a essas questões.-----

Quanto à crítica da desastrosa gestão das zonas industriais, salientou que tal significa que os lotes estão todos vendidos na zona industrial de Fiães, na zona industrial de Lourosa, acrescentando, em relação à zona industrial de Romariz, que o argumento de que essa zona industrial estava deserta deixou de poder ser usado uma vez que foram vendidos 4 lotes da mesma, perspetivando-se que, a muito curto, ali se instalem mais empresas. Frisou, portanto, estar a haver uma boa dinâmica quanto ao desenvolvimento económico do Concelho.-----

Sobre o Centro Coordenador de Transportes, informou ser um assunto que a Câmara está a desenvolver, informando já haver verba comunitária para a sua construção. -----

Quanto à afirmação de que a melhoria nos prazos dos pagamentos não se deveu ao mérito tido pela Câmara mas sim ao aumento dos impostos, que representam 74% das receitas próprias, disse não ter havido aumento de impostos e que algumas das taxas até baixaram, reafirmando, quanto ao PAEL, que foi um mecanismo financeiro usado pela Câmara Municipal. Realçou que se a Câmara não aumenta a receita proveniente de alguns impostos tem, depois, de compensar com alguma perda nas transferências que faz. -----

Quanto à afirmação de que a melhoria na arrecadação de receita é feita à custa do empobrecimento dos contribuintes, disse ser da opinião que tal empobrecimento se deveu

---



muito mais ao desastre do que foi o País nos últimos 10 anos, comentando que, agora, é preciso cumprir com as obrigações assumidas.-----

Sobre a questão relacionada com a aquisição de bens e serviços, e sobre a afirmação de que não sabe a que se referem, sugeriu à deputada municipal que lesse a página 31 do relatório porque ali está claro a que se referem, nomeadamente as despesas com a eletricidade, água, gás, saneamento, recolha e tratamento dos resíduos sólidos, entre outras. -----

Quanto ao porquê da Câmara ter um empréstimo de curto prazo, esclareceu ser uma conta caucionada como qualquer empresa tem, para o que for preciso.-----

O Sr. Presidente da Câmara, concluindo a sua intervenção e sobre a afirmação da deputada municipal Margarida Gariso de que votava contra os documentos, comentou que a situação contrária é que seria surpreendente. -----

-----  
Interveio a deputada municipal **Margarida Gariso** (PS) que começou por comentar que apesar do tempo ter sido curto, o grupo municipal do PS teve tempo suficiente para ler os documentos, salientando, contudo, que se a Câmara organizasse a documentação de forma diferente, fazendo constar mapas resumo, que isso ajudava imenso e pouparia muito tempo. ---

Em relação às questões que foram colocadas referiu que, sem surpresas, o grupo municipal do PSD concorda com tudo o que consta dos documentos e mostra estar satisfeito com aquilo que tem sido feito no Concelho, salientando, contudo, não ser isso que os feirenses sentem.----

Disse, relativamente à questão do edifício do Tribunal, que efetivamente foi encontrada uma solução e que os custos, na altura, foram ponderados, mas que o antigo edifício do Tribunal encontra-se em processo de degradação, que está constantemente a ser vandalizado e que, portanto, independentemente do mesmo pertencer, ou não, ao Município, é preciso saber o que fazer a esse edifício. -----

Salientou que nesta sessão já se discutiu a questão das valências do hospital e que essa não é uma competência direta do Município, ressaltando, todavia, que tudo o que tem a ver com o Município tem a ver com a Assembleia Municipal e que, servindo este órgão para defender os interesses do Concelho, o grupo municipal do PS não se demite dessa função.-----

Relativamente à questão do PAEL, disse que nem todas as câmaras aderiram a esse Programa, salientando que muitas tinham uma boa saúde financeira, fizeram uma boa gestão e não precisaram de aceder a esse mecanismo financeiro. Referiu que o PAEL trouxe apoio mas

---



também custos, frisando que os cidadãos vão sofrer sacrifícios dado que a dívida do Município aumenta e há custos a pagar com esse empréstimo. -----

Salientou que a receita do IMI aumentou, relativamente a 2012, um milhão de euros e que isso justifica a proposta que o Partido Socialista apresentou no sentido de reduzir a taxa de IMI, que foi votada contra por parte do PSD.-----

Em seguida, passou a ler extrato referente à página 91 do Relatório e Contas que, de seguida, se transcreve: “Contudo, a dívida de utentes, contribuintes, ostenta o montante bruto de 3.519.616,92 €, tendo sido provisionado o montante de 2.026.278,99 €, por serem dívidas em atraso, a mais de 180 dias. -----

Este acréscimo resulta da dificuldade de cobrar as receitas referentes às taxas de saneamento e recolha de resíduos sólidos, das rendas de habitação social, agravada pela da conjuntura económica que o país atravessa.”-----

Disse considerar que as razões a que fez referência são mais do que suficientes para que se levasse a cabo uma redução das taxas de IMI, salientando que essa seria uma boa forma de adotar uma política social de apoio aos cidadãos e que, portanto, lamenta que essa situação não tivesse sido devidamente acautelada. -----

Questionou, em seguida, como é possível que na rubrica Outros Serviços conste uma verba de 13,7 milhões de euros, representando 65,7% do total da verba relativa à aquisição de bens e serviços, dizendo que tem o direito de saber a que refere essa rubrica. -----

Disse que não se deve dizer que a Câmara faz uma gestão transparente e rigorosa quando os membros desta Assembleia, que têm a obrigação de fiscalizar a Câmara Municipal, não sabem do que se trata essa verba, ressaltando ainda que todas as normas europeias, do Tribunal de Contas e do próprio POCAL, obrigam a que a verba da rubrica “Outros” seja residual.-----

Em relação ao empréstimo de curto prazo e sobre a afirmação do Sr. Presidente da Câmara que muitas autarquias e empresas recorrem a empréstimos de curto prazo para fazer face às dificuldades de tesouraria, frisou que no Relatório diz que a liquidez imediata da Câmara, no final de 2013, era de 93,77%. Disse, portanto, não compreender que a Câmara esteja a gastar dinheiro em juros e outros custos referentes a um empréstimo de curto prazo de 2 milhões de euros e que, nesse sentido, não via justificação para a contração do mesmo. -----

-----  
Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por aludir ao proferido pelo membro



Fernando Moreira para dizer que o problema não é o existir, ou não, recuperação económica, mas sim o existir à custa de quem e à custa de quê.-----

Nesse âmbito, salientou que quando se presencia cortes nas despesas de investimento, quando é sabido quais as implicações que o PAEL traz para a população e que a Câmara, por estar bastante endividada, tem obviamente dificuldades em executar políticas que seriam necessárias, principalmente do ponto de vista social, então que é aí que reside o problema.-----

Fez sobressair que o chamado ajustamento é sempre feito à custa dos de baixo e que é esse o problema que se nota ao analisar o Relatório e Contas da Câmara Municipal. -----

Em relação à questão das candidaturas à habitação social, disse que o Sr. Presidente da Câmara pode não se meter na forma como os serviços técnicos funcionam, mas que terá de convir que é estranho haver 90% de rejeição das candidaturas, realçando que tal não é normal em nenhum concurso, em lado nenhum. Comentou que, para que tal quantidade de rejeições tivesse existido, ou um conjunto de amigos juntaram-se para chatear os serviços camarários ou os critérios são muito apertados ou, ainda, ao facto de não haver habitações disponíveis. Nessa medida, questionou à Câmara qual o número de habitações sociais disponíveis, neste momento, no Município. -----

Sobre a afirmação do Sr. Presidente da Câmara de que o investimento, na área social, é imaterial e, portanto, não pode ser medido por números mas sim pelo envolvimento, referiu ser do entendimento que essa afirmação é contradita por uma outra que o mesmo proferiu, de que o Plano de Emergência Social da Área Metropolitana do Porto permitiu alargar alguns projetos.-----

Nesse âmbito, fez sobressair que o Plano de Emergência Social foi dinheiro, não foi envolvimento, acrescentando que entende muito difícil de explicar às pessoas que se elas estiverem muito envolvidas vão sair da situação de pobreza. Sublinhou que a situação de pobreza resolve-se necessariamente com dinheiro, com investimento na área social, realçando que não basta ter muita fé e não basta ter muito envolvimento para sair da situação de pobreza.-----

-----  
Interveio o membro **Ricardo Silva** (CDU) para dizer que o Sr. Presidente da Câmara falou do cheiro verificado na Viagem Medieval mas esqueceu-se de falar do cheiro verificado na ETAR da Remolha. -----

---



Salientou, também, que não se pode justificar os atrasos das obras com o mau tempo e com os invernos rigorosos, salientando, por exemplo, que os buracos existentes na estrada que vem de Ovar e que atravessa a freguesia de Espargo não se devem somente ao inverno rigoroso, sublinhando, ainda, que essa é uma empreitada municipal.-----

Concluindo, recordou a questão da Ribeira da Lage. -----

-----  
Usou novamente da palavra o *Sr. Presidente da Câmara*, começando pelas questões colocadas pela deputada municipal Margarida Gariso na sua última intervenção. A propósito de qual será o destino a dar ao antigo edifício do tribunal, informou que a intenção do anterior Governo era a demolição, que deu à Câmara um prazo para o fazer mas que a Câmara protelou um pouco porque é do entendimento que o mesmo não corria o risco de ruir. Salientou que, entretanto, o atual Governo, através do Sr. Secretário de Estado, deu a indicação que o edifício é recuperável e que, mediante isso, a Câmara está a aguardar pela decisão do Governo quanto ao que fazer ao edifício. Frisou ser uma situação que o deixa preocupado dado acontecer no território de Santa Maria da Feira, comentando, contudo, que a Câmara não pode obrigar o Estado a fazer uma obra que a Câmara gostaria que fosse feita. ----  
Sobre o PAEL, disse ser verdade que muitas câmaras não aderiram ao PAEL, mas não pelas razões tão positivas apontadas pela deputada municipal Margarida Gariso, ressaltando que eram muito poucas câmaras que tinham essa boa situação de não terem dívidas em atraso. Sublinhou que muitas não aderiram devido às condições que o Governo impôs para esse Programa, devido às penalizações para quem não cumprisse tais condições, frisando que cada câmara tem a sua política de investimento e toma as suas opções. Frisou que muitas câmaras, caso não tivessem aderido ao PAEL, encontrar-se-iam numa situação muito pior à que se encontram. -----

Quanto a afirmação de que se justifica uma redução da taxa de IMI face ao aumento da receita proveniente desse imposto, salientou que, no município de Santa Maria da Feira, a taxa aplicada já é 20% inferior à taxa máxima permitida. Comentou que o território feirense tem muitos problemas que precisam ser resolvidos mas que é do entendimento que a taxa de IMI não deve ser reduzida, recordando que a Câmara necessita de receitas e dinheiro para pagar e cumprir os seus compromissos, bem como para investir em áreas que entenda necessário, como na ação social.-----

---





Sobre a verba referente a Outros Serviços que consta do quadro Aquisição de Serviços, esclareceu que a mesma diz respeito aos encargos com a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos e com a recolha e tratamento de efluentes, ou seja, com o saneamento, esclarecendo que tal verba está relacionada com aquilo que a Câmara tem de pagar à SIMRIA. Sublinhou que caso houvesse alguma incongruência quanto a esse aspeto, tal seria mencionado pelo auditor externo, recordando ainda que o Tribunal de Contas vai apreciar os documentos.-----

Em relação à afirmação do membro Moisés Ferreira no sentido de que o plano de ajustamento é sempre feito à custa dos mais pobres, disse que o País seguiu más políticas e que, agora, está a ser feito o ajustamento que tinha de ser feito e que, infelizmente, são todos os portugueses que o têm de pagar. -----

Sobre o facto de 90% das candidaturas à habitação social não terem sido aceites, reafirmou confiar na apreciação que os serviços técnicos da Câmara fazem às candidaturas, acrescentando, a esse respeito, considerar que também o mercado de arrendamento começa a dar sinais de poder dar algumas respostas. -----

Referiu discordar totalmente com o membro Moisés Ferreira quando o mesmo diz que o problema da pobreza resolve-se com dinheiro, realçando, nesse âmbito, ser evidente que em algumas situações pontuais é necessário algum apoio financeiro mas que, do seu ponto de vista, o problema resolve-se com a criação de mais oportunidades de trabalho. -----

Concluindo, sublinhou que a Câmara está a fazer um grande esforço ao nível do desenvolvimento económico, dizendo preferir que a sociedade ultrapasse o problema da pobreza através da criação de mais oportunidades do que à custa da atribuição de subsídios. ---

-----  
*Entretanto, no decorrer da discussão deste assunto, saíram os membros Valdemar Silva e Leonardo Barbosa.* -----

-----  
Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 29 votos a favor (PSD), 17 votos contra (PS: 15, BE, CDU) e 4 abstenções (PS: 2 – Ana Pires de Oliveira e Rui Alves Rios, CDS-PP, Ind.), aprovar o Relatório de Atividades e os documentos de Prestação de Contas do ano de 2013 da Câmara Municipal, bem como a respetiva proposta de aplicação do resultado líquido do exercício, e

---



ainda a atualização do inventário – dossiê cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

-----  
*Saíram os membros Adriana Cardoso, Minervina Rocha, Manuel Jacinto Moreira, António Óscar Neves, e Idalina Noémia Abreu.*-----

**5 – Proposta de Revisão Orçamental**-----

- **1ª Revisão ao Orçamento da Receita**-----

- **1ª Revisão ao Orçamento da Despesa**-----

- **1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos**-----

- **1ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

-----  
O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 22 de abril de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

-----  
Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que, ao analisar a proposta de revisão orçamental, notou a intenção de reforçar as verbas para os transportes escolares e para o apoio social escolar e que, por isso, queria questionar se tais verbas estavam suborçamentadas, no Orçamento para 2014, confirmando-se aquilo que o Bloco de Esquerda na altura disse, de que era preciso mais verbas na ação social e nas funções sociais do Município.-----

Sobre o reforço da verba para a pavimentação de ramos da rede viária municipal, disse considerar que a rede viária municipal está num estado calamitoso, digna de uma frente de guerra, mencionado, como exemplo disso, a estrada que faz ligação à localidade de Arada. Nesse âmbito, questionou à Câmara se tem um plano para fazer a intervenção na rede viária ou se é para ir-se tapando os buracos, sem haver planeamento.-----

Concluindo, e ainda a propósito da rede viária, questionou se a Indaqua Feira está a ser

---



chamada a pagar a requalificação da rede viária.-----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que fez sobressair que o assunto em questão trata-se de uma revisão orçamental, no sentido de incorporar no Orçamento de 2014 o saldo de gerência transitado de 2013, salientando, nesse âmbito, que são reforçadas as verbas das rubricas entendidas necessárias. -----

Sobre a questão da rede viária, nomeadamente a estrada a que fez referência o membro Moisés Ferreira, disse que efetivamente aquela estrada está com um problema, informando estar marcada, para a próxima semana, uma reunião no intuito de tentar resolver essa situação. Em relação à questão respeitante às responsabilidades, referiu que nas obras da Câmara a responsabilidade é da Câmara, e que nas obras da Indaqua Feira a responsabilidade é da Indaqua Feira, recordando que as obras da Indaqua Feira são acompanhadas pelos serviços técnicos da Câmara.-----

-----  
Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 43 votos a favor (PSD: 25, PS: 17, CDS-PP) e 2 abstenções (BE, CDU), aprovar a 1.<sup>a</sup> Revisão ao Orçamento da Receita, a 1.<sup>a</sup> Revisão ao Orçamento da Despesa, a 1.<sup>a</sup> Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e a 1.<sup>a</sup> Revisão ao Plano de Atividades Municipal – documentos cujo teor se dá aqui por reproduzido e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas –, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 22 de abril de 2014.-----

-----  
*Reentraram os membros Minervina Rocha, Manuel Jacinto Moreira e António Óscar Neves.--  
Saiu o membro Ricardo Gomes dos Santos. -----*

-----  
**6 – Relatório de Gestão e Contas de 2013 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. (para conhecimento)**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe – cuja distribuição foi feita, oportunamente, em formato digital (CD-ROM), aos membros da Assembleia, tendo cada grupo municipal recebido um exemplar dos mesmos, em papel – a que se refere a deliberação camarária de 22 de abril de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros

---



desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita, fazendo notar tratar-se de um assunto presente à Assembleia para conhecimento.-----

-----  
Interveio o membro **Ricardo Silva** (CDU) que começou por dizer querer recordar os artigos 78.º - Fruição e criação cultural e artigo 79.º - Cultura física e desporto, da Constituição da República Portuguesa. Posto isso, passou a ler documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Afirmando sempre a cultura e o desporto como direitos fundamentais, na dupla vertente da criação e da fruição, o entendimento da Feira Viva como empresa que comercializa cada vez mais a cultura, merece não só a nossa discordância como o nosso veemente repúdio desta lógica que tem vindo a ser assumida. -----

Não obstante, a CDU, como sempre, reconhece a validade de muitas iniciativas e mesmo a alteração de visão e estruturação de alguns eventos – desde logo a entrega do Imaginarius a gentes da terra, com redução substancial de custos, melhoria visível da programação que retoma a sua génese de colaboração de gentes da terra e para as nossas gentes. -----

Também a aposta no Festival para Gente Sentada, e já este ano, no panorama musical português só pode ser motivo de aplauso. -----

Como sempre, a Natação Adaptada merece o nosso louvor em relação a quem a pratica, às famílias dos atletas e à equipa que os treina e acompanha, numa demonstração de inclusão que dificilmente se encontrará noutra município. -----

Assim, sobre este ponto, apenas referimos que entendemos que a filosofia tem que ser revertida e olhada para a cultura e o desporto como direitos fundamentais de todos.” -----

-----  
Interveio o membro **Sérgio Cirino** (PS) que começou por dizer que, em primeiro lugar, queria congratular-se com o que está bem, nomeadamente com a diminuição de 245.000 euros do subsídio municipal. -----

Salientou, contudo, haver alguns perigos que se afiguram e que entende importante serem mencionados. Referiu ter havido um grande investimento na área cultural, nas artes criativas, mas que o “hardware não acompanhou o software”, ou seja, que não existem infraestruturas para apoiar as associações que investiram nessa área. Sublinhou que os concelhos vizinhos já se adiantaram e já têm essas infraestruturas mas que o concelho de Santa Maria da Feira

---



atrasou-se e que, portanto, o cluster da cultura também vai ficar pelo caminho. -----  
Disse que é importante não deixar fugir do Concelho um investimento de mais de dez anos e que começa a dar os seus frutos, pondo em perigo as realizações levadas a cabo no Município porque, se os artistas não vêm para cá, vão para os concelhos vizinhos e vão ali criar riqueza. -  
Salientou que um outro problema que deve ser solucionado prende-se com o facto de que a Feira Viva pretende gerar espaços de qualidade e prestar serviços de qualidade, mas que a manutenção dos equipamentos, disponibilizada pela Câmara à empresa municipal, não acontece. Frisou que, apesar do esforço da manutenção dos utentes e das receitas, não se pode fornecer bons serviços caso os espaços não tenham qualidade, sublinhando que era importante a Câmara olhar para essa situação. -----  
Referiu ser urgente, também, resolver o problema do Parque Ornitológico de Lourosa, realçando que aquele equipamento é um sorvedouro de dinheiro e de despesa, e que esse problema tem de ser solucionado. -----  
Destacou, por fim, que queria dar os parabéns àquela que é a menina dos olhos de toda a gente, que é a Feira Viva Natação Adaptada, sublinhando ser motivo de orgulho para todos. ---  
Concluindo, disse querer fazer um requerimento à Mesa no sentido de que lhe fosse explicitado, se possível por escrito, qual o procedimento da regra da cedência de tempos, questionando como é que alguém, não se inscrevendo para discutir um assunto, que prescinde de intervir, pode ceder tempo a outros grupos municipais. -----

-----  
**O Sr. Presidente da Assembleia**, a respeito da questão levantada pelo membro Sérgio Cirino sobre a cedência de tempos, disse que essa questão será analisada em sede da Comissão Permanente, da qual o Partido Socialista faz parte. Referiu, contudo, que o procedimento que tem sido usado pela Mesa é um entendimento da Comissão Permanente, recordando que o próprio grupo municipal do Partido Socialista já usufruiu dessa regra. -----  
Seguidamente, e verificando que o Sr. Presidente da Câmara não pretendeu usar da palavra para prestar esclarecimentos, passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento do Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Exercício de 2013 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. – dossiê cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----  
-----

---



Reentrou o membro *Adriana Cardoso*. -----

Saíram os membros *Gastão Valente, António Domingues Pereira e Armando Teixeira*. -----

**7 – Concessão de Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Concelho de Santa Maria da Feira/Tarifário para o ano de 2014 (AM de 27/12/2013)** -----

**- Alteração das tarifas volumétricas de abastecimento de água (para conhecimento)** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara* para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 07 de abril de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Ricardo Silva* (CDU) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Em contraciclo com todos os dados e com a realidade mas sempre na lógica do servilismo absoluto ao capital, mais uma vez, a Câmara Municipal dá cartas no desrespeito pelos direitos humanos. -----

Para alguns pode parecer pouco, porque são dos tais que concentram a riqueza e não conhecem a definição de direito humano. Os feirenses estão mais pobres, cada vez mais pessoas não têm acesso aos bens de primeira necessidade e a Câmara de joelhos perante a Indáqua, sobe o chamado preço da água. -----

Enquanto vemos a Câmara de Gaia, por exemplo, a instar o Governo e o Provedor de Justiça a declarar inaplicável a taxa de disponibilidade, que tantas vezes a CDU questionou a sua constitucionalidade e combateu a sua aplicação, a Câmara da Feira decide aumentar e de forma igual para qualquer consumo. -----

Ou seja, um pobre pagará sempre mais do que um rico, pois proporcionalmente o seu rendimento será sempre mais atacado. É o PSD alinhado com a política de empobrecimento do país e de negação dos direitos mais básicos. Nisso, podemos sempre, mas sempre, contar



com o PSD.” -----  
-----

Interveio o membro **Moisés Ferreira** (BE) que começou por dizer que, sem prejuízo de uma discussão mais maturada no ponto 19 da ordem do dia, agendado por solicitação do Bloco de Esquerda, adiantaria que não só a água no Concelho de Santa Maria da Feira é das mais caras do País, como vai continuar a encarecer. -----

Disse ser isso que constata com a presente alteração das tarifas volumétricas de abastecimento de água, frisando que em 2014 a água volta a encarecer quando se exigiria que, como bem essencial que é, se tornasse mais acessível às pessoas. Referiu ser sabido que muitas pessoas estão a voltar a usar a água proveniente de poços, com todos os riscos que isso envolve, e que perante isso o que acontece é o cumprir o capricho e a vontade da Indaqua Feira, voltando a aumentar o tarifário. -----

Salientou que, como será discutido no ponto 19, a concessão e o processo da renegociação tem sido uma triste história, na qual a Indaqua Feira vence sempre o braço de ferro contra a Câmara Municipal e contra os interesses da população. -----  
-----

Interveio o membro **Valter Amorim** (CDS-PP) que começou por realçar que, embora tratando-se de um assunto para conhecimento da Assembleia, aproveitava para lembrar algumas das coisas que referiu na sessão de 27 de dezembro último, no âmbito do mesmo assunto. -----

Salientou que, de facto, no que respeita às redes de saneamento e de abastecimento de água, a taxa da cobertura do Concelho já é considerável, mas que, para o CDS-PP, a questão da taxa de ligação é uma preocupação que urge ser esclarecida. -----

Referiu que o CDS-PP compreende perfeitamente que as pessoas, hoje, não têm facilidade de fazer essa ligação devido aos valores cobrados e aos gastos inerentes a essa ligação, e também compreende que, embora ao abrigo da lei atual seja obrigatória a ligação, anteriormente assim não acontecia, fazendo sobressair que a água é um bem essencial e vital para as funções da vida humana, salubridade, saúde e bem-estar das populações da sociedade atual. -----

Lembrou que o Sr. Presidente da Câmara já referiu que a Câmara estaria a pensar nessa questão em particular, das taxas de ligação e dos valores que estavam a ser cobrados, e que, nessa medida, questionava novamente se já existe, ou não, algum estudo ou alguma ideia em

---





relação a esse aspeto. -----

Salientou que essa é uma situação preocupante e relevante, realçando que os feirenses estão a ser notificados pela Indaqua Feira para efetuarem o pagamento da taxa de ligação quando, efetivamente, a mesma nem sequer foi proposta pelo município, tendo sido desenvolvida pela própria concessionária. -----

Concluindo, reafirmou que as situações que apontou são relevantes e pertinentes e que, de facto, carecem de um esclarecimento. -----

-----  
Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por referir que o tema é recorrente e, como tal, iria repetir os argumentos que utilizou na já mencionada sessão de 27 de dezembro último. Recordou que, nessa altura, disse que a Assembleia Municipal é um órgão político, que a Câmara Municipal também é um órgão político, mas que a Câmara concessionou até a decisão política, no contrato que celebrou com a Indaqua Feira. Frisou que, em consequência disso, já nada pode ser decidido politicamente sobre o tarifário, restando aos membros da Câmara e da Assembleia o papel de meros contabilistas, para certificar se as contas estão, ou não, bem calculadas. -----

Nesse âmbito, disse que as contas estão sempre certas e que constantemente significam o aumento do preço a pagar pelos feirenses e que, nessa medida, o grupo municipal do PS jamais pode concordar com tais aumentos e com tais tarifas. -----

Disse que queria deixar aqui mais uma achega sobre o contrato leonino de concessão e para reforçar a tese da “pacta sunt servanda” da Indaqua, e que para isso fazia alusão a quatro exemplos, três deles constantes do relatório da auditoria realizada pelo Tribunal de Contas, no âmbito da regulação de PPP no Sector das Águas. -----

Aludindo ao esse mesmo relatório, referiu que no mesmo é dito, a propósito da concessão de Santa Maria da Feira, que os eventos reclamados pela concessionária, para efeitos de reposição do equilíbrio financeiro da concessão, são inaceitáveis, uma vez que não têm qualquer cobertura, quer no atual quadro jurídico, quer em termos do próprio contrato de concessão. -----

O membro Sérgio Cirino salientou que, por aí, se vê o modo como a Indaqua Feira cumpre o contrato, ou seja, pedindo até coisas que não tem cabimento nem no atual quadro jurídico nem no contrato de concessão. -----

---



Continuou dizendo que o mesmo relatório refere, mais à frente, que no atual quadro de renegociação do equilíbrio económico-financeiro da concessão, os riscos financeiros associados às atividades de financiamento deverão recair sobre a esfera de responsabilidade da concessionária, e nunca do concedente. Disse que o que essa parte do relatório quer dizer é que, no caso de um eventual aumento das taxas de juro ou dos spread de um empréstimo contraído pela Indaqua Feira, a Indaqua Feira quer que a Câmara pague mais, apesar de ter sido a concessionária quem negociou tal empréstimo. Explicitou que tal é semelhante a um empregado que, porque o banco lhe alterou o spread do crédito à habitação que o mesmo contraiu, vai pedir um aumento de ordenado ao seu patrão para fazer face ao aumento da prestação a pagar ao banco. Sublinhou ser isso que a Indaqua Feira pede, apesar de não constar do contrato da concessão. -----

Prosseguiu dizendo que, a páginas tantas, o relatório do Tribunal de Contas diz que as diferenças que excedam o limite de capitação acima de 10% terão de ser compensadas. Nesse âmbito, salientou que o que o contrato diz é que se a diferença de capitação for, por exemplo, de 12%, a concessionária tem de ser compensada em 2%, mas que aquilo que a Indaqua Feira pretende é ser compensada em 12%. -----

Frisou que a Indaqua Feira cumpre o contrato da concessão à risca, mas somente para o que lhes convém. -----

Como último exemplo referiu que, há cerca de oito anos, a Indaqua Feira celebrou contratos com algumas pessoas no sentido de que se as mesmas adiantassem o dinheiro da ligação à rede de água, só seriam obrigadas a efetuar a ligação da água quando procedessem a ligação à rede de saneamento. Disse ter feito um desses contratos e que, inclusive, já o facultou à Câmara Municipal.-----

Nesse âmbito, referiu que quando foi concluída a rede de abastecimento de água à porta dessas pessoas, a Indaqua Feira foi ter com essas pessoas dizendo-lhes que tinham de efetuar a ligação à rede de abastecimento de água. Sublinhou que, perante a reclamação dessas pessoas nos serviços da Indaqua Feira, apresentando o contrato assinado com a concessionária, a resposta que lhes foi dada foi no sentido de que podiam rasgar o contrato porque o mesmo de nada valia. -----

Concluindo, o membro Sérgio Cirino salientou que essa é a “pacta sunt servanda” da concessionária que o PSD faz por respeitar. -----

---



Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer que o assunto em questão refere-se a uma questão contratual sobre o tarifário, ressaltando que em causa estava uma atualização do tarifário e não um aumento dos custos, pelo que não se tratava de uma decisão política. -----

Sobre as questões colocadas pelo membro Sérgio Cirino disse que, segundo entende, a intenção é discutir o assunto da concessão no ponto n.º 19 da ordem do dia da presente sessão, pelo que considerava inoportuno que a mesma fosse discutida duas vezes na mesma sessão, pelo que deixava os esclarecimentos a prestar para a altura da discussão desse ponto. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento da alteração das tarifas volumétricas de abastecimento de água em vigor a partir de abril de 2014, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 07 de abril de 2014. -----

**8 – Desafetação de parcela de terreno integrada no domínio público municipal, em Mosteirô** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 16 de dezembro de 2013 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. --- E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 43 votos a favor (PSD: 26, PS: 16, CDS-PP), 1 voto contra (BE) e 1 abstenção (CDU), aprovar, sob proposta da Câmara, a desafetação do domínio público, para integração no domínio privado do Município, da parcela de terreno com a área de 330,00 m<sup>2</sup>, sita em Mosteirô – identificada em planta que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

---



Reentrou o membro *António Domingues Pereira*. -----

**9 – Projeto de Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 22 de abril de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Manuel Santos* (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Permitam-me as seguintes observações: -----

1. A aprovação da atribuição das bolsas de estudos deste ano letivo aconteceu no 1.º dia do 3.º trimestre do ensino secundário. -----
2. Prevê-se que o ano letivo já tenha terminado quando esta Câmara Municipal efetuar o pagamento de cada bolsa. Imagine-se! Não chegará a tempo para contribuir para refeições completas na época de exames. -----
3. Perante estes dois pontos: é urgente que o executivo encontre soluções para que haja um apoio em tempo útil no próximo ano. -----

De enaltecer, referencio: -----

1. No período de Apreciação Pública, teria sido fantástico um maior envolvimento da sociedade porém há que enaltecer a participação de uma estrutura partidária do PS e um grupo de jovens. -----
2. A percentagem de alterações aceites pela câmara confirma uma participação pública de grande qualidade. -----
3. A participação dos vereadores do PS no contributo para uma definição temporal – Art.º 11.º da comunicação dos resultados a todos os candidatos às bolsas de estudos em 30 dias e na definição de um prazo de pagamento, passando a ser, o prazo legal de liquidificação dos compromissos assumidos. -----



Refletindo que ainda há espaço para melhorar este regulamento: concluímos, felicitando todos os envolvidos no melhoramento deste regulamento.” -----  
-----

Interveio o membro **Ricardo Silva** (CDU) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Da análise efetuada à proposta ao regulamento, algumas dúvidas que gostávamos de ver esclarecidas: -----

1. Artigo 1.º, ponto 1 – não é perceptível se os alunos que ingressem em qualquer ano ou no início do ensino secundário. Para o ensino superior é utilizado o verbo frequentemente.-----
2. Ponto 2 – especifica os estabelecimentos do ensino superior mas não os graus (licenciatura, mestrado, pós graduação). -----
3. Artigo 4.º – prazo de candidatura deverá ser revisto, colocando em causa inclusivamente a compra do material escolar entre outros, tendo em conta que o início do ano letivo é o de maior investimento para as famílias. -----
4. Ponto 2 do artigo 7.º – não é da responsabilidade da câmara efetuar visitas domiciliárias. Já existe bem definido ao nível da segurança social. Portanto trata-se de violação do direito à privacidade. -----
5. Retirar a alínea j) do artigo 9.º, quem tem a capacidade de avaliar sinais de riqueza. Qual a forma de avaliar? Fica a questão.”-----  
-----

Interveio o membro **Moisés Ferreira** (BE), que começou por mencionar que o grosso da discussão deste assunto foi tido numa anterior sessão desta Assembleia mas que, de qualquer forma, queria fazer dois ou três apontamentos.-----

Em primeiro lugar questionou se, em algum momento da realização do regulamento, foi ouvido o Conselho Municipal de Juventude. Referiu estar em crer que existe uma obrigatoriedade de audição desse Conselho, tendo em conta aquilo que é o regulamento do mesmo e tendo em conta a lei que enquadra a criação de conselhos municipais de juventude. --  
Referiu, em seguida, que no período de apreciação pública surgiram alguns contributos que entende positivos, nomeadamente os referentes às situações de exclusão, destacando, entre essas, a que dizia que um aluno que tivesse chumbado no ano letivo anterior ficaria, desde logo, excluído. Disse, sobre essa situação em concreto, que o facto de um aluno não ter tido

---



aproveitamento escolar não significa que o mesmo não precise de uma bolsa de estudo para prosseguir os seus estudos, pelo que concorda que pode haver flexibilidade nesses casos. -----  
Salientou estar preocupado com a introdução da relação entre a atribuição da bolsa de estudo e o voluntariado, sublinhando que a bolsa de estudo é um direito que o aluno tem enquanto estudante e não uma retribuição pelo voluntariado que o mesmo possa fazer. Referiu considerar ainda mais preocupante caso esse voluntariado seja forçado, comentando que caso seja por opção do próprio estudante, numa lógica individual, então que cada pessoa faz o que quiser com o seu tempo. -----

Concluindo, o membro Moisés Ferreira disse ter abordado essa questão porque sabe que, noutros municípios, acontece essa relação direta, ou seja, quem recebe bolsa de estudo tem de trabalhar gratuitamente para a Câmara, no verão, reafirmando considerar que essa relação não deve constar do regulamento porque a bolsa não é retribuição por um trabalho.-----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara*, que referiu considerar que os srs. deputados municipais deviam ter feito o seu trabalho de casa e colocado tais questões no devido tempo, realçando que o assunto já foi discutido numa sessão anterior da Assembleia Municipal, que já foi submetido a apreciação pública e que a matéria já foi consensualizada, comentando que, pelo andar que vê querer dar-se aos assuntos, nunca mais se fazia nada.-----

-----  
Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 45 votos a favor (PSD: 27, PS: 16, BE, CDS-PP) e 1 voto contra (CDU), aprovar, sob proposta da Câmara, o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo – documento cujo se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

-----  
A deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) fez a seguinte declaração de voto: -----  
“Era para nos congratularmos e registarmos a evolução positiva e as mudanças que se verificaram neste regulamento, muito por força da intervenção dos jovens nesta matéria. -----  
Mas, por outro lado, esperar que a Câmara Municipal altere as suas práticas e, efetivamente, em janeiro, esteja em condições de começar a pagar a estes jovens. -----  
Porque como diz nas justificações, este apoio possibilita a continuação a muitos jovens

---



estudantes do ensino secundário e superior, principalmente àqueles cuja condição socioeconómica se revela impeditiva desta continuidade, e não a prática que está agora a acontecer porque põe em causa, justamente, o prosseguimento dos estudos destes jovens, que são as suas ferramentas do futuro. -----

Porque a aprovação dos subsídios, para este ano letivo, ocorreu justamente no primeiro dia do terceiro período deste ano letivo, que está em causa. E, portanto, estes estudantes, e se for pago conforme está aqui proposto, certamente que vão ter que desistir dos estudos. -----

Portanto, esperamos francamente que a Câmara mude as suas práticas”. -----

O membro **Ricardo Silva** (CDU) fez a seguinte declaração de voto: -----

“Só queria salientar que a CDU é completamente a favor da atribuição de bolsas de estudo, apenas votou contra porque houve uma alteração ao regulamento, após discussão pública, e não foram aceites propostas que se acham pertinentes. É a única questão”. -----

**10 - Contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas**-----

**- Aprovação de alteração da minuta do contrato**-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 24 de março de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio a deputada municipal **Margarida Gariso** (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Na Assembleia Municipal realizada no dia 14 de fevereiro de 2014 o Grupo Municipal do PS assumiu claramente a sua posição de inteira concordância com a celebração deste tipo de contratos de delegação de competências com as Junta de Freguesia (JF) mas apontou várias cláusulas que incumprem o previsto na nova Lei n.º 75/2013, porquanto: -----

---





1. É completamente desequilibrado para uma das partes – cláusulas 6.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> – pois apenas impendem obrigações para as JF. A Câmara Municipal (CM) limita-se a transferir as verbas para as JF, sem qualquer outra obrigação, o que desde logo evidencia que, na verdade não existiu qualquer negociação do clausulado nos contratos, atuando a CM como se ainda vigorasse o anterior regime legal. Acresce ainda o seguinte: -----

2. Na cláusula 3.<sup>a</sup> diz-se que o apoio técnico solicitado pela JF será assegurado pela CM «de acordo com as disponibilidades do serviço» e na cláusula 4.<sup>a</sup> que «não é necessário afetar recursos patrimoniais... sem prejuízo de alteração de circunstâncias ou em casos específicos», justamente quando a lei manda prever expressamente nestes contratos os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício de competências delegadas. --

3. Na redação da cláusula 2.<sup>a</sup>, n.º 1, alínea b), diz-se que o pedido de material «deve ser feito atempadamente» sendo a entrega feita à respetiva JF «de acordo com a disponibilidade existente». Com indefinições destas, as Juntas de Freguesia ficam literalmente de «mãos atadas» não podendo eventualmente satisfazer, em tempo útil, compromissos previamente assumidos. Ora, isto presta-se a todo tipo de discricionariedade, pondo em causa o princípio da igualdade pela não discriminação. Podem inclusivamente determinadas Juntas saírem beneficiadas (ou prejudicadas) relativamente a outras. -----

4. Por outro lado detetamos que existiam verbas destinadas à «manutenção de relvado do campo de futebol» aos clubes de futebol de Arrifana, Santa Maria de Lamas, Fiães e Lourosa, que não são mais do que simples subsídios encapotados atribuídos de uma forma irregular. Achamos que os clubes desportivos devem ser apoiados mas de uma forma transparente. Não assim. -----

Relativamente à alteração do contrato de delegação ora em causa, a CM perdeu a oportunidade de o corrigir integralmente, conforme por nós proposto e está estipulado na Lei. Por outro lado, a CM alega que o motivo de alteração do contrato, que se traduz na eliminação da verba para manutenção do relvado do campo do Clube de Futebol do União de Lamas, resulta da informação do Clube, com a concordância da JF de Santa Maria de Lamas, de que pretendia efetuar diretamente a manutenção do relvado do campo de futebol. Só que, na verdade, essa não foi a razão principal desta alteração do contrato mas o facto deste acordo ter sido reprovado/ não autorizado na Assembleia de Freguesia (onde o PSD não tem maioria) com base justamente neste argumento. Em boa hora o fizeram, porque foi a única forma para

---



expurgar algo que não poderia constar deste tipo de contratos. Se o PSD tivesse maioria na Assembleia de Freguesia certamente teria sucedido o mesmo que nas restantes freguesias com igual subsídio, ou seja, nada se alterava. -----

Pelo que, lamentavelmente, esta foi mais uma oportunidade perdida por parte da Câmara Municipal para corrigirem situações como as descritas que são prejudiciais aos princípios da transparência e da boa gestão da coisa pública.” -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por comentar que a intervenção realizada pela deputada municipal Margarida Gariso foi a repetição de uma outra efetuada a há alguns meses. Fez sobressair que o que está em discussão é que a Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas disse querer prescindir da verba para tratar do relvado do Clube de Futebol União de Lamas porque aquele clube pretende ser, ele próprio, a fazer o tratamento do relvado. Disse ser somente isso que está em questão e que, portanto, considera não haver mais nada a dizer sobre essa matéria. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 30 votos a favor (PSD: 27, PS: 2 – Ana Pires de Oliveira e Rui Alves Rios, CDS-PP) e 16 abstenções (PS: 14, BE, CDU), aprovar a alteração da minuta do contrato em referência, aprovada na reunião da Câmara Municipal de 27 de janeiro de 2014 e na sessão da Assembleia Municipal de 14 de fevereiro de 2014, excluindo-se do âmbito do mesmo a delegação das competências respeitantes à manutenção do relvado do campo de futebol e a correspondente verba prevista, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 24 de março de 2014.-----

*Saiu o membro José Manuel Leão.*-----

## **11 – Conselho Municipal de Educação**-----

### **- Nomeação de membros / Proposta da Câmara**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

---



O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 24 de fevereiro de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Ricardo Silva* (CDU) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“A Câmara Municipal tende, como se vê, a esquecer-se da representação e importância do movimento sindical na conquista de direitos para todo o povo português. Aliás, a Escola Pública, cuja defesa, hoje, se impõe mais do que nunca, foi conquistada com a luta dos trabalhadores e dos seus sindicatos. -----

Um Conselho Municipal de Educação que não incluía representantes do STAL e do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, bem como do Sindicato de Professores do Norte é um Conselho Municipal completamente arredado das necessidades e vontade do povo. -----

Entendemos que, também, os partidos deveriam ter assento neste Conselho Municipal, bem como associações de estudantes do secundário e do superior. Neste sentido e sem qualquer desconsideração ou pronúncia sobre as pessoas concretamente nomeadas, o nosso voto não pode ser outro que não o voto contra.”-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 43 votos a favor (PSD: 26, PS: 16, CDS-PP), 1 voto contra (CDU) e 1 abstenção (BE), nomear o Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira, constituído pelos membros propostos pela Câmara, a seguir identificados:-----

- Emídio Ferreira dos Santos Sousa – Presidente da Câmara Municipal;-----
- Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria – Presidente da Assembleia Municipal; -----
- Cristina Manuela Cardoso Tenreiro – Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude;-----
- Carla Gomes – Representante do Ministério da Educação e Ciência;-----
- Manuel Jacinto – Representante das Juntas de Freguesia do Concelho; -----
- Raquel Oliveira – Representante das Instituições de Ensino Superior Privado; -----
- Jorge Manuel Monteiro Silva – Representante do Pessoal Docente do Ensino Secundário



- Público;-----
- João António Fernandes Cruz Alves dos Reis – Representante do Pessoal Docente do Ensino Básico Público;-----
  - Maria João Almeida de Silva – Representante do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar Pública;-----
  - Cesário Jorge Barbosa Costa – Representante dos Estabelecimentos de Educação e de Ensino Básico e Secundário Privados;-----
  - Luís Miguel de Castro Barbosa – Representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação;-----
  - Paulo Matos – Representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação;-----
  - Diogo Neves Ferreira – Representante das Associações de Estudantes;-----
  - Membro do Conselho Local de Ação Social – Representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social;-----
  - Ana Paula Casais da Silva Gonçalves – Representante dos Serviços Públicos de Saúde;-----
  - Célia Adelina Couto Soares – Representante dos Serviços da Segurança Social;-----
  - Ricardo Faria – Representante dos Serviços de Emprego e Formação Profissional;-----
  - José Manuel Cardoso – Representante dos Serviços Públicos da Área da Juventude e do Desporto;-----
  - Romeu Carvalho Martins – Representante das Forças de Segurança.-----

**12 – Programa Movimento e Bem-Estar – Transferência de verbas**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 24 de março de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Usou da palavra o membro *Valter Amorim* (CDS-PP) para dizer que a sua intervenção é tão-somente para reconhecer que os investimentos em questão são verdadeira ação social e



desempenham uma relevância e importância significativa na vida das pessoas, no seu bem-estar, na sua saúde, naquilo que é o equilíbrio físico e emocional das mesmas e que, portanto, considera que o Programa em questão deve ser mantido e, eventualmente, melhorado. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 44 votos a favor (PSD: 26, PS: 16, CDS-PP, BE) e 1 abstenção (CDU), aprovar, sob proposta da Câmara, a transferência das verbas respeitantes às Juntas de Freguesia, referente ao Programa em epígrafe, nos termos do quadro mencionado na deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 24 de março de 2014 – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

*Reentrou o membro José Manuel Leão.* -----

**13 – Empreitada de “Construção do Pavilhão Desportivo de Mozelos”** -----

**- Autorização prévia para assunção de compromisso para 2015** -----

**14 – Procedimento “Sistema de Controlo de Assiduidade”** -----

**- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais** -----

**15 – Procedimento “Serviço de Transporte Coletivo Regular de Passageiros para a Cidade de Santa Maria da Feira - Transfeira”** -----

**- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais** -----

**16 – Contrato de aquisição e manutenção de equipamentos de digitalização** -----

**- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais** -----

**17 – Procedimento “Manutenção do sistema AVAC das instalações da Biblioteca Municipal e Museu do Papel”** -----

**- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais** -----

**18 – Procedimento “Contrato de manutenção da solução de gestão integrada de Bibliotecas Horizon”** -----

**- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os assuntos em epígrafe – a que se referem as deliberações camarárias de 24 de fevereiro de 2014, 24 de março de 2014, 07 de abril de 2014, e 22 de abril de 2014 entretanto enviadas, oportunamente, a todos os membros desta



Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritas – informando que os submeteria a discussão conjunta dado, todos eles, se referirem à autorização para a assunção de compromissos plurianuais e que, naturalmente, os submeteria, separadamente, a votação. -----

-----  
Interveio o membro *Valter Amorim* (CDS-PP), referindo que a sua intervenção prende-se com os pontos números 13 e 15 da ordem do dia.-----

Disse, em relação ao Pavilhão Desportivo de Mozelos, ser uma infraestrutura que a população mozelense reclama há cerca de 12 anos e que se afigura como uma brecha significativa no desenvolvimento social, cultural e desportivo daquela população. Salientou que as associações mozelenses sempre se sentiram diminuídas em relação às associações das outras freguesias até porque, para conseguirem promover toda a sua atividade, se viam na necessidade de se deslocarem para outras freguesias. -----

Referiu que Mozelos, até por uma questão de equidade, precisa dessa infraestrutura, salientando que, com a exceção de um campo pelado de futebol, no Parque do Coteiro, sem o mínimo de condições, e de um ringue a céu aberto, pouco existe naquela freguesia.-----

Recordou que o pavilhão desportivo foi uma promessa eleitoral quer do PSD local quer do CDS-PP local e que, fruto de um entendimento pós-eleitoral entre esses dois partidos, num bom exemplo de governação que devia servir de exemplo a outros locais do Concelho, e também com a anuência da Câmara Municipal, conseguiu-se que Mozelos vá ter, finalmente, a tal infraestrutura que tanto anseia, que tanto carece e que merece. -----

Quanto ao Transfeira, referiu entender fundamental promover uma célere discussão e um amplo estudo sobre aquilo que está a ser alavancado, neste momento, em termos de política de transportes no Concelho. Referiu que todos os intervenientes, desde os privados à sociedade civil, devem ser ouvidos e devem dar os seus contributos, ressaltando que deve haver uma política e uma orientação estratégia no que diz respeito à mobilidade e transporte coletivo no Concelho.-----

Disse que, compreendendo a visão de incentivo aos privados que está subjacente à política camarária, no sentido de que contribuam com soluções para problemas existentes, considera crucial que a Câmara Municipal tenha a perceção de medir a sua responsabilidade e obrigação e que, nessa medida, tenha uma atitude pró-ativa na busca de soluções, inclusive fazendo investimentos. Sublinhou que esses investimentos não podem ser considerados de menor

---



importância porque, efetivamente, está em causa a mobilidade das pessoas, a correção das assimetrias entre as várias freguesias e a salvaguarda das necessidades coletivas do Concelho. Concluindo a sua intervenção, disse que a Câmara deve ter em conta esse investimento, fazendo sobressair que o mesmo deve ser, inclusive, avaliado pelas próprias freguesias e pelas suas necessidades, bem como pelo setor privado, no intuito de ser alcançado um consenso para corrigir aquilo que, neste momento, existe, e que disse considerar pouco.-----

-----  
Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que iniciou por referir que, até por uma questão de limitação de tempo, focar-se-ia no ponto n.º 15, relativo ao Transfeira.-----

Referiu que a proposta apresentada é de que o Transfeira, pelo menos, durante os próximos três anos, continue a servir essencialmente o centro da cidade de Santa Maria da Feira, nem sequer havendo um alargamento para o território da recém-criada União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo.-----

Sublinhou que o Bloco de Esquerda sempre defendeu que os serviços de transportes coletivos deviam ser alargados à área do Concelho, realçando haver um problema de mobilidade evidente no Concelho e que tal acontece não somente devido à rede viária existente mas, também, pela falta de oferta de transportes coletivos.-----

Ressaltou que para os cidadãos feirenses é, efetivamente, difícil moverem-se dentro do Concelho com alguma celeridade e que o Transfeira poderia ser uma solução, mas que a Câmara, a avaliar pela proposta que apresenta à Assembleia Municipal, não quer que assim seja porque não quer alargar o serviço, não quer ter mais autocarros e não respeita, sequer, a nova organização do território com a criação da mencionada União de Freguesias, realçando que o que a Câmara propõe é manter o único autocarro que existe e que pouco serve o Concelho.-----

Realçou que uma justificação dada pela Câmara é que o alargamento do Transfeira a outros territórios poderia chocar com outras concessões existentes no Concelho, dizendo, sobre isso, lamentar que exista uma maior preocupação com os concessionários do que com um pensamento global e integrado da mobilidade no Concelho, solicitando à Câmara que explicasse mais pormenorizadamente esse argumento. -----

Concluindo, referiu que o Bloco de Esquerda está contra a proposta da Câmara Municipal de manter a existente rede rodoviária de transporte coletivo em funcionamento durante, pelo

---





menos, mais três anos, porque considera que o Transfeira poderia ser o instrumento usado para melhorar a mobilidade no território do Concelho. -----

-----  
Interveio o membro **Eduardo Rocha** (PS) que, referindo-se ao ponto n.º 13 da ordem do dia, leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Neste ponto é solicitada à Assembleia Municipal a autorização prévia para assunção de compromisso para 2015 no valor de 1.349.682,85 € referente à empreitada de Construção do Pavilhão Desportivo de Mozelos, a juntar à dotação já constante do Plano Plurianual de Investimento para o ano de 2015 que se revela insuficiente, pois o procedimento do concurso público será lançado com o preço base de 1.485.500,00 €, a que acrescerá o IVA em vigor. ----  
No debate tido na reunião de Câmara sobre este equipamento, o Sr. Presidente da Câmara informou que não havia ainda fundos garantidos e que o objetivo do executivo é tentar obter fundos comunitários ainda no atual quadro comunitário de apoio, pois não haverá tal possibilidade no próximo. Informou ainda que caso não haja fundos comunitários, a Câmara terá que encontrar outras soluções. -----

Ora em face disto, questionamos a Câmara Municipal, caso não consiga obter os fundos comunitários, se pode garantir o financiamento deste equipamento, comprometendo-se com esta obra. -----

Lembramos de que deve ser dado pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira cumprimento às recomendações do Tribunal de Contas de outubro de 2012, entre as quais a recomendação para a adoção de maior rigor na elaboração dos orçamentos, devendo os mesmos ser alicerçados em previsões sinceras e fiáveis, evitando a assunção de compromissos financeiros sem garantia efetiva de financiamento. -----

O Grupo Municipal do PS assim o espera, não só tendo em conta as verbas já despendidas neste processo, mas sobretudo pela mais-valia no desporto concelhio que este equipamento trará. -----

Não podemos também deixar de dizer uma palavra para uma outra questão que se impõe referente aos equipamentos desportivos concelhios. Urge, a bem do desporto concelhio e da igualdade entre os agentes do desporto concelhio, olhar também para os pavilhões não geridos pelo município e apoiar as entidades que têm a responsabilidade de fazer a sua manutenção e conservação. -----

---



O sucesso da candidatura aos quadros comunitários do pavilhão de Mozelos significará muito dinheiro poupado pelo município, o qual o poderá redirecionar para os pavilhões que carecem de intervenção, sejam obras de conservação ou de melhoria, tais como, por exemplo, a substituição de coberturas em amianto, material proibido por lei porque é prejudicial à saúde pública.” -----  
-----

Interveio o membro *José Carlos Silva*, Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos, que começou por dizer que foi com satisfação que viu agendado o ponto referente à construção do Pavilhão Desportivo de Mozelos. Referiu que a questão da construção do pavilhão não apareceu hoje, recordando que, há 3 ou 4 anos, houve uma candidatura aprovada, de 500 mil euros, mas que o pavilhão não foi feito por questões de reservas. -----

Disse que, pela leitura que fez da ata da reunião de Câmara, constatou que o vereador António Bastos questionou onde se alicerçava a decisão da construção do pavilhão, salientando, acerca disso, que as pessoas têm andado muito distraídas, realçando que a candidatura que foi apoiada pelo Programa Operacional Norte estava muito bem definida. Sublinhou que o pavilhão desportivo vai ser implementado numa zona escolar, informando que o parque escolar de Mozelos, em termos de EB1, tem cerca de 500 crianças. -----

Frisou que a decisão da construção foi alicerçada tendo em conta objetivos estratégicos, nomeadamente ter um equipamento para ser utilizado pelos mozelenses, e não só, para todo o tipo de iniciativas, numa lógica de uma utilização diária, não só em termos escolares, não só em termos de público sénior, não só para funções desportivas mas, também, para ser utilizado para outras áreas. Referiu que tal tipo de equipamentos têm de ser versáteis até para resolver o problema que surge a seguir, que é a questão da manutenção. -----

Em relação à questão de haver, ou não, verbas garantidas para a construção do pavilhão, disse que os fundos irão aparecer mas que, caso não apareçam, o custo da construção do pavilhão não representa muito mais do que 2% do Orçamento da Câmara e que, portanto, não percebia o porquê de haver dúvidas quanto a esta matéria. -----  
-----

Interveio o membro *Manuel Santos* (PS) que, a propósito dos pontos n.º 14 e 18 da ordem do dia, leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“PROCEDIMENTO “SISTEMA DE CONTROLO DE ASSIDUIDADE” -----  
-----

---



Aparentemente, é uma excelente opção: reutilizar, reparando, os terminais biométricos existentes. -----

Por outro lado, a execução deste processo, obriga-nos à análise do mercado e, aí, o GM/PS tem condições para garantir que existe outros sistemas igualmente eficientes, com mais valências no serviço de assistência, menor custo de aquisição e manutenção.-----

Para este concreto compromisso, a poupança neste sistema através de um outro operador, poderia ser de 5 a 8 mil euros, sendo que em compromissos futuros essa poupança seria maior. -----

Recomendamos o Executivo a ponderar os trâmites destes procedimentos, dando força a maiores poupanças e transparência nas negociações por ajuste direto. -----

PROCEDIMENTO “CONTRATO DE MANUTENÇÃO DA SOLUÇÃO DE GESTÃO INTEGRADA DE BIBLIOTECAS HORIZON”-----

O comodismo, em manter um sistema adquirido, prejudica a perceção da importância em realizar poupanças no erário público. -----

Uma consulta de mercado e a coragem em alterar sistemas informáticos poderia permitir estimular o tecido empresarial de Santa Maria da Feira – uma preocupação autárquica – e realizar uma poupança no investimento necessário. -----

Para este compromisso, assegurando todos os serviços e a informação digital em causa, o município, com outro operador, poderia realizar uma poupança, no mínimo, de cerca de 9 mil €, do mesmo modo que, a cada outros 36 meses, a poupança seria de quase 20 mil €.-----

Deixamos a recomendação para a correção destas práticas em semelhantes circunstâncias.”-----

-----  
Usou da palavra o membro *Márcio Santos* (PS) para, a respeito do Serviço de Transporte Coletivo Regular de Passageiros para a Cidade de Santa Maria da Feira – Transfeira, dizer que, mais uma vez, a Câmara Municipal teve pouca ambição, pouca perspetiva de futuro e que se limitou a manter o que já está, traduzindo uma oportunidade perdida, em que perderam as Juntas de Freguesia e as suas populações.-----

Frisou que, face à falta de transportes que existe das freguesias para a sede do Concelho, é cada vez mais premente a questão da mobilidade, ressaltando que, da parte da Câmara Municipal, devia haver mais ambição, mais objetivos e mais esforço, em prol das necessidades das pessoas.-----

---



Concluindo a sua intervenção, disse que o Partido Socialista aproveita para propor à Câmara Municipal que pense numa situação de descontos, do género de um bilhete social para desempregados e reformados com baixas pensões, para que possam utilizar o Transfeira sempre que necessitarem, com preços mais baratos.-----

-----  
Interveio o membro **Ricardo Silva** (CDU) para, sobre o ponto n.º 13, relativo ao Pavilhão Desportivo de Mozelos, questionar quais os critérios usados para a construção de mais um pavilhão no Concelho, recordando que já existem alguns pavilhões ao abandono, por falta de manutenção.-----

Em relação ao ponto n.º 14, respeitante ao Sistema de Controlo de Assiduidade, referiu que, pelo que percebeu, o sistema tem a ver com recolha de dados biométricos através do reconhecimento facial, questionando se existe parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados para a aquisição desse tipo de equipamento, bem como qual o tratamento que será feito desses dados.-----

-----  
O **Sr. Presidente da Assembleia** questionou ao Sr. Presidente da Câmara se queria usar da palavra para dar algum esclarecimento, tendo este prescindido de o fazer. -----

Perante isso, a deputada municipal **Margarida Gariso**, a partir do seu lugar, recordou haver um pedido de esclarecimento relativamente ao pavilhão de Mozelos, relacionado com uma afirmação do Sr. Presidente da Câmara em que o mesmo não dava garantias de haver fundos comunitários para a construção daquele pavilhão, ao que o **Sr. Presidente da Assembleia** esclareceu que, quando concede a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para este prestar esclarecimentos, o mesmo dá as explicações que entender e que, se não o quiser, não as dá. Questionou, novamente, ao Sr. Presidente da Câmara se pretendia dar algum esclarecimento, face às questões colocadas.-----

-----  
O **Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra, dizendo que abria uma exceção e responderia à questão mencionada pela deputada municipal Margarida Gariso, dado estar em causa a questão do rigor financeiro da Câmara Municipal.-----

Esclareceu que a Câmara não podia avançar com o procedimento concursal para construção do pavilhão sem ter uma verba orçamentada e a garantia de cabimento da despesa,

---



sublinhando que, como já explicou anteriormente, a estratégia da Câmara passa por, muitas vezes, incluir no Orçamento dotações para a realização de algumas obras, na tentativa de conseguir obter fundos comunitários para as mesmas. Salientou que tal estratégia leva a que, por vezes, as taxas de execução orçamental sejam inferiores às pretendidas mas que a Câmara procede dessa forma conscientemente. -----

Concluindo disse que a Câmara teve o cuidado de explicar politicamente a opção da construção do Pavilhão Desportivo de Mozelos, recordando, todavia, haver uma outra regra orçamental que é, também, muito importante, dizendo haver uma política orçamental na consignação de receitas e que, por isso, está prevista uma verba no Orçamento para a construção do pavilhão de Mozelos. -----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter os assuntos, separadamente, a votação. -----

*13 – Empreitada de “Construção do Pavilhão Desportivo de Mozelos”* -----

*- Autorização prévia para assunção de compromisso para 2015* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 44 votos a favor (PSD: 27, PS: 16, CDS-PP) e 2 abstenções (BE, CDU), autorizar a assunção do compromisso para 2015, inerente ao procedimento em epígrafe, no valor de 1.349.682,85 €. -----

*14 – Procedimento “Sistema de Controlo de Assiduidade”* -----

*- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 28 votos a favor (PSD: 27, CDS-PP) e 18 abstenções (PS: 16, BE, CDU), autorizar a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao procedimento em epígrafe, nos seguintes termos: -----

. Ano 2015 – 3.797,01 €; -----

. Ano 2016 – 3.797,01 €; -----

. Ano 2017 – 2.953,23 €. -----

*15 – Procedimento “Serviço de Transporte Coletivo Regular de Passageiros para a Cidade de Santa Maria da Feira - Transfeira”* -----



- *Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 27 votos a favor (PSD), 17 votos contra (PS: 16, BE) e 2 abstenções (CDS-PP, CDU), autorizar a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao procedimento em epígrafe, nos seguintes termos: -----

. Ano 2015 – 70.666,68 €; -----

. Ano 2016 – 70.666,68 €; -----

. Ano 2017 – 23.555,52 €. -----

*Saiu o membro Jorge Ferreira.* -----

*16 – Contrato de aquisição e manutenção de equipamentos de digitalização* -----

- *Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 43 votos a favor (PSD: 26, PS: 16, CDS-PP) e 2 abstenções (BE, CDU), autorizar a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao procedimento em epígrafe, nos seguintes termos: -----

. Ano 2015 – 23.031,75 €; -----

. Ano 2016 – 23.031,75 €; -----

. Ano 2017 – 9.592,72 €. -----

*17 – Procedimento “Manutenção do sistema AVAC das instalações da Biblioteca Municipal e Museu do Papel”* -----

- *Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 43 votos a favor (PSD: 26, PS: 16, CDS-PP), 1 voto contra (BE) e 1 abstenção (CDU), autorizar a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao procedimento em epígrafe, nos seguintes termos: -----

. Ano 2015 – 2.886,40 €; -----

. Ano 2016 – 2.886,40 €; -----

. Ano 2017 – 1.202,68 €. -----

*18 – Procedimento “Contrato de manutenção da solução de gestão integrada de Bibliotecas Horizon”* -----

---



- *Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 27 votos a favor (PSD: 26, CDS-PP) e 18 abstenções (PS: 16, BE, CDU), autorizar a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao procedimento em epígrafe, nos seguintes termos: -----

. Ano 2015 – 11.667,62 €; -----

. Ano 2016 – 11.667,62 €; -----

. Ano 2017 – 3.889,20 €. -----

-----  
Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* referiu terem sido ultrapassadas as 4 horas de duração da reunião previstas no Regimento, pelo que submetia à consideração do plenário a questão da continuidade dos trabalhos até ao seu término, informando, antes disso, os tempos previstos gastar para os cinco pontos restantes da ordem do dia. -----

Seguidamente, e após algumas considerações, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação, verificando-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 3 votos a favor da continuidade dos trabalhos (PSD – Amadeu Albergaria, Fernanda Paula Oliveira, Mário Jorge Reis), 18 votos contra (PS, CDU, BE) e 25 abstenções (PSD, CDS-PP), dar por suspensos os trabalhos da presente sessão. -----

-----  
Usou da palavra o membro *José Manuel Leão* (PSD) que fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: -----

“O PSD, por princípio nunca se opõe a que a agenda vá até ao fim, a ordem de trabalhos seja executada até ao fim. Agora, também não admitimos que gozem da nossa cara, ou seja, que estejam agendados pontos pelos partidos da oposição e que no momento de os discutir não queiram que se continue a Assembleia. Nós não somos contra, abtemo-nos”. -----

-----  
Usou da palavra a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: -----

“Não posso aceitar afirmações como a feita aqui pelo deputado José Manuel Leão. Porquê? Porque o Regimento prevê 4 horas, tem aqui dois pontos que demoram uma hora, mais dois que podem demorar mais meia hora. Isto não acaba em menos de hora e meia. -----

O que é certo é que há possibilidades de suspender a sessão da Assembleia e realizar, sem

---





custos para o erário público, outra reunião, e discute-se serenamente. É hora e meia, a que horas é que vamos sair daqui?-----

Por outro lado, o Sr. deputado fez menção de que estes pontos são agendados, um pelo Bloco de Esquerda e outro pelo PS. E muito bem. Mas quem elenca a agenda não são os partidos da oposição, é a Mesa. E, portanto, não nos pode imputar a responsabilidade por este facto. Nós queremos discutir, mas discutir em condições, com disponibilidade, com tempo, e não é a estas altas horas, com mais hora e meia de discussão daqui para a frente.”-----

-----  
Usou da palavra o membro *Moisés Ferreira* (BE) que fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: -----

“Quando qualquer partido, julgo eu, agenda um ponto para discussão na Assembleia Municipal, é um ponto para discussão na Assembleia Municipal. O Bloco de Esquerda agendou um ponto sobre um assunto que acha muito importante, espero que toda a gente ache que seja muito importante, que é sobre a Concessão da Água e Saneamento no Concelho. E é para discussão desse ponto e das propostas que o Bloco de Esquerda traz. Não é para ser metido na gaveta, com pouca discussão, às 2h00 da manhã porque, efetivamente, a ideia de agendamento de um ponto é para promover a discussão nesta Assembleia Municipal.-----

E todos nós compreendemos, uma Assembleia Municipal que se eterniza tem cansaço acumulado, obviamente, e isso nota-se pela condução dos trabalhos. Os primeiros pontos têm mais intervenções, têm mais tempo de duração e à medida que o tempo avança vai-se esgotando as intervenções, exatamente porque ninguém é de ferro e porque o cansaço se acumula.-----

E, por isso, a ideia de se continuar a Assembleia Municipal pode prejudicar, inclusivamente, os pontos que foram agendados pelo Bloco de Esquerda e pelo PS, que podem ficar prejudicados na discussão. E é essa a questão pela qual o Bloco de Esquerda sempre se tem manifestado contra o facto das Assembleias Municipais durarem quatro, cinco, seis, sete horas e terminarem à 01h30, 2h00, 3h00 da manhã, porque isso prejudica a discussão e prejudica a fiscalização da Assembleia Municipal sobre a ação da Câmara.”-----

-----  
Seguidamente, o *Sr. Presidente da Assembleia* deu por suspensos os trabalhos da sessão, marcando, desde logo, a continuidade dos trabalhos para a sexta-feira próxima, dia 02 de maio

---



de 2014, pelas 20H45, no mesmo local, mas que seria enviado um e-mail aos membros da Assembleia a confirmar essa informação. -----  
-----

***Foram então suspensos os trabalhos, eram 01H45M.*** -----  
-----

Aos dois dias do mês de maio do ano dois mil e catorze, nesta Cidade de Santa Maria da Feira, no Auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às vinte e uma horas – passava já da hora marcada – a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Exmo. Presidente da Assembleia – Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria – e secretariada pelos senhores Fernanda Paula Marques de Oliveira e Mário Jorge de Castro Reis, para prosseguir os trabalhos da sessão de trinta de abril último. -----  
-----

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Vice-Presidente – José Manuel da Silva Oliveira (nesta reunião, Presidente da Câmara em exercício), e pelos senhores vereadores Helena Maria de Sá Portela, António Gil Alves Ferreira, Eduardo Marques dos Santos Cavaco, António Alves Cardoso e Susana Alexandra Lopes Correia. -----

Não estiveram presentes, nesta sessão, para além do Sr. Presidente da Câmara – Emídio Ferreira dos Santos Sousa (ausente do País em representação do Município), os senhores vereadores Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Vitor Carlos Latourrette Marques, António Ferreira de Bastos e Isabel Maria Oliveira Machado Leal Pereira. -----  
-----

O ***Sr. Presidente da Assembleia*** declarou aberta a 2.<sup>a</sup> reunião, que prossegue os trabalhos da sessão de 30 de abril de 2014, começando por saudar os membros presentes. -----

Em primeiro lugar, informou a Assembleia da entrada na Mesa, até àquele momento, de seis credenciais de representação, à presente reunião, dos seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: -----

– Argoncilhe: delegada a representação na Vogal do Executivo – Albertina Maria da Costa Oliveira; -----

– Fiães: delegada a representação no Vogal do Executivo – Manuel Joaquim Cardoso de Pinho; -----  
-----

---



- São João de Ver: delegada a representação na Secretária do Executivo – Idalina Noémia Pais de Sousa e Sá Abreu; -----
- União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros: delegada a representação no Tesoureiro do Executivo – Paulo Sérgio Valinho Luís; -----
- União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: delegada a representação no Vogal do Executivo – Fernando Adriano de Sousa Pinho; -----
- União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô: delegada a representação no Vogal do Executivo – Ricardo José Gomes dos Santos. -----

Informou que o membro António André da Silva Topa (PSD), de acordo com o pedido de substituição que o mesmo fez para a 1.ª reunião desta sessão de 30 de abril, ainda se encontra em gozo de férias, pelo que não pode estar presente nesta reunião. Deu nota que o cidadão seguinte da lista do PSD – Justino de Amorim Pinto – apesar de devidamente avisado, não se encontrava, naquele momento, presente na sala, pelo que, se entretanto chegasse, participaria na sessão em substituição do membro António Topa. -----

-----  
Para além dos membros atrás referidos – presentes em substituição/representação de outros – encontravam-se presentes, naquele momento, os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria; José Manuel Milheiro de Pinho Leão; Fernanda Paula Marques de Oliveira; José Fernando Moreira; Adriana Marisa da Silva Cardoso; António Domingues Pereira; Serafim Manuel Rocha Guimarães; Aldina dos Reis Camboa Cabral; Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Maria José Ferreira dos Santos; Casimiro Loureiro Dias de Pinho; Marisela Adelaide Pinto Maio; Margarida Maria Santos Soares Rocha Gariso; Sérgio Manuel Murteira Cirino; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Manuel Oliveira de Almeida; Eduardo José da Costa Pereira da Rocha; Rosa Maria Pinto da Silva; António dos Santos; Manuel Amorim Duarte; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Manuel Ferreira Santos; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Daniel Tavares Gomes; Filipe Ramiro Tavares Moreira; Moisés Salvador Coelho Ferreira; Valter José Mendes de Amorim; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Mozelos – José Carlos Pinto da Silva; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Manuel Jacinto Conceição Moreira; Santa Maria de Lamas – António Óscar

---



Correia Soares Neves; São Paio de Oleiros – Ana Cristina Pires de Oliveira; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; e União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – José Henriques dos Santos. -----

Entraram, no decorrer da sessão, os membros Rui Fernando Guedes Ribeiro, Bernardino Manuel Martins do Couto, Carla Marisa Pimentel Pereira, Luis André Dias Ferreira Assunção dos Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, Armando Fontes Teixeira – Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, e Firmino Gomes da Costa – Presidente da Junta de Freguesia de Paços de Brandão. -----

Faltaram os membros Gastão Valente Pinto da Silva, Márcio Santos Correia, Delfim Manuel Oliveira Silva – Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana, Augusto de Pinho Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares, Rui Alves Rios – Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura, e Valdemar Alves da Silva – Presidente da Junta de Freguesia de Sanguedo. -----

-----  
Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia passou a introduzir o ponto n.º 19 da Ordem do Dia da presente sessão. -----

**19 – Concessão de Água e Saneamento no Concelho de Santa Maria da Feira (*artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento*)**-----

O Sr. *Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos do artigo 53.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 17.º do Regimento deste Órgão e no seguimento da solicitação remetida à Mesa pelo membro Moisés Ferreira, por e-mail datado de 18 de março de 2014, enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. Fez ainda alusão ao documento que o membro Moisés Ferreira fez chegar à Mesa no âmbito do assunto, e que igualmente foi distribuída, oportunamente, pelos membros da Assembleia Municipal, passando em seguida a palavra ao membro Moisés Ferreira para fazer a apresentação desse documento. -----

-----  
Usou da palavra o membro *Moisés Ferreira* (BE) que apresentou e explanou o assunto, a que se refere o documento acima mencionado cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“POR UMA NOVA ESTRATÉGIA NA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E NO SANEAMENTO NO CONCELHO DE

---



SANTA MARIA DA FEIRA-----

A Concessão feita pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira à Indáqua, uma verdadeira Parceria Público-Privada, tem-se mostrado ser ruínosa para a população e para o município. Para além da evidência da realidade para o provar, é também o Tribunal de Contas que o diz.

No relatório em que analisa 27 PPP feitas na área da distribuição de água e saneamento, as primeiras conclusões que se retiram são: a concessão que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira fez com a Indaqua é aquela que mais custou ao erário público e é aquela que garante a maior renda ao privado.-----

Esta concessão custou 43,5 milhões de euros ao erário público e garante um negócio sem riscos e uma renda avultada para a Indaqua, tanto que é o próprio Tribunal de Contas a dizer que é necessário rever em baixa as expetativas de remuneração dos acionistas da empresa. Aliás, é a própria Indaqua Feira que informa o Tribunal de Contas sobre uma Taxa Interna de Rendibilidade na ordem dos 10%.-----

É possível perceber também como o contrato de concessão protege a Indáqua e prejudica o interesse público. Os aditamentos feitos até ao momento são prova disso.-----

No primeiro aditamento a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira pagou uma compensação financeira à Indaqua de 196.767,90 €, compensação que se refletiu no consumidor através do aumento generalizado de tarifas e taxas.-----

No segundo aditamento, aumentou-se em 15 anos o prazo de concessão, prolongando o negócio da Indaqua sobre um bem público e essencial e prejudicando, mais uma vez, o município e os munícipes. Além disso, negociou-se mais um aumento extraordinário de tarifas. O aumento do prazo de concessão de 35 para 50 anos, excede, inclusivamente, o prazo previsto no atual regime jurídico dos serviços municipais e no código dos contratos públicos. -

Atualmente, a Indaqua exige ainda à Câmara Municipal a reposição do equilíbrio financeiro por, entre outras coisas, os feirenses não consumirem tanto como eles quereriam que se consumisse. Este é um modelo de negócios ruínoso para o município e que só existe para retirar todo e qualquer risco de cima do privado. Se os feirenses consumirem, a Indaqua ganha milhões porque cobra sobre esse consumo; se os feirenses não consumirem tanto como a Indaqua quer, a Câmara Municipal paga-lhe uma compensação. Fica com uma dívida para que a Indaqua fique sempre com um lucro!-----

Estes exemplos mostram bem que o modelo de concessão de abastecimento de água e

---



saneamento não serve os interesses do concelho ou dos feirenses. -----

Mas se mais exemplos forem necessários, podemos reproduzir o relatório do Tribunal de Contas sobre ações de fiscalização feitas pela ERSAR ao serviço prestado pela Indaqua Feira:

“O resultado das ações de fiscalização do serviço prestado pela concessionária permitiu identificar, quer no serviço de abastecimento público de água, quer no serviço de saneamento, indicadores com “qualidade no serviço insatisfatória”, dos quais se destacam os referentes à “cobertura do serviço”, à “água não faturada”, à “reabilitação de condutas”, à “reabilitação de ramais” e à “reabilitação de coletores”. -----

Há ainda a realçar o facto de a Indaqua Feira não cumprir prazos de obra, não cumprir a exigência contratual de aplicação de um tarifário social ou de ser a responsável direta por Santa Maria da Feira ser recorrentemente apontado como um dos 10 concelhos do País com água mais cara, quer se considere apenas o preço da água, quer se considere a fatura global. --- Prova-se que o modelo de concessão a privados apenas serve à Indaqua que assim garante renda à custa dos munícipes. -----

Perante o anteriormente exposto, é fundamental, a bem do concelho de Santa Maria da Feira e dos feirenses, que a Assembleia Municipal: -----

1. Assuma que a água é um bem público e essencial que não pode ser privatizado; -----
2. Rejeite o contrato de concessão rentista, em que o risco é totalmente colocado em cima da autarquia e dos feirenses; -----
3. Assuma o objetivo político de remunicipalização da distribuição de água e do saneamento no concelho de Santa Maria da Feira; -----
4. Recomende ao Executivo o início de um processo de anulação do contrato de concessão, baseado no não cumprimento da Indaqua quanto a obrigações suas e no clausulado leonino que lesiona ostensivamente o interesse público.” -----

-----  
Interveio o membro **Valter Amorim** (CDS-PP) que começou por frisar que a temática da água e do saneamento é algo que deve ser discutido e que, nessa medida, o CDS-PP/Feira tem tentado contribuir com algumas das orientações em que acredita, salientando considerar que algumas das premissas elencadas pelo Bloco de Esquerda merecem ser alvo de atenção e análise. -----

Referiu que o CDS-PP acredita que a Câmara Municipal, e o seu Presidente, têm boa-fé mas

---



que, atendendo ao que publicamente tem sido falado, nomeadamente em relação ao relatório da auditoria realizada pelo Tribunal de Contas, no âmbito da regulação de PPP no Sector das Águas, bem como as queixas que muitos feirenses têm feito, entende estar na altura de fazer uma análise e uma observação mais cuidada àquilo que é o contrato celebrado com a Indagua Feira. -----

Frisou compreender que o investimento nas redes de água e saneamento foi necessário e vital para o Concelho e que, na altura, foi essa a opção política tomada porque foi entendido ser a solução mais indicada para permitir debelar uma brecha significativa daquilo que era o bem comum e a vida das pessoas, no que refere à água e ao saneamento. -----

Salientou, contudo, que ao CDS-PP custa compreender que a obra, embora em fase de término, ainda não esteja concluída e se tenha arrastado por muitos e muitos anos, mas que essencialmente custa entender o porquê de numa relação a três, entre o Município, a Indagua Feira e os clientes, que são os feirenses, apenas uma das partes, no caso a Indagua Feira, seja beneficiada, frisando que aquilo que diz o relatório do Tribunal de Contas é esclarecedor e não deixa dúvidas quanto a essa questão. -----

Referiu que na sessão da Assembleia realizada a 27 de dezembro último teve a oportunidade de indagar a Câmara Municipal quanto à questão da renegociação do contrato da concessão e que, na altura, o Sr. Presidente da Câmara disse que estavam a ser desenvolvidas diligências nesse sentido. Nesse âmbito, salientou ser urgente perceber o que está a ser feito e até que ponto é que a Câmara tem uma estratégia balizada, até pelo que diz o relatório do Tribunal de Contas, para a assunção dos compromissos que tem. -----

Sublinhou que o CDS-PP não é a favor de que se rompa o contrato porque defende que os contratos que existem devem ser mantidos, recordando, no entanto, que pode ser feito algo similar ao que fez o atual governo em muitas das PPP que existem, em que renegociou esses contratos. -----

Disse que essa renegociação deve ser feita para beneficiar os feirenses e para defender aquilo que é o investimento público e aquilo que é um objeto tão relevante na vida das pessoas e dos feirenses, como é a água e o saneamento. Salientou ser preciso fazer perceber à Indagua Feira que há limites e há que haver razoabilidade, frisando que, embora compreenda que uma entidade privada tem que ter lucro, o mesmo não pode ser obtido de qualquer forma. -----

O membro Valter Amorim, concluindo a sua intervenção, disse que o CDS-PP concorda com

---





alguns dos considerandos referidos pelo Bloco de Esquerda, mas não todos, dizendo não poder acompanhar a proposta porque é do entendimento que os contratos que existem devem ser mantidos, fazendo sobressair que a posição defendida pelo CDS-PP é que a Câmara deve reformular, reorganizar e reestruturar o contrato da concessão, fazendo com que os feirenses saiam beneficiados. -----

Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“O PS teve razão quando nas reuniões de Câmara realizadas nos dias 1 e 7 abril de 1997 se recusou a participar na decisão da “empresarialização” da água e saneamento porque entendia que tal decisão deveria ser referendada pelos feirenses, permitindo a sua participação na decisão, atendendo ao que seguidamente se apresenta e consta das atas das referidas reuniões:

1. Que a empresarialização iria ditar um modelo com a duração de 35 anos (à data) com investimento de milhões (a maior obra de sempre do Município de Santa Maria da Feira) e com impactos nos custos que teríamos de suportar; -----

2. Que não foram estudadas outras alternativas ao modelo de concessão apresentado que pudessem resultar num custo final menos oneroso para o município e para os feirenses.

“Todas as sugestões e afloramentos no sentido de serem estudadas outras alternativas, outros modelos, outra calendarização do ritmo de concretização de obras foram desaproveitadas... concluindo-se que as reuniões existentes para discutir a matéria não visaram alargar a discussão, colher opiniões, mas apenas se tratavam de operações de marketing e cosmética” (ata 7/4). -----

Infelizmente os factos deram-nos razão, o que justificou todos os pagamentos de reequilíbrios financeiros com vantagens apenas para a INDAQUA e prejuízo para o Município e para todos os feirenses consumidores. -----

E se dúvidas houvesse foram completamente retiradas com a auditoria realizada pelo Tribunal de Contas. Na verdade o extenso relatório mostra-se particularmente demolidor em relação à concessão da água do nosso concelho à INDAQUA. -----

Relativamente à segunda revisão em 2006, no relatório afirma-se que «não existe um estudo que fundamente um prazo adicional de 15 anos de receitas para a concessionária» (ponto n.º 1494). O relatório resultante da auditoria critica a Câmara quando escreve que «As projeções

---



constantes do estudo de viabilidade económica e financeira para a concessão, apesar de terem sido validadas pelos técnicos do município, em articulação com as assessorias jurídicas contratadas, foram demasiado otimistas e revelaram-se desfasadas da atividade real da concessão» (ponto n.º 1486). Aliás, no relatório existe uma censura às pressões inaceitáveis que INDAQUA tem feito sobre o município no processo de negociação, quando é dito que «os eventos reclamados pela [INDAQUA] para efeitos de reequilíbrio económico e financeiro são inaceitáveis [...] quer dentro do atual quadro jurídico, quer em termos do próprio contrato de concessão» (ponto n.º 1487). -----

Contudo e apesar de todas estes reequilíbrios financeiros com vantagens para a INDAQUA e prejuízos para os consumidores, o relatório refere que a concessão é insatisfatória nos seguintes indicadores: [...] água não faturada [...] [deficiente] reabilitação das condutas; [deficiente] reabilitação de ramais [...] cobertura do serviço» (ponto n.º 158 do Relatório). Ou seja: apesar do contrato ser económica e financeiramente desequilibrado, a concessão ainda assim apresenta muitas debilidades, quase todas elas resultantes de falta de investimento da concessionária. -----

Existe um processo de renegociação em curso nomeadamente para ajustamento dos prazo de concessão à lei de 50 anos para 30 e redução da TIR (Taxa Interna de Rendibilidade – lucro) dos atuais 10,3 % para menos de 10%. No entanto para nós tal não pode significar mais um inaceitável aumento de taxas e tarifas para os consumidores como tem acontecido até aqui, até porque como é defendido pelo Tribunal de Contas no seu relatório: «No atual processo de Renegociação do Equilíbrio Financeiro da concessão [Feira] os riscos financeiros associados às atividades de financiamento deverão recair sob a esfera da concessionária, sem o direito, por parte desta, a qualquer compensação financeira do parceiro público [Câmara] ou à revisão da trajetória tarifária» (Ponto n.º 1488 do relatório). Acrescentado ainda que: «As expectativas de remuneração inicial dos acionistas da concessionária devem ser revistas em baixa, em face das alterações de circunstâncias e por razões fundamentadas de interesse público, em consonância com as linhas de orientação prosseguidas ao nível das PPP/concessões promovidas pela Administração Central e com o atual contexto económico de esforço e sacrifício nacional de consolidação de contas públicas» (Ponto n.º 1492 do relatório). -----

No entanto, não podemos atalhar um mal com outro maior, com a revogação do contrato de

---



concessão, como proposto pelo BE, sem medirmos se esta solução não sairá muito mais cara aos do costume, que somos todos nós consumidores. Apenas quando tivermos em face de um estudo que meça os custos e benefícios dessa decisão estaremos em condições de discutir essa decisão.”-----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“A água doce é um bem escasso, sendo apelidada por alguns de “ouro azul”, por ser um bem que não pode ser substituído. Como bem extremamente apetecível, depressa os grandes senhores do dinheiro, que em tudo põem um preço, que de tudo querem fazer um comércio e uma oportunidade de lucro, não conhecendo limites ao seu apetite insaciável e sem escrúpulos, que só compreende a lógica de chegar primeiro que a concorrência, vender ao mais alto preço e com o mais baixo custo, para obter o máximo proveito, viram na água de consumo com a aprovação dos partidos da direita uma oportunidade de negócio.-----

Nós na CDU não entendemos a água de outra forma que não seja como um bem público e nunca como uma mercadoria. -----

Comprendemos o acesso à água como um direito intransferível que como tal não pode ser transacionado ou cedido. Para a CDU é o setor público que deve garantir a todos o acesso à água e assegurar a sua qualidade. Daí que em Santa Maria da Feira sempre tenhamos (embora praticamente sozinhos) defendido a gestão pública da água e dos seus serviços. Coerentemente fomos os únicos que votamos contra a sua concessão a privados pelo que, bem ao contrário de outros, nunca nos poderão ser assacadas responsabilidades. A CDU orgulha-se inclusive de ter feito parte da comissão fundadora da AUSPFEIRA e da sua primeira direção, associação essa que derrotou a câmara PSD no que às tarifas de saneamento diz respeito, vendo-se esta posteriormente obrigada a emendar a mão. -----

A privatização acabou por avançar, a coberto das tristes figuras daqueles que se diziam «a oposição socialista», que iam invocando a legalidade e a interpretação das leis, e no fundo acabaram por ser tão adeptos da privatização como aqueles que têm e sempre tiveram o poder do município e não sabem partilhá-lo e encontrar os maiores consensos possíveis, em matéria tão delicada. Quem se tramou foram os munícipes desta terra, que acabaram por pagar a água e as obras e sei lá mais o quê, porque os privados, como é bom de se ver, não investem por

---



razões sociais, mas para obter o maior lucro, com os mínimos gastos possíveis. Alguém tem dúvida?! -----

Esta concessão ou santa irmandade continua a tomar foros de propaganda, sendo o último ato, o relatório do Tribunal de Contas às PPP da água. Para nós este contrato de concessão deve ser alvo de uma auditoria, a ser levada a efeito por uma entidade fiscalizadora externa, por forma a avaliar a legalidade do contrato inicial, bem como das sucessivas adendas que levaram à prorrogação do tempo da concessão para 50 anos. Devem igualmente ser conferidas todas as obrigações contratuais por parte da INDAQUA e o seu respetivo cumprimento. Continuamos com sérias dúvidas sobre as cobranças de ramal, que a empresa em questão com a conivência do PSD Feira está a cobrar aos utentes feirenses. -----

Após essa auditoria e das ilações que dela se possam tirar, ponderaremos uma possível rescisão de contrato, devolvendo assim este bem público à sua esfera de vantagens, pois não entendemos como é possível que nuns municípios o mesmo seja gerador de lucros e mais-valias e noutros seja um problema. -----

Hoje sabemos que a própria Comissão Europeia, ao contrário do que mentirosamente o PSD Feira afirmou, não obriga a concessão dos sistemas de distribuição de água e saneamento a privados. Na Alemanha onde só agora se começa a colocar esta questão, e, na procura de casos para analisar e assim ponderar a concessão a privados, visitaram regiões de Portugal concluindo que a concessão não melhora a eficácia do serviço, nem o preço ou a qualidade da água. -----

Para nós, a concessão da água à Indaqua Feira por parte do PSD foi um erro grosseiro, que urge investigar e inverter.” -----

-----  
Interveio o membro **José Manuel Leão** (PSD) que começou por comentar que não é por se repetir conceitos que eles se tornam verdadeiros, realçando que, ao falar-se da concessão de água e saneamento no concelho de Santa Maria da Feira é preciso ter presente algumas verdades indiscutíveis, ressaltando que a primeira resulta, desde logo, da análise se, naquela altura, havia uma hipótese alternativa à concessão que levasse a rede de água e saneamento aos munícipes feirenses. -----

Referiu que bastar-se-ia analisar, à luz da legislação daquele tempo, a capacidade de endividamento que tinha a Câmara Municipal para se concluir que era absolutamente

---



impossível a Câmara levar a cabo tal obra, e que era impossível atingir, em 2014, as taxas de cobertura atualmente existentes no Concelho, que foram alcançadas com a concessão. ----- Disse ser bom recordar que o Partido Socialista, na altura, fez alguns “fait divers” para tentar atrasar a concessão porque sabia que o maior anseio das populações feirenses era obter distribuição de água ao domicílio e a rede de saneamento, ressaltando que era vereador da Câmara nessa época e que se recorda bem disso. Acrescentou que mesmo aqueles que hoje, tendo rede de abastecimento de água e rede de saneamento à porta, ainda não efetuaram as ligações, na altura protestavam em todos os jornais, em todas as sessões da Assembleia, em todas as reuniões de Câmara pela falta das redes de abastecimento de água e de saneamento à porta dos feirenses. Nesse âmbito realçou que a Câmara deliberou, e muito bem, fazer a concessão, salientando que de outra forma o Concelho não teria tal serviço público, como atualmente tem.-----

Referiu que o Bloco de Esquerda ao defender que se rasgue o contrato da concessão está a defender uma irracionalidade, que até o PS concorda que é uma irracionalidade, comentando que Portugal não é a Coreia do Norte, onde se mata quem pensa de maneira diferente, sublinhando que em Portugal responde-se perante os tribunais e é preciso cumprir com os compromissos assumidos. -----

Concluindo a sua intervenção, referiu que o que o Bloco de Esquerda pretende, com a proposta que apresentou, é fazer um pouco de barulho e fazer-se ouvir, comentando que o Bloco de Esquerda tem esse direito, tal como o grupo municipal do PSD tem o direito de contrariar essa proposta. -----

-----  
Interveio o membro **Fernando Moreira** (PSD) que começou por dizer que considera que o processo em questão mereceria uma discussão mais largada e com mais tempo, ressaltando que ao discutir-se o processo fazendo referência somente ao que se passa atualmente, sem incluir toda a história do mesmo, é inquiná-lo, é não querer que, de facto, o contrato da concessão seja melhorado.-----

Salientou que a concessão não se realizou porque quatro ou cinco vereadores do PSD se lembraram, em 1999, de fazê-la, recordando que a concessão foi feita porque saiu uma lei que o permitia, chamando a atenção de que o governo da altura até era do Partido Socialista. ----- Sobre a questão do relatório da auditoria realizada pelo Tribunal de Contas, no âmbito da

---



regulação de PPP no Sector das Águas e no que concerne ao caso da concessão de Santa Maria da Feira, disse entender que, para além das coisas más, era bom que as pessoas também mencionassem o que o relatório diz estar bem, referindo não considerar correto que se faça alusão a três ou quatro extratos quando o relatório deve ser analisado no seu todo. -----

Referiu não haver dúvidas de que o contrato tem problemas mas que, apesar disso, não pode querer-se que a empresa concessionária forneça a água gratuitamente, realçando que para que isso aconteça terá de ser a Câmara a pagá-la, salientando que caso tivesse sido a Câmara a fazer as obras das redes em questão, também tinha de pagar as despesas. -----

Sobre a afirmação de que a concessão de Santa Maria da Feira custou mais de 40 milhões de euros ao erário público, frisou que tais investimentos estavam previstos no contrato, lembrando que esse contrato foi assinado nos termos legais e foi visado pelas entidades competentes, como a ERSAR e o Tribunal de Contas. -----

Referiu que, agora, o Tribunal de Contas entendeu debruçar-se sobre o setor das águas porque os problemas entretanto surgidos são mais do que muitos, ressaltando, contudo, que a prova de que o contrato da concessão de Santa Maria da Feira não é tão mau quanto isso é que muitos concelhos, entre os quais muitos do Partido Socialista, celebraram tal tipo de contratos, aludindo ao concelho de Matosinhos para dizer que a Indaqua Feira está a fazer um investimento enorme naquele concelho. -----

Frisou não estar a querer dizer que o contrato da concessão feito no concelho de Santa Maria da Feira é muito bom, que também entende que deve ser revisto, mas que discorda com o Bloco de Esquerda e com a CDU quando defendem que a Câmara deve, pura e simplesmente, rasgar o contrato. -----

Disse até poder aceitar a remunicipalização da distribuição da água e do saneamento no concelho de Santa Maria da Feira mas que, para isso, é preciso que lhe digam o quanto é que isso custa e lhe seja demonstrado que o Município tem capacidade económica para tal, salientando que, de outra forma, é estar a enganar e a desviar daquilo que é fundamental, que é a melhoria do contrato da concessão. -----

Referiu concordar que a taxa de rendibilidade da Indaqua Feira deve ser baixada, ressaltando que aquilo que recomenda à Câmara é que, na renegociação que está a ser levada a cabo, se tenha em conta aquilo que o relatório do Tribunal de Contas aponta como estando mal. -----

Salientou que, ao contrário do que se diz, o concelho de Santa Maria da Feira não tem a água

---



mais cara do País mas que, infelizmente, também não é das mais baratas, dizendo estar à espera que lhe seja demonstrado, através da comparação de faturas equivalentes que incidam sobre a água, saneamento e resíduos sólidos urbanos, qual o preço pago em Santa Maria da Feira relativamente ao que é pago nos outros concelhos. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Fernando Moreira disse ser essa comparação de preços que o deixará convencido, e não dizer-se que a água é uns centimos mais cara no concelho de Santa Maria da Feira.-----

-----  
Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por referir que o PSD diz que aquilo que o BE propõe é uma ruína e só serve para criar dívida, questionando, nesse âmbito, como explica o PSD os 50 milhões de euros de dívida que a Câmara tem, quando sempre foi governada pelo próprio PSD. Disse que isso lhe faz lembrar a história do Pedro e do lobo, com a variante de que o PSD é o próprio lobo a dizer que vem aí o lobo.-----

Feito esse aparte, e sobre a afirmação de que os contratos são para cumprir, salientou que os contratos são para cumprir quando servem ao interesse público e quando não são abusivos, quando não são leoninos, quando não são de chantagem, quando não são de espoliação do direito e do interesse público, ressaltando que, quando o são, o estúpido é manter esses contratos. -----

Nesse âmbito, sublinhou que o Bloco de Esquerda não propõe que o contrato da concessão seja rasgado de hoje para amanhã, mas sim que se desencadeie um processo político em que se analise quais as cláusulas contratuais que a Indaqua não cumpre e quais as cláusulas que são leoninas e, a partir daí, anular cláusula atrás de cláusula até à remunicipalização dos serviços da distribuição de água e do saneamento.-----

Concluindo, disse que o PSD não quer isso, comentando que quando a Indaqua Feira espirra o PSD engripa porque o PSD defende mais os interesses da Indaqua Feira do que os interesses dos feirenses.-----

-----  
Interveio o *Sr. Presidente da Câmara em exercício*, que começou por dizer que não iria discutir a opção política da concessão, realçando que essa foi uma opção do PSD e que o PSD o assume, e porque essa opção foi sufragada pelos feirenses em 1997, 2001, 2005, 2009 e 2013. Disse ser do entendimento que, na época, foi tomada a melhor opção, ressaltando

---





continuar a achar que o melhor foi feito para servir a população feirense com as redes de água e saneamento, reconhecendo, todavia, que o contrato da concessão tem alguns problemas e que a Câmara pretende resolvê-los. -----

Referiu que, no âmbito do agendamento do presente assunto, fez uma pequena reflexão quanto ao que é a sua economia doméstica para analisar qual é, em termos comparativos, o valor da sua fatura da Indaqua Feira. Nesse contexto, disse que o valor que paga da água, saneamento e recolha dos lixos é exatamente igual ao que paga do gás e ao que paga da televisão por cabo e internet. Frisou, ainda, que a sua fatura da eletricidade é o dobro da fatura da água, acrescentando ainda que o café que toma ao pequeno-almoço, ao almoço e ao jantar é, em termos de valor, equivalente ao que paga de consumo diário de água e da recolha do lixo. Disse ser essa a realidade que constatou, realçando que se os presentes fizessem o mesmo exercício chegariam, provavelmente, à mesma conclusão.-----

Salientou que com isso não estava a dizer que não gostaria de pagar menos, ou que os munícipes não deveriam pagar menos, fazendo sobressair que se a Câmara puder contribuir para isso, fá-lo-á. -----

Em relação ao teor da proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, salientou que na mesma é dito que a concessão feita pela Câmara à Indaqua Feira é uma verdadeira Parceria Público-Privada (PPP), mas que isso não corresponde à verdade, esclarecendo que numa concessão os proveitos do privado provêm das tarifas enquanto que na PPP provêm do Estado. Realçou que aquilo que o Tribunal de Contas diz, no seu relatório, é que fez a análise a 27 concessões usando os mesmos critérios que usa para analisar as PPP, frisando que isso é diferente de dizer que uma concessão é uma PPP. -----

Quanto ao referido na proposta de que a concessão custou 43,5 milhões de euros ao erário público, disse que essa não é uma leitura correta porque o valor em causa corresponde a investimentos do Município em redes “em alta”, investimentos esses que, numa primeira fase preparatória do contrato de concessão, estavam previstos incluir na concessão mas que, como inflacionava as tarifas a pagar, a Câmara Municipal assumiu esse investimento em benefício dos feirenses.-----

Em relação à afirmação de que o contrato só define riscos para um lado, disse também não ser verdade, ressaltando que o contrato contempla riscos para as duas partes, dependendo do ponto de vista de quem faz a leitura dos mesmos. Referiu que gostava que houvesse menos

---



riscos para o Município e mais para a Indaqua Feira mas que a realidade é a estipulada pelo contrato, reafirmando existirem riscos bipartidos mas que, para analisá-los, é preciso fazer uma leitura correta do contrato. -----

Prosseguiu dizendo que, na proposta do BE, é dito que no primeiro aditamento ao contrato da concessão a Câmara Municipal pagou uma compensação financeira à Indaqua Feira de cerca de 196 mil euros. Disse que isso corresponde à verdade e que tal decorreu da publicação de legislação nacional, que impôs novas regras tais como a eliminação do pagamento de cauções e a devolução das respetivas quantias recebidas, destacando que isso implicou uma alteração ao que estava previamente estabelecido no concurso e que, como tal, teve de haver lugar a uma compensação. -----

Quanto à afirmação de que, no segundo aditamento, o aumento em 15 anos do prazo da concessão prejudicou os munícipes e que esse prazo excede o previsto no atual regime jurídico, referiu que o aumento do prazo de concessão é uma das formas definida contratualmente para atingir a reposição do equilíbrio financeiro da concessão, fazendo sobressair que, na altura, essa foi forma encontrada pelo Município para não penalizar as tarifas a pagar pelos feirenses. Explicou que os motivos que obrigaram a esse aditamento prenderam-se, essencialmente, com alterações de acesso a fundos comunitários que foram introduzidas pelos governos socialistas e que impediram a Câmara Municipal de cumprir, atempadamente, as suas obrigações contratuais ao nível do investimento. Disse que esse facto é público e que toda a gente conhece essa história. -----

Relativamente à afirmação de que se os feirenses consumirem, a Indaqua Feira ganha com isso, e que se não consumirem tanto como o esperado, a mesma é compensada, sublinhou que essa afirmação está incorreta porque o maior ou menor consumo é motivo de reequilíbrio financeiro, e não somente o menor consumo por parte dos feirenses, ressaltando que esse aspeto consta do contrato e pode ser verificado. -----

Disse que outra frase que é referida na proposta do BE é que o relatório do Tribunal de Contas refere, sobre ações de fiscalização feitas pela ERSAR, que a qualidade no serviço é insatisfatória quanto à cobertura do serviço, quanto à água não faturada, quanto à reabilitação de condutas, quanto à reabilitação de ramais e quanto à reabilitação de coletores. -----

Nesse âmbito, destacou que a ERSAR e o Tribunal de Contas analisaram todo o contrato inicial da concessão e todos os seus aditamentos e nunca levantaram qualquer problema e,

---



como tal, não há qualquer reserva no visto do contrato. -----

A propósito da questão da cobertura do serviço, fez sobressair que a cobertura de serviço no município de Santa Maria da Feira é das maiores do País, sendo inclusivamente superior às definidas no PEAASAR II. Explicou que o que acontece é que a ERSAR, nas ações de fiscalização, definiu como cobertura de serviço a adesão e não as redes construídas e o nível de cobertura das mesmas, salientando que, sendo dessa forma contabilizado, a taxa de adesão verificada no Concelho é, efetivamente, inferior à taxa de cobertura. -----

Quanto à água não faturada disse que esse é, efetivamente, um problema, dando nota que há perdas de cerca 20% da água. Referiu que 20% é muito, que se pretende uma taxa inferior, informando contudo que a perda verificada no Concelho é inferior à média nacional, que disse ser de 40%. -----

Sobre a reabilitação de ramais e condutas, referiu que quando se propõe a reabilitação de algo é porque esse algo é antigo ou está degradado. Salientou que, sendo tais componentes fruto de um investimento novo não há necessidade, para já, de investir na reabilitação dos mesmos, sublinhando que o investimento na reabilitação desses componentes surgirá no futuro. -----

Relativamente a dizer-se que o concelho de Santa Maria da Feira é recorrentemente apontado como um dos dez com a água mais cara do País, referiu que isso é parcialmente verdade, no caso de se considerar somente a componente da água. Salientou, no entanto, que caso sejam consideradas, conjuntamente, as componentes água e saneamento, há muitas dezenas de concelhos do País com tarifas superiores às praticadas em Santa Maria da Feira, sublinhando que isso é público e que tais dados estão disponíveis, ao alcance de cada um. -----

Mencionou, a propósito, que a AdRA – Águas da Região de Aveiro, SA, é uma entidade que tem uma gestão pública e que gere os serviços de água e saneamento de dez municípios, e que a mesma cobra uma tarifa 25% superior à que é cobrada pela Indaqua Feira. -----

Em seguida, e fazendo um balanço da concessão, sublinhou que a mesma permitiu que o Concelho passasse de uma taxa de cobertura, no que respeita à rede de abastecimento de água, de 25% para 97%, e, no setor do saneamento, de 15% para 80%, bem como permitiu atrair um investimento privado de 110 milhões de euros. -----

Frisou que um outro aspeto que considera fundamental concerne ao processo de negociação do reequilíbrio financeiro que a Câmara está a encetar com a Indaqua Feira. Destacou, nesse âmbito, que tanto a Câmara como a concessionária têm a consciência de que vão defender

---



posições completamente antagónicas, uma vez que a Indaqua Feira vai defender os seus interesses e, por outro lado, a Câmara vai defender os interesses municipais e dos munícipes. Sublinhou serem dois interesses que têm que ser conciliados mas que são diferentes, reafirmando que a Câmara vai defender o erário público, vai defender os munícipes e as tarifas mais baratas. -----

Informou, ainda, que a Câmara vai querer balizar essa negociação pelas conclusões do relatório do Tribunal de Contas, acrescentando que a Câmara vai, também, pedir à ERSAR que acompanhe a negociação. -----

Concluindo a sua intervenção, deu ainda nota que uma das medidas a delinear na negociação a fazer com a Indaqua Feira, será a de deixar de cobrar os ramais a partir da data da assinatura do contrato dessa negociação. -----

*Entretanto, no decorrer da discussão deste assunto, entraram os membros Rui Fernando Guedes Ribeiro, Bernardino Manuel Martins do Couto, Carla Marisa Pimentel Pereira, Luis André Dias Ferreira Assunção dos Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, e Firmino Gomes da Costa – Presidente da Junta de Freguesia de Paços de Brandão. -----*

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor (BE, CDU) da proposta apresentada pelo membro Moisés Ferreira, 29 votos contra (PSD: 27, CDS-PP, Ind.) e 15 abstenções (PS), rejeitar a proposta em referência – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

#### **Alteração da Ordem do Dia** -----

Em seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia* solicitou que o ponto n.º 20 da Ordem do Dia fosse discutido em último lugar, uma vez que o equipamento multimédia que permite fazer a apresentação de dispositivos, tal como solicitado pela deputada municipal Lia Ferreira, que foi quem pediu o agendamento desse ponto, não estava a funcionar corretamente. Sugeriu que, enquanto se aguardava pela resolução desse problema, se avançasse com a discussão dos restantes pontos da Ordem do Dia, o que teve a concordância da Assembleia. Assim sendo, passou a introduzir o ponto n.º 21 da Ordem do Dia. -----

---



*Entrou o membro Armando Fontes Teixeira – Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa.--*

-----

**21 – Relatório de Atividades de 2013 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira (para conhecimento)** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe – a que se refere o ofício n.º 172 remetido à Mesa pela Sr.ª Presidente da Comissão em referência, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 3.115, de 10 de março de 2014, enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito – ressaltando tratar-se de um assunto presente à Assembleia para conhecimento da mesma.-----

-----

Interveio a deputada municipal *Maria Oliveira* (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Ao analisar o relatório de atividades da CPCJ pode-se rapidamente verificar que o trabalho desenvolvido por esta entidade é, de facto, meritório. Proteger os direitos das crianças e jovens e promover o seu desenvolvimento integral é, desde logo, uma missão que deve ser entendida como de excelência na nossa comunidade. A proteção de crianças e jovens em risco nas sociedades modernas é um dever do Estado democrático pelo que se constituíram precisamente para intervir, no lugar do Estado e da comunidade, nos casos em que as famílias não cumprem a sua função.-----

É, portanto, inegável que o trabalho desenvolvido pelas CPCJ é fundamental para a sociedade que sonhámos e que terá tanto mais sucesso quanto maior for a envolvimento da rede social concelhia que a constitui e da qual a Câmara Municipal faz parte. No entanto, também sabemos que o trabalho que realizam é difícil, exigente e complexo desde logo pela especificidade das situações com as quais têm de lidar e que muitas vezes implicam a exposição dos profissionais a riscos à sua integridade física e mental. -----

No caso da CPCJ de Santa Maria da Feira são referidas como principais constrangimentos precisamente esta articulação com as entidades e com a comunidade nomeadamente no que diz respeito ao reconhecimento do seu trabalho, a insuficiência de equipamento informático (têm apenas 5 computadores) e a falta de instalações adequadas que permitam a privacidade das crianças e jovens.-----

---



Ora, tendo em conta a importância dos interesses que esta entidade defende, especialmente num contexto social agravado pela conjuntura económica que atravessamos, consideramos urgente que as forças políticas e a Câmara Municipal coloquem no topo da sua lista de prioridades todo o apoio que possa dar a esta instituição.-----

Consideramos que os constrangimentos apresentados pela CPCJ devem constituir um estímulo da responsabilidade política e de um modo muito particular dos órgãos locais pois são as entidades que gozam de maior proximidade com a população e com os seus problemas. Por isso, recomendamos que a Câmara Municipal equacione uma resolução o quanto imediata quanto possível para as dificuldades apresentadas relativamente à necessidade de instalações condignas com a privacidade que esta entidade carece e de equipamento informático.-----

Um pequeno investimento na CPCJ poderá significar um grande investimento no bem mais precioso que qualquer concelho pode ter que é a vida e o bem-estar das suas crianças e dos seus jovens.” -----

-----  
Interveio o membro **Filipe Moreira** (CDU) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“No geral, o relatório apresentado acompanha a tendência nacional, quer no tipo de sinalização, quer nos constrangimentos que as CPCJ enfrentam diariamente, nomeadamente a falta de técnicos ou o tempo de disponibilização dos mesmos, que dificilmente estão a 100%. - Bem sabemos que o trabalho das comissões depende quase em exclusivo do esforço pessoal dos envolvidos, e aqui deixamos a nossa merecida homenagem, mas não podemos compactuar com esta situação. -----

Já há muitos anos denunciámos tal situação e exigimos ao então Ministério do Trabalho e Segurança Social a contratação de técnicos. -----

Em 2011, 150 técnicos foram contratados por via de uma empresa de contratação externa e apenas por um ano. Aberto o concurso competente, 153 técnicos foram integrados – número claramente insuficiente. -----

Face às políticas de grave empobrecimento – mais de metade de desempregados não têm subsídio de desemprego, mais de um milhão e 500 mil crianças perderam o abono de família, o rendimento social de inserção está a ser retirado a milhares de famílias, as bolsas de estudo estão a ser brutalmente reduzidas, os cortes salariais e os despedimentos não param de

---



.....  
aumentar. As crianças e jovens, são, claro, os grupos mais vulneráveis à violência destas políticas e a falha das soluções de primeiro nível apenas agrava a sua situação. ....  
Denotamos ainda que, em contraciclo com a generalidade das CPCJ esta denota não só a tomada de medidas em meio natural de vida mas também uma percentagem muito elevada de institucionalização, o que nos traz sérias preocupações. ....  
Reafirmamos que o Governo tem que tomar medidas de afetação de mais técnicos, mas, e sobretudo, tem que se demitir para que seja tomado outro rumo – de respeito pelos direitos e pelas pessoas.”.....

.....  
Interveio o membro **Fernando Moreira** (PSD) que começou por dizer que, na globalidade, concorda com o que foi dito acerca da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira (CPCJ).-----

Referiu que, efetivamente, as atuais instalações da CPCJ apresentam alguns problemas de espaço, salientando, contudo, que já foram encontradas novas instalações e que a Câmara já se comprometeu a proceder a melhoramentos, de acordo com as necessidades dos serviços da CPCJ, inclusivamente no respeitante ao material informático.-----

Disse que queria aproveitar para deixar uma palavra de grande apreço para os coordenadores de caso da Comissão, frisando que os mesmos têm trabalhado abnegadamente na resolução das situações que, cada vez mais, são de maior complexidade. Realçou que enquanto, há alguns anos, a Comissão tratava de casos envolvendo crianças, agora o grande volume de processos dizem respeito a adolescentes que não querem frequentar a escola porque entendem que esta não lhes oferece o que pretendem. Frisou que tal situação merece uma maior discussão, envolvendo, eventualmente, a área da Educação, mas que a Assembleia Municipal não será o local mais apropriado para o fazer.-----

Concluindo, reafirmou que o problema quanto às instalações da Comissão será, a muito curto prazo, resolvido.-----

.....  
Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento do Relatório de Atividades de 2013 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira. -----





**22 – Plano de Atividades, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos da Área Metropolitana do Porto para o ano de 2014 (para conhecimento)** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe – a que se refere o ofício com a ref.<sup>a</sup> 61/14-CEM, remetido à Mesa pelo Sr. Primeiro-Secretário da Comissão Executiva da Área Metropolitana do Porto, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 4.426, em 07 de abril de 2014, enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito – ressaltando tratar-se de um assunto presente à Assembleia para conhecimento da mesma. -----

Seguidamente, e tendo verificado que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu intervir no âmbito do assunto, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento do Plano de Atividades, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos da Área Metropolitana do Porto para o ano de 2014. -----

**23 – Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios**-----

**- Designação de um Presidente de Junta de Freguesia** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado no seguimento do despacho exarado pelo Sr. Vereador do Pelouro das Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde – Vítor Marques, na informação subscrita pelo Técnico Filipe Milheiro, com o n.º 16-GTF-2014, de 15 de abril de 2014, distribuída, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e cujo teor seguidamente se transcreve: -----

“A composição das comissões municipais de defesa da floresta (CMDF), encontra-se definida pelo Artigo 3.º-D do Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro. São vários os representante e entidades presentes. Entre eles a lei define que haja um presidente de junta de freguesia designado pela respetiva assembleia municipal.-----

Tendo em conta as alterações recentes a nível da organização administrativa deste concelho, bem como dos autarcas eleitos para as juntas de freguesia, proponho que na próxima reunião da Assembleia Municipal seja designado um presidente de junta de freguesia para fazer parte da Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Santa Maria da Feira tal como a lei determina.” -----

É do seguinte teor o despacho exarado pelo vereador Vítor Marques, acima mencionado: -----

---



“Visto. Remeta-se o expediente ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para os fins tidos por convenientes.” -----  
-----

Foram presentes à Mesa duas listas, que ficaram assim estabelecidas: -----

- Lista A (PSD): Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Marques de Oliveira. -----

- Lista B (PS): Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares – Augusto Santos. ----

Submetida a votação, por escrutínio secreto, as listas apresentadas, constatou-se o seguinte resultado: -----

Lista A: 29 votos, -----

Lista B: 15 votos, -----

Votos em branco: 3. -----

Por conseguinte, a Assembleia Municipal designou o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Marques de Oliveira, para integrar a composição da Comissão em epígrafe. -----  
-----

*Saiu o membro Serafim Guimarães.*-----  
-----

**20 - Estacionamento destinado a Pessoas com Mobilidade Condicionada (artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento)**-----

O Sr. *Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos do artigo 53.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 17.º do Regimento deste Órgão, e no seguimento da solicitação remetida à Mesa pela deputada municipal Lia Ferreira, registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 4701, em 11 de abril de 2014, documento esse enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. Fez ainda alusão à proposta que aquela deputada municipal fez chegar à Mesa no âmbito do assunto, e que igualmente foi distribuída, oportunamente, pelos membros da Assembleia Municipal. -----

Informou que os problemas técnicos que levaram a que este ponto fosse discutido em último lugar, mantêm-se, pelo que não seria possível ver a apresentação de dispositivos que a deputada municipal Lia Ferreira tinha preparado. Nesse âmbito, referiu que tal apresentação



seria oportunamente disponibilizada aos membros da Assembleia, provavelmente por correio eletrónico, caso a deputada Lia Ferreira assim o entendesse. -----

Posto isto, passou a palavra à deputada municipal Lia Ferreira para fazer a apresentação da proposta.-----

-----  
Usou da palavra a deputada municipal *Lia Ferreira* (PS) que apresentou e explanou a proposta acima mencionada cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“O grupo municipal do Partido Socialista questiona a heterogeneidade na sinalética e modo de execução dos lugares de estacionamento reservado a pessoas com mobilidade condicionada. Tais diferenças, repletas de particularidades das quais muitas, sem rigor nem cuidados pelo cumprimento das regras e recomendações existentes nas peças legais, resultam em constrangimentos para os utilizadores a que se destinam. -----

Considerando que a legislação em vigor, mais concretamente o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, diz o seguinte: -----

“Capítulo 2-----

Secção 2.8-----

2.8.2. Os lugares de estacionamento devem:-----

- 1) Ter uma largura útil não inferior a 2,5m;-----
- 2) Possuir uma faixa de acesso lateral com uma largura útil não inferior a 1m;-----
- 3) Ter um comprimento útil não inferior a 5m;-----
- 4) Estar localizados ao longo do percurso acessível mais curto até à entrada/saída do espaço de estacionamento ou do equipamento que servem; -----
- 5) Se existir mais de um local de entrada/saída no espaço de estacionamento, estar dispersos e localizados perto dos referidos locais; -----
- 6) Ter os seus limites demarcados por linhas pintadas no piso em cor contrastante com a da restante superfície; -----
- 7) Ser reservados por um sinal horizontal com o símbolo internacional de acessibilidade, pintado no piso em cor contrastante com a da restante superfície com uma dimensão não inferior a 1m de lado, e por um sinal vertical com o símbolo da acessibilidade, visível mesmo quando o veículo se encontra estacionado.-----

2.8.3. A faixa de acesso lateral pode ser partilhada por dois lugares de estacionamento

---



reservado contíguos.-----

Os comandos dos sistemas de fecho/abertura automático (exemplos: barreiras, portões) devem poder ser acionados por uma pessoa com mobilidade condicionada a partir do interior de um automóvel.”-----

Na sua generalidade os lugares de estacionamento reservados para veículos em que um dos ocupantes seja uma pessoa com mobilidade condicionada, existentes no nosso Concelho, não encaixa no perfil descrito.-----

O grupo municipal do Partido Socialista propõe à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira que aceite o seguinte:-----

- Que a nossa realidade possa ser corrigida passando a corresponder às especificações das Normas Técnicas do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, de forma a uniformizar os lugares de estacionamento reservados a pessoas com mobilidade condicionada, no nosso Concelho.-----

- Mais ainda, gostaríamos de propor que, além das regras previstas no dispositivo legal referido, adote uma Postura Municipal idêntica à de outros Municípios da Área Metropolitana, nomeadamente:-----

Lugares de estacionamento privativo para pessoas com mobilidade condicionada:-----

1. Que qualquer particular que seja portador do cartão de estacionamento para pessoas com deficiência, emitido pelo IMTT, possa solicitar ao Município uma licença de utilização de parque privativo com matrícula associada, quer junto da sua residência, quer junto do seu local de trabalho;-----

2. Que a licença atribuída não implique qualquer custo ou taxa ao requerente, podendo assim, ter a sua matrícula associada no sinal do lugar de estacionamento que lhe é reservado;-----

3. O cartão descrito no n.º 1 permite estacionar na via pública nos locais reservados mediante sinalização, desde que colocado no interior do veículo que transporte a pessoa com deficiência, junto ao para-brisas dianteiro, com o rosto voltado para o exterior de modo a serem visíveis todas as menções dele constante;-----

Requisitos dos lugares de estacionamento privativo para pessoas com mobilidade condicionada:-----

1. Que os lugares de estacionamento privativo para pessoas com mobilidade condicionada passem a atender aos seguintes requisitos:-----

---



- a) ser de fácil acesso ao passeio ou à passadeira mais próxima, dispondo sempre de rampa, ou rebaixamento, com pelo menos 1 m de largura; -----
- b) o estacionamento transversal e oblíquo à via passa a ter as dimensões previstas nas normas técnicas, anexo do Decreto-Lei n.º 163/2006, sendo que o corredor de passagem (1 m) pode estar integrado no lugar (mesmo que não pintado) ficando este com 3,5 metros de largura total; -----
- c) o estacionamento longitudinal à via deve incluir um corredor com 1 m à frente ou atrás do lugar, sendo que este espaço pode ser usado para construir a rampa de acesso ao percurso acessível/passeio, sempre que tal seja necessário por se verificar a impossibilidade da sua execução no próprio percurso acessível/passeio (quando este apresentar dimensões demasiado reduzidas para esse efeito). -----

2. Quando os lugares já existam em baías de estacionamento, a área sobranete deve ser distribuída pelos restantes lugares ou deve ser atribuído ao lugar reservado a pessoas com mobilidade condicionada, o equivalente a dois lugares de estacionamento. -----  
Estas são as propostas do grupo municipal do Partido Socialista.” -----

-----  
Interveio o membro **Filipe Moreira** (CDU) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Os Estados devem reconhecer a importância global das possibilidades de acesso dentro do processo de conseguir a igualdade de oportunidades em todas as esferas da sociedade. Para as pessoas com deficiência de qualquer índole, os Estados devem: (a) estabelecer programas de ação para que o meio físico seja acessível, e (b) adotar medidas para garantir o acesso à informação e à comunicação.” – Regra 5 das Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência das Nações Unidas.-----

A plena participação das pessoas com mobilidade condicionada na sociedade depende, em grande medida, da possibilidade de se moverem o mais autonomamente possível. No Município Feirense esta mobilidade está comprometida quase na totalidade devido à existência de inúmeras barreiras arquitetónicas, mesmo nas recentes obras de requalificação nas diferentes freguesias e à inexistência de uma rede pública de transportes que, dificultando a mobilidade de todos os cidadãos, afeta especialmente os cidadãos com mobilidade reduzida, principalmente os idosos e as pessoas com deficiência.-----

---



A inclusão social está diretamente ligada com o pleno acesso a equipamentos, bens e serviços da comunidade que, no plano local, devem ser garantidos pelos municípios permitindo o acesso universal de todos, sem discriminações. -----

A CDU desde sempre vem denunciando estas situações, desde requerimentos, notas à comunicação e todo o tipo de intervenções pelo que o executivo camarário não pode alegar desconhecimento nem ir empurrando com a barriga uma resolução urgente.” -----

-----  
Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que a proposta apresentada pode subdividir-se em três propostas mais concretas, e que a primeira prende-se com a adaptação à legislação em vigor da questão dos lugares de estacionamento reservados a pessoas com mobilidade condicionada. Frisou que tal deveria ser uma espécie de “verdade de La Palice” porque, estando a legislação em vigor, seria de aplicá-la, ressaltando no entanto que, no município de Santa Maria da Feira, nem sempre as verdades óbvias são assim tão óbvias, pelo que o Bloco de Esquerda acompanha a necessidade de fazer essa proposta. -----

Referiu que um outro aspeto tem a ver com a existência de lugares de estacionamento privativo, sem custos, para o cidadão com mobilidade condicionada, de forma a permitir que o mesmo consiga estacionar o seu carro mais perto de casa, mais perto do seu trabalho, mais perto de onde precisar descolar-se. Disse que esse é o princípio da discriminação positiva que, no caso, entende dever ser implementado no Concelho e que, como tal, o Bloco de Esquerda também acompanha essa proposta. -----

Salientou que uma outra parte da proposta diz respeito aos requisitos dos lugares de estacionamento privativo para pessoas com mobilidade condicionada, que deve ser acompanhada com outras necessidades, como a existência de rampas para facilitar o acesso aos passeios e às passadeiras, para garantir a mobilidade dessas pessoas quando queiram deslocar-se para outros locais.-----

Referiu ser sabido que, no Concelho, falta essa complementaridade, sublinhando que isso torna difícil a mobilidade das pessoas nos passeios, no acesso às passadeiras, e que mais difícil é para as pessoas com mobilidade condicionada. -----

Concluindo a sua intervenção, disse que o mínimo será fazer a reestruturação entre os lugares de estacionamento para pessoas com mobilidade condicionada e as condições circundantes desses mesmos lugares, frisando que tal reestruturação deve, obviamente, ser extensível a toda

---



a rede viária do Concelho. -----

Interveio o membro *Valter Amorim* (CDS-PP), que começou por dizer que a temática em questão, presente a esta Assembleia por iniciativa do grupo municipal do PS, é relevante, salientando que o CDS-PP considera que as pessoas com mobilidade condicionada merecem uma atenção especial, não só em Santa Maria da Feira, como em todo o País.-----  
Disse que não estando defendida, na sua plenitude, as necessidades desses cidadãos, considera que o documento apresentado pelo grupo municipal do PS traz à liça um conjunto de propostas relevantes, fazendo sobressair que, até porque tais medidas já foram implementadas num concelho presidido pelo CDS-PP, no caso, Vale de Cambra, acompanha esse documento.

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara em exercício*, que começou por dar nota da concordância da Câmara em relação aos considerandos constantes da proposta apresentada pela deputada municipal Lia Ferreira, sublinhando que os mesmos são transcritos da lei, e que o mesmo se passa relativamente aos requisitos para os lugares de estacionamento para pessoas com mobilidade condicionada. Frisou que a Câmara está de acordo com esses critérios, que reafirmou resultarem da lei, sublinhando que os mesmos são usados pela Câmara, sempre que possível, ao fazer urbanismo no Concelho. -----

Salientou admitir que exista, pontualmente, uma ou outra situação que não esteja a cumprir escrupulosamente aquilo que a lei diz e que, nesses casos, a Câmara está disponível para fazer as correções tidas por necessárias. Informou que a Câmara Municipal tem trabalhado em estreita ligação com a Provedoria Municipal para a Mobilidade de Santa Maria da Feira e que, em resultado de algumas situações reportadas pelo Sr. Provedor, já procedeu a algumas correções.-----

Ainda a propósito, referiu que a Câmara elaborou, em parceria com essa mesma Provedoria, um manual de acessibilidades, que disse ter o prazer de remeter um exemplar à deputada municipal Lia Ferreira. -----

Salientou, contudo, que a Câmara não pode concordar com a proposta apresentada por aquela deputada municipal, e que queria dar um exemplo para suportar essa posição. Referiu que, levando em consideração a proposta, uma pessoa com mobilidade condicionada poderia ter, cumulativamente, lugares de estacionamento na sua própria habitação, um lugar na rua em

---





frente à sua habitação, um lugar em frente ao seu posto de trabalho, e ainda poderia estacionar em todos os lugares identificados no Município e que são reservados para os veículos de pessoas com deficiência. Disse considerar tal situação excessiva, sublinhando que a Câmara não põe de parte fazer uma análise, caso a caso, de acordo com as necessidades, dizendo ser do entendimento que esse é um procedimento mais justo. -----

Referiu que reservar lugares de estacionamento por matrícula, tal como é proposto, leva a que um dos lugares de estacionamento esteja sempre vago porque o cidadão não pode ocupar dois lugares ao mesmo tempo dado que, por exemplo, ou está em casa ou está no trabalho, fazendo sobressair que essa situação limitaria a utilização do lugar vago por uma outra pessoa que, eventualmente, também pode ter mobilidade condicionada. -----

Disse discordar desse princípio e entender que esse é o grande problema da proposta, salientando que, com o restante, a Câmara está perfeitamente de acordo e que é por isso que a mesma tem vindo a implementar, gradualmente, essa política, frisando que a mobilidade para todos não é um desígnio só de alguns, é de todos, e que a Câmara Municipal está disposta a continuar a abraçar esse desígnio. -----

-----  
Usou novamente da palavra a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS), que começou por dar nota que já tinha o manual referido pelo Sr. Presidente da Câmara em exercício, ressaltando que esse manual não diz mais do que aquilo que ela referiu, na sua primeira intervenção, no respeitante à legislação. -----

Disse ser completamente falso o que disse o Sr. Presidente da Câmara em exercício em relação aos lugares cumulativos, quando afirmou que a pessoa com deficiência pode ter um lugar de estacionamento em sua casa e um lugar de estacionamento privativo em frente à sua casa. A deputada municipal Lia Ferreira disse não ter sido isso que referiu na sua intervenção inicial, explicando que o que está em causa é que essa pessoa com deficiência, não tendo lugar em casa para estacionar, terá, depois de um dia de trabalho, de encontrar um lugar para estacionar o seu carro e, depois, percorrer um percurso até sua casa, que pode ser de várias centenas de metros e que pode não estar minimamente preparado, apanhando chuva se for caso disso. Referiu que essa mesma pessoa pode nem conseguir chegar atempadamente ao seu local de trabalho, pelos mesmos motivos, sublinhando ser isso que está em causa e não os lugares cumulativos de que falou o Sr. Presidente da Câmara em exercício. -----

---



Disse que se as propostas que apresentou são válidas para concelhos muito maiores do que o de Santa Maria da Feira, como o do Porto, certamente também serão válidas para o concelho de Santa Maria da Feira. -----

Concluindo, frisou ser o que explicou aquilo que está em causa, pedindo ao Sr. Presidente da Câmara em exercício que não tente deturpar aquilo que ela havia falado. -----

Foi novamente concedida a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara em exercício*, que começou por dizer entender que se deve manter um nível de expressão elevado, e que não queria perder a consideração que tem pela deputada municipal Lia Ferreira. -----

A propósito da última intervenção daquela deputada, referiu que apenas queria ler o ponto n.º 1 que consta da proposta apresentada pela mesma, relativo aos lugares de estacionamento privativo para pessoas com mobilidade condicionada, que seguidamente se passa a citar: “Que qualquer particular que seja portador do cartão de estacionamento para pessoas com deficiência, emitido pelo IMTT, possa solicitar ao Município uma licença de utilização de parque privativo com matrícula associada, quer junto da sua residência, quer junto do seu local de trabalho”.-----

Frisou ser isso que a deputada municipal Lia Ferreira propôs, e que nada mais tinha a dizer em relação ao assunto.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor (PS: 15, CDS-PP, BE, CDU) da proposta apresentada pela deputada municipal Lia Ferreira, 29 votos contra (PSD: 28, Ind.) e 2 abstenções (PSD – Paulo Marques de Oliveira e António Óscar Neves), rejeitar a proposta em referência – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

A deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) fez a seguinte declaração de voto: -----  
“Naturalmente, votei favoravelmente. Votamos favoravelmente esta proposta, o grupo municipal do Partido Socialista, porque entendemos que ela, a ser aprovada, representaria uma grande evolução na melhoria das acessibilidades para todos, particularmente aqueles que têm mais dificuldades na sua acessibilidade.-----

---



Lamentamos que esta solução não tenha sido aprovada pela maioria PSD e esperamos, apesar disto, que a Câmara seja sensível e venha a considerar a elaboração de uma postura e uma fiscalização eficaz que realmente proporcione a todos, sem exceção, melhores condições de acessibilidade no Concelho.”-----  
-----

Em seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a minuta da ata desta sessão a aprovação e, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata desta sessão.-----

Posto isto, e nada mais havendo a tratar, às 22,45 horas, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou os trabalhos, do que para constar, se lavrou esta ata que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

**O Presidente,**

**O 1.º Secretário,**

**O 2.º Secretário**

---